



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Daniel Carvalho de Oliveira

A Guerrilha de Porecatu-PR: Uma experiência de organização política no campo

Florianópolis

2020

Daniel Carvalho de Oliveira

A Guerrilha de Porecatu-PR: Uma experiência de organização política no campo

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação
em Serviço Social da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do título de Mestre em Serviço
Social

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Roberta Sperandio Traspadini,

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Oliveira, Daniel Carvalho de
A Guerrilha de Porecatu/PR: : Uma experiência de
organização política no campo / Daniel Carvalho de Oliveira
; orientador, Roberta Sperandio Traspadini, 2020.
145 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade
Federal de Santa Catarina, Centro SÓcio-Econômico, Programa
de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Resistência, Organização Política,
Guerrilha. I. Traspadini, Roberta Sperandio. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Serviço Social. III. Título.

A Guerrilha de Porecatu-PR: Uma experiência de organização política no campo

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social

Florianópolis, 21 de Fevereiro de 2020.

Prof^ª. Dr^ª.Beatriz Augusto Paiva
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Roberta Sperandio Traspadini
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Ricardo Lara
Examinador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^ª.Dr^ª. Cristiane Sabino Souza
Examinadora

Este trabalho é dedicado in memoriam á Maria de Lourdes Carvalho de Oliveira, exemplo de mãe e de Assistente Social, lutadora.

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação é resultado no plano pessoal de uma caminhada de cinquenta anos desde que minha genitora, uma camponesa nascida em 1947 na Vila Progresso em Centenário do Sul PR, em meio ao conflito agrário que ilustra esta dissertação. Quando a Assistente Social, Maria de Lourdes Carvalho de Oliveira, ingressou na Faculdade Paulista de Serviço Social, nos idos anos de 1970, mesmo antes da minha concepção, iniciava esta caminhada da minha descendência no Serviço Social, pois ela já fusionava os valores humanos e sociais que posteriormente a partir de 1977, me transmitiria estes valores que confluem com a teoria social crítica ao qual este estudo atrela se.

No plano coletivo este estudo é resultado da potencialização do conhecimento humano proveniente do trabalho e dos trabalhadores, principalmente dos trabalhadores rurais, esta população agrária que com calos nas mãos, escreveram a história da América Latina e do Brasil, minha proximidade com esta região é direta, desde criança frequentei o Norte do Paraná, para as visitas aos familiares e quando passávamos o rio Paranapanema o cheiro fétido do vinhodo, um subproduto da cana, que resta após a moagem, caracterizavam uma sociedade que organizava se de forma diferente, mais humana, em relação á cidade dormitório Carapicuíba-SP, que o êxodo rural me condicionou a nascer, aquela imensidão do monocultivo da cana – de – açúcar, que outrora dispunha da força de trabalho dos bóia frias, despertavam em mim tal curiosidade que o encontro com este tema para estudo, se mostra como um retorno as minhas raízes, portanto, aqui fica meu máximo respeito e agradecimentos aos camponeses, bóia frias, em suma aos trabalhadores rurais em geral.

Especificamente quanto á caminhada acadêmica me remeto ao ano de 2008 quando ingressei na graduação em Serviço Social, agradeço os bons momentos com as valorosas colegas Assistentes Sociais: Aline Grezele, Isabela Ramos, Bruna Córdova, Larissa Medeiros, Manuela Batista, colegas da minha turma inicial, bem como as (os) Assistentes Sociais que pude conviver nesta época, Fabio Carneiro, Davi, Marlon, Rodrigo “bagre”, Marjorie, Tatiane, Dilceane, Róbson, Mariana e outros tantos que convivi.

Aos companheiros do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, especialmente Selma, Maicon, Leandro, Jonas, Ana Carla, Denise, Mary, Sabrina, Tereza Cristina, professor Capela, Clara, Samuel, Havana, Glauco, Rodrigo, Ricardo Hahn, abraço especial a turma de Minas de Gerais do PPGSS: Cristiane Luiza Sabino, Maísa, Taís, Alberth e Cláudio e tantos

outros, colegas, vide todos que participaram do Neptqsal, Jaime, Mauri, Ana, Joana, Aline's Rodrigues e Justino, Vitão, obrigado pela convivência. Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, especialmente aos técnicos administrativos Salézio e Gabriela.

Um abraço dilatado ao mano Cristiano Mariotto, o Kuré, Assistente Social, conterrâneo da zona oeste de São Paulo que desde a amizade iniciada no Fecea – Apucarana em 2008, compartilhamos devaneios, psicodelias, cachaças amarelas, comidas apimentadas, discordâncias políticas partidárias e concordância existencial, agradeço principalmente por socializar o livro; Porecatu terra roxa de sangue, a obra que disparou a feitura deste estudo. Agradeço a acolhida na aldeia do maciambu, saudações Viomones.

Aos amigos que objetivamente me auxiliaram nesta jornada em Florianópolis, dispondo não só a amizade como pouso, quando os caros aluguéis na “ilha da magia” não puderam ser pagos pela enxuta bolsa de incentivo aos discentes, me auxiliaram objetivamente: Bruno de Leão Caldart, Alceu da Mancha Azul do Avaí, Gabriel de Leão Caldart, Felipe Hahn e sua mãe Tereza Hahn, Sérgio Mitsuo Kanashiro. Gratidão eterna a amiga e companheira que me aturou por 14 anos: Laroie Estela Maris Machado, Odoyá Odocyabá.

Às professoras Beatriz Augusto Paiva e Simone Sobral Sampaio que mesmo não sendo minhas orientadoras formais me orientaram em aula e nos espaços acadêmicos dos grupos de pesquisa e extensão. À professora Roberta Traspadini, orientadora desta dissertação, obrigado pelas sugestões, críticas, e paciência durante este ciclo acadêmico. Ao professor Ricardo Lara, obrigado pelo companheirismo fruto da identificação teórica e esportiva, *Avanti Palestra, scoppia che la vittoria é nostra*. Ao amigo Danilo Carneiro, exemplo de lutador orgânico, dos que, como dizia o camarada Carlos Mariguella: *‘não teve tempo para ter medo’*, história viva desde o Araguaia, obrigado pelo exemplo camarada.

Aos professores Osvaldo Heller da Silva da Universidade Federal do Paraná que participou como examinador da qualificação desta dissertação e gentilmente me doou todo seu acervo de pesquisa sobre Porecatu, reportagens, documentos e seu livro para este pesquisador iniciante, agradeço ao professor Ângelo Priori, da Universidade Estadual de Maringá que também doou livros para esta pesquisa.

Aos companheiros de luta do assentamento do Movimento dos Trabalhadores sem terra – MST, Maria Lara em Centenário do Sul: Ceres Hadich, Diego Moreira, Éder, Sr. Itacir agradeço pela acolhida camponesa regada a torresmo, mandioca e cachaça, esses agradecimentos estende se aos lutadores dos assentamentos Herdeiros da Luta, Manoel

Jacinto Correa, Florestan Fernandes, Zilda Arns, todos estes assentamentos dentro do perímetro da *Guerrilha de Porecatu*, bem como do acampamento Fidel Castro e do assentamento Zumbi dos Palmares (FETAEP).

Agradeço imensamente as 1.500 famílias dos posseiros de Porecatu que fizeram esta história acontecer principalmente o Sr Nego (Benedito dos Santos) 86 anos, meeiro de posseiros na época da guerrilha, Sr Jorge 88 anos filho de posseiro que lutou em Porecatu, e Sr Pedro 82 anos, que foi bóia fria nos canaviais dos Atalla's por compartilhar os causos daquela época. Reverência máxima aos irmãos quiabo, a família Billar, e a José Ribeiro o “Zé sem Medo”, reconhecimento a família Gajardoni, principalmente Arildo Gajardoni, lutador social que lutou na *Guerrilha de Porecatu* e na *República Camponesa de Trombas e Formoso/GO*.

Agradeço ao *povo do Paraná* que me auxiliaram nesta jornada os primos Alceu da Silva Junior, Andressa, Ana Clara, Alice, Arianne Cristina e sua companheira a Assistente Social, Marina, o mano Josiel que me cedeu pouso em Londrina quando das passagens pela terra do café e a todos os trabalhadores rurais do norte do Paraná pela inspiração.

Agradecimento especial a melhor amiga, Andréia Alves de Mello, que colheu muito algodão nas terras griladas pelos latifundiários da região, filha de camponeses, descendente direta dos camponeses de Porecatu, que pude reencontrar neste retorno as minhas raízes no Norte do Paraná e me propiciou reviver esta amizade de 21 anos, agradeço Andréia por você me fortalecer existencialmente nos momentos mais árduos, gratidão eterna.

*“Minha maloca, a mais linda que eu já vi
Hoje está legalizada ninguém pode demolir
Minha maloca a mais linda deste mundo
Ofereço aos vagabundos
Que não têm onde dormir”
(Adoniran Barbosa, Abrigo de vagabundo, 1974)*

RESUMO

O objetivo desta dissertação é apresentar a narrativa histórica de um conflito agrário, no Norte do Paraná, nos anos 1940 – 1950, conflito este pouco difundido na academia e nas bibliografias oficiais, dos pioneiros – desbravadores, como também dos representantes dos movimentos sociais, vide o Partido Comunista Brasileiro, denominado pelos poucos que se interessaram em pesquisá-lo, como Guerrilha de Porecatu. Contudo este trabalho busca relacionar as determinações históricas que fusionaram as relações sociais que culminaram no conflito agrário entre os latifundiários e os camponeses posseiros de Porecatu, que delinearam resistência a este processo capitalista de exploração no campo. Resistência esta só possível decorrente de organização política.

Palavras-chave: Resistência, Organização, Política, Guerrilha.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to present the historical narrative of an agrarian conflict, in the North of Paraná, in the 1940s - 1950s, a conflict that is not widespread in the academy and in the official bibliographies of the pioneers, explorers, as well as of the representatives of social movements, see the Brazilian Communist Party, named by the few who were interested in researching it, as the Guerrilla de Porecatu. However, this work seeks to relate the historical determinations that fused the social relations that led to the agrarian conflict between the landowners and the squatters in Porecatu, who outlined resistance to this capitalist process of exploitation in the countryside. Resistance is only possible due to political organization.

Keywords: .Resistance, Organization, Politics, Guerrilla.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	18
Mapa 2.....	19
Mapa 3.....	21
Mapa 4.....	69

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1.....	17
Imagem 2.....	36
Imagem 3.....	43
Imagem 4.....	62
Imagem 5.....	78
Imagem 6.....	82
Imagem 7.....	86
Imagem 8.....	87
Imagem 9.....	88
Imagem 10.....	89
Imagem 11.....	90
Imagem 12.....	91
Imagem 13.....	93
Imagem 14.....	94
Imagem 15.....	98
Imagem 16.....	107
Imagem 17.....	111
Imagem 18.....	124
Imagem 19.....	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.....	20
Tabela 2.....	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

COANOP - Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Norte Pioneiro

COPAVI - Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória

COPRAN - Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DOPS - Delegacia Ordem Política Social

FETAEP - Federação dos Trabalhadores na Lavoura do Estado do Paraná

EZLN - Exército Zapatista de Libertação Nacional

GEFM - Grupo Especial de Fiscalização Móvel

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MPT. – Ministério público do Trabalho

MST - Movimento dos Trabalhadores sem Terra

MZ - Movimento Zapatista

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PCB - Partido Comunista Brasileiro PDA - Plano de Desenvolvimento de Assentamentos

PDS - Partido Social Democrático PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

UCP - Usina Central de Porecatu

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UGT - União Geral dos Trabalhadores

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. CAPÍTULO 1 Métodos de Análise.....	31
1.1 Breves apontamentos sobre Serviço Social com a questão agrária.....	36
1.2 As Determinações históricas da questão agrária no Brasil	43
1.3 Características da questão agrária na região de Porecatu.....	53
2 CAPÍTULO 2 O conflito fundiário de Porecatu.....	60
2.1 A aliança do PCB com os camponeses de Porecatu.....	78
3 CAPÍTULO 3 Organização política e consciência de classe decorrentes da práxis social de resistência	101
3.1 Contribuições dos camponeses de Porecatu na representação política campesina.....	115
3.2 Atualidades da questão agrária na região de Porecatu.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS.....	138

INTRODUÇÃO

*“No lugar que havia mata, hoje há perseguição,
Grileiro mata posseiro só prá lhe roubar seu chão
Castanheiro, seringueiro já viraram até peão,
Afora os que já morreram como ave-de-arribação
Zé de Nana tá de prova, naquele lugar tem cova, gente enterrada no chão
Pois mataram índio que matou grileiro que matou posseiro,
Disse um castanheiro para um seringueiro
que um estrangeiro, roubou seu lugar”*
(Música Saga da Amazônia. Vital Farias, LP Cantoria I - 1985)

Imagem1 Reportagem revista “O Cruzeiro” sobre Guerrilha de Porecatu



MAS O GOVERNO do Estado do Paraná não entende da mesma forma dos caboclos. E mandou para a zona de Porecatu soldados com ordem de expulsar os posseiros, de qualquer maneira.

“ESTA TERRA me pertence” — diz com lesteira convicção Guimarães, apontando para o vastíssimo tabuleiro da Fazenda Tabapuá. “Derribamos o sertão, compramos as glebas do Governo...”

A GUERRA DE PORECATU

A verdade sobre os acontecimentos tumultuosos nas glebas conflagradas do norte do Paraná — Vivendo como bichos — 300 caboclos armados vs. 250 policiais — Fazendeiros e posseantes — A responsabilidade do governo Lupion — Violências e excessos, casas queimadas e assassinatos — Esperando justiça — “José Climácio está mais maduro do que mamão” — A luta pela terra — Um apelo ao Presidente Vargas — Revolução comunista? — Terror.

Texto de JORGE FERREIRA
Fotos de MAX OTTONI

A GUERRA de Porecatu foi uma guerra de mentira. Guerra sem tiros, sem combates e sem feridos. Não espocou nem uma bombinha, sequer, para festejar São João. Mas acreditam, senhores, poderia ter acontecido o diabo. Porque tínhamos de um lado 300 ou 400 caboclos armados, encurralados no mato, prontos para brigar. E do outro uns 250 soldados da Força Policial do Paraná, com 60 metralhadoras, lançadores de granadas, mosquetões e “parabellunas”, todos dispostos a matar. A sorte é que ninguém quis dar o primeiro tiro — nem os chamados revoltosos e muito menos os ditos legalistas — e a guerra acabou-se em três dias, sem ter coisa alguma a lamentar. Graças a Deus.

Será justo indagar a quem cabe a responsabilidade dos fatos ocorridos na região norte-paranaense. Aos caboclos? Aos fazendeiros? À polícia? Aos comunistas? Ao governo? Há mais de dois anos que a zona vem sendo considerada conflagrada, e se desta vez não houve mortos e feridos, muitas vidas já foram consumidas na

O CHEFE DE POLÍCIA do Paraná mostra ao repórter o plano das operações.

“E AGORA nos expulsam. Só sairemos mortos.” Diante desta obstinação, o Governo despachou tropas para a zona conflagrada. No tempo de vigília, porém, foram encontradas balas. A Polícia concluiu que houve exercícios de tiro. E começou, então, a patrulhar as estradas. Mas felizmente a guerra esperada não aconteceu.

Fonte: (ARQUIVO DOPS/PR, pasta n. 599)

A imagem 1, retrata bem o objetivo principal desta dissertação que é analisar o conflito fundiário de Porecatu¹/PR a luz dos conflitos de classes e de como as demandas sociais motivadoras destes conflitos são contempladas ou não. A partir do mesmo articulou-se o tema da questão agrária na suas dimensões históricas, econômica e sociais em um caso específico de estudo: a *Guerrilha de Porecatu*. Conflito fundiário de Porecatu, município localizado na região central do Norte do Paraná², às margens do rio Paranapanema, fronteira com o Estado do São Paulo.

Mapa 1 : Mapa do Estado do Paraná com destaque a região de Porecatu.



FONTE:http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/9/92/Parana_Municip_Porecatu.svg/280px

¹ Porecatu significa na língua Tupi algo como "bonito salto d'água". A cidade está às margens do rio Paranapanema, um divisor natural dos territórios dos Estados de São Paulo e Paraná.

² O Estado do Paraná tem uma superfície de 199.324 km², representando 2,3% do Território Nacional, localiza-se na Região Sul do Brasil, da qual também fazem parte Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Cortado pelo Trópico de Capricórnio, o Paraná apresenta em sua porção norte características de clima tropical e em sua porção sul, de clima subtropical. Está dividido, segundo definição do IBGE, em dez mesorregiões: Mesorregião 1 – Noroeste Paranaense; Mesorregião 2 - Centro-Occidental Paranaense; Mesorregião 3 -Norte-Central Paranaense; Mesorregião 4 - Norte Pioneiro Paranaense; Mesorregião 5 - Centro-Oriental Paranaense; Mesorregião 6 - Oeste Paranaense; Mesorregião 7 - Sudoeste Paranaense; Mesorregião 8 - Centro-Sul Paranaense; Mesorregião 9 - Sudeste Paranaense; e Metropolitana de Curitiba (Mesorregião 10). Ver; Ipardes (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social).

Porecatu se notabilizou nacionalmente nos anos 1950, devido a um conflito armado por terras, envolvendo camponeses/posseiros e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) de um lado, e fazendeiros, empresários agrícolas, Polícia Militar, agentes do DOPS – Delegacia Ordem Política Social, e jagunços do outro. Apesar da materialidade concreta da disputa pela terra e dos lados em conflito, estes episódios ficaram escondidos no passado sem reprodução da historiografia oficial, até mesmo no campo da memória e história do pensamento progressista brasileiro, uma vez que o próprio PCB não deu, nas décadas seguintes, a devida atenção a dita condição da luta de classes no Paraná.

Mapa 2. Conflitos Agrários, 1946 - 1988



Fonte: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/>

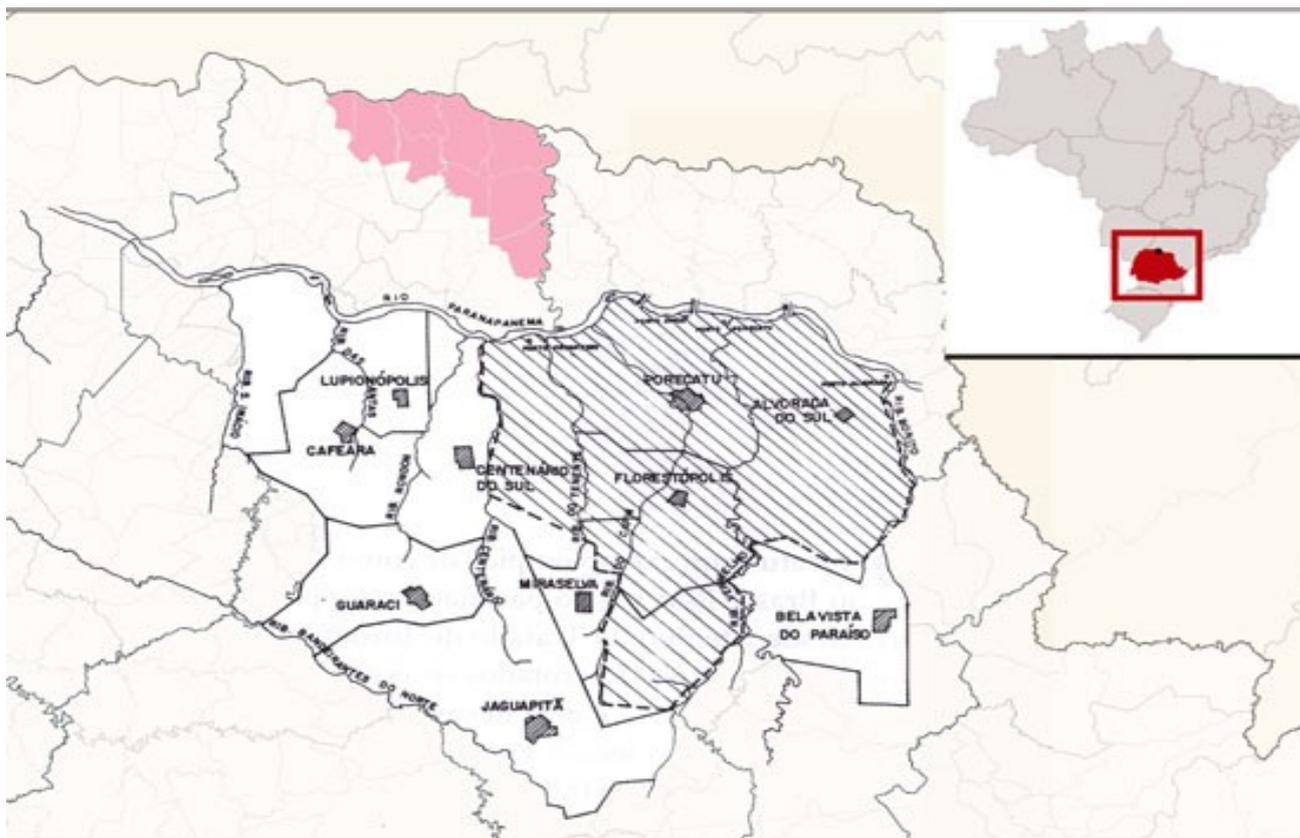
Tabela 1

Cores	Tipo de Conflito
Laranja	Disputa territorial em terras devolutas / Conflito armado
Azul	Disputa de territórios com acesso a água
Verde	Disputa por áreas de barragens
Vermelho	Conflito Armado

Não obstante o estado do Paraná ser foco de conflitos agrários desde as ordenações jurídicas pós Lei de Terras (1850), poucas são as bibliografias sobre o tema, especificamente sobre o conflito fundiário na região de Porecatu, mais raras são as bibliografias, nos registros existentes este conflito foi denominado e difundido como: “*Guerrilha de Porecatu*” entre outras denominações tais como: Guerra de Porecatu, Guerra do Quebra Milho, Levante dos Possesiros e Coréia Paranaense (LEOCÁDIO, 2014, p.86).

Para delimitar as determinantes estruturais da *Guerrilha de Porecatu*, o esforço de compreensão desta luta social foi o de dar centralidade à categoria questão agrária, recorrendo às bibliografias pertinentes a este tema, tendo como referências principais as obras de José de Souza Martins (2010), Jacob Gorender (2017), Roberta Traspadini (2016). Também foram utilizadas reportagens jornalísticas e documentos oficiais sobre os fatos históricos deste episódio localizado e pouco difundido, assim como imagens que retratam, como campo analítico concreto, o teor das disputas e dos conflitos vividos por um número expressivo de homens e mulheres camponeses no Brasil. Este conflito fundiário ocorreu sobre uma região que atualmente compreende os municípios de Porecatu, Centenário do Sul, Guaraci, Miraselva, Jaguapitã, Florestópolis e Lupionópolis na região entre o ribeirão Centenário e ribeirão do Tenente.

Mapa3: Microregião de Porecatu.



Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/porecatu-posseiros-resistem-com-armas>

O epicentro da *Guerrilha de Porecatu* foi no “distrito de Vila Progresso, na época pertencente a Porecatu e atualmente, distrito rural de Centenário do Sul” (PRIORI, 2011, p. 20). Não foi objetivo desta pesquisa esmiuçar o tema do conflito armado de Porecatu, visto que já há trabalho muito bem realizados por Angelo Priori (2011), Osvaldo Heller Silva (2006), que resgataram o tema inicialmente trabalhado por Angela Dasmaceno Ferreira (1985). Mas, sem dúvida nenhuma, o conflito armado, em plena época das guerrilhas latino-americanas, posteriores ao advento da Revolução Mexicana (1910) e da Revolução Russa (1917), foi o ponto de partida para o desenvolvimento do objeto próprio desta pesquisa, com o intuito de compreender as consequências do problema agrário/fundiário neste território, principalmente entender a contribuição deste conflito fundiário no advento de representação política camponesa no país.

Para tornar mais factível o problema desta pesquisa, e dirimir a dúvida: de como a classe trabalhadora organiza suas lutas? e como efetivam suas demandas na estrutura de

representação política, se existem situações de conflito de terra no século XXI, em que estão reunidos elementos similares, aos que desencadearam a *Guerrilha de Porecatu*?

Para compreensão, da aproximação do tema conflito fundiário/*Guerrilha de Porecatu*, descrevo sucintamente, o processo que me levou a estas inquietações como ser social. A relação deste pesquisador com este objeto de pesquisa tem caráter orgânico, visto ser esta região Norte do Paraná, ser o berço de meus genitores e de toda minha descendência. Logo, torna-se um tema caro para meu processo de investigador-principante, que desde a infância vivia escutando os causos sobre os conflitos de terras, na Vila Progresso, ‘*olha menino aqui onde a vó mora, morreu muita gente por causa destas terras*’ escutava isto desde criança, na cidade de Centenário do Sul, município que surgiu após o conflito agrário, quando 380 famílias de resistentes lutadores de Porecatu conseguiram a conquista dos títulos de suas terras.

O projeto inicial da pesquisa, começou a ser concebida em 2014, quando da atuação como assistente social na Prefeitura de Ubatuba/SP, após uma intervenção de desocupação de posse em área urbana. Ao me debruçar nas legislações fundiárias, para compreensão da intervenção realizada, me remeti às legislações do Sistema das Sesmarias (1822) e a Lei de Terras (1850), onde confirmei o que outros intelectuais já haviam constatado: que estes ‘marcos legais’ delimitaram não apenas o acesso e posse a terra no Brasil, como foram a mola propulsora da questão agrária centrada no poder econômico-político-cultural do latifúndio-monocultor-superexplorador, determinante maior da questão social na América Latina.

No entanto, estas experiências oriundas de meu trabalho como assistente social que possibilitaram estas reflexões, não culminaram diretamente na pesquisa, dado o teor como é tratado o movimento das lutas sociais em parte majoritária dos cursos superiores do Brasil, como condição periférica. Mas, mesmo assim, me despertou o interesse em estudar o tema da propriedade privada da terra que, como o das lutas, também tem sido relegado a segundo plano na centralidade do campo de estudos e atuação dos assistentes sociais no Brasil.

Após conseguir relacionar os “causos” que escutava desde criança, nas férias escolares em Centenário do Sul, com todo o movimento capitalista de apropriação da terra, o objeto de pesquisa referenciado na *Guerrilha de Porecatu*, tornou-se um imperativo para mim. Ou seja, estudar o movimento explorador-opressor do capitalismo no campo, e como as contradições desse próprio movimento inerente à propriedade privada da terra e da vida, alteraram as relações sociais dos camponeses da região norte do Paraná ao longo do século XX, concebido como a era do desenvolvimento urbano industrial.

Feita a escolha do tema e estruturado o problema de pesquisa iniciei a lapidação meticulosa sobre as bibliografias referentes à Batalha de Porecatu. O primeiro livro, *Porecatu: Terra Roxa de Sangue*, romance de gênero literário, de Joaquim Silva (1996), narra a saga de um casal de camponeses que saíram de Minas Gerais para desbravar o Norte do Paraná. Outras obras norteadoras desta pesquisas foram: *Agricultura Capitalista e Campesinato no Norte do Paraná – região de Porecatu- 1940- 1952* de Angela Damasceno Ferreira (1984); *O Levante dos Posseiros: A revolta camponesa de Porecatu e a ação do PCB no campo*, de Angelo Priori (2011); e a obra de Osvaldo Heller da Silva (2006): *A Foice e a Cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo paranaense*.

Estes estudos bibliográficos, somados às fontes de jornais e revistas que relatavam o tema à época, em especial, além das reportagens: *Folha de Londrina* (1985), *Gazeta do Povo* (1947 – 1951), *Revista O Cruzeiro* (1950, 1951), *Jornal Voz Operária* (1950-1951), *Jornal O Dia*, *jornal Estado do Paraná*, *Jornal Terra livre*, entre outros documentos, cópias dos documentos oficiais do arquivo público do Paraná.

A separação dos capítulos foi realizada de acordo com estas chaves de leitura e as questões teóricas inerentes a estas. As determinações históricas da questão agrária no Brasil, a relação tênue do Serviço Social com a questão agrária, posteriormente a pesquisa se volta para a apresentação do objeto de pesquisa em si, o movimento social dos camponeses de Porecatu, a inserção do Partido Comunista Brasileiro no conflito fundiário, culminando nas memórias e relatos, organização política e consciência crítica dos posseiros de Porecatu, finalizando com as possíveis contribuições desta luta social para o sistema de representação política dos camponeses no Brasil. Surgem estes temas como demandas para a explicação do objeto de pesquisa em processo e estão imbricadas nele, sendo mutuamente explicativas.

No Capítulo I, para a compreensão da questão agrária no Brasil recorri aos estudos de José de Souza Martins (1980, 1986, 1989, 2010), Clóvis Moura (2014), Jacob Gorender (1987, 1991, 2017), Roberta Traspardini (2016, 2018, 2019) e Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007). Na subseção sobre o Serviço Social e a questão agrária, as autoras principais foram: Kamila Duarte (2015), Marilda Iamamoto (2009, 2012), Raquel San'tana (2012) e Cristina Bezerra (2014).

No capítulo II trabalhei as narrativas históricas da *Guerrilha de Porecatu*, tendo como referências os autores: Angelo Priori (2011), Osvaldo Heller da Silva (2006), Angela Damasceno (1984) e Marcelo Oikawa (2011).

No capítulo III para um maior detalhamento acerca da organização política e consciência crítica dos camponeses no caso específico do conflito de Porecatu, além dos autores já citados, recorria alguns dos grandes referenciais clássicos aprofundados no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, tais como: Karl Marx (2005, 2006, 2007), Karel Kosik (2010), Rosa de Luxemburgo (1974, 1985).

No plano categorial o desafio foi trabalhar temas, que geram, ainda hoje, muita polêmica na batalha das ideias do pensamento social crítico sobre sua vigência contemporânea, tais como: camponato, guerrilha, latifundiários, posseiros, grileiros. Termos e temas que conformam as concepções políticas e as estruturas de classe a depender da forma e do conteúdo como são trabalhados a partir da centralidade que se dê, ou não, à questão agrária na histórica condição de desenvolvimento do país. No Brasil, e em grande parte das economias tomadas como subdesenvolvidas a partir de uma ideia de desenvolvimento calcada no progresso técnico urbano industrial, a palavra camponês substituiu uma série de termos: “caipira, tabaréu, caboclo, lavradores, sitiantes, bóia fria” (MARTINS, 1986, p.67/8).

Esse termo, camponês, usado para designar trabalhador rural foi incorporado apenas na história recente, surgindo como expressão política do lugar comum desses sujeitos na estrutura de classes, a partir da ênfase colocada na projeção midiática do progresso capitalista, pelo grande capital que ia se ancorando como forma hegemônica de exercer seu conteúdo linguístico a ser propagado como verdade absoluta. Nesse sentido, não se trata apenas de mera semântica, e sim da disputa política em alto e bom tom.

Como assinala Martins (1986): “o escamoteamento conceitual é o produto necessário, a forma necessária e eloquente da definição do modo como o camponês tem tomado parte no processo histórico brasileiro, como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é: ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho”. (MARTINS, 1986, p. 25). Afinal, a partir do juízo de valor concebido pelos mandatários privados da ordem do capital, posseiro é o camponês que trabalha na terra, sem ser “proprietário”, logo, a posse é a negação da propriedade. Para MARTINS (1986), o posseiro, entretanto,

“é produto das próprias contradições do capital, uma vez que a expansão do capital depende de terras ocupadas por posseiros, através de sua expropriação - expulsão, o posseiro compromete a propriedade capitalista, pelo fato da não extração de renda da terra, eliminando a renda fundiária primária, sendo que esta fora da lógica da reprodução do capital, na medida em que o pagamento da terra converte se em renda capitalizada em capital para os grileiros/latifundiários”(MARTINS, 1986, p.116)

Convém ressaltar que os camponeses do norte do Paraná nos anos 1940/50 que resistiram ao processo de expansão do capitalismo eram, na sua grande maioria, posseiros. Muitos com títulos provisórios das terras, o que atualmente nomina-se como minifundiários³. Sobre grileiro/grilagem, o ato de apropriar de terras devolutas e/ou de pequenos proprietários rurais com documentos falsos, o ensaísta Amador Nogueira Cobra, em 1923 ao escrever seu livro sobre o interior paulista, buscou uma definição anedótica do termo grilagem/grilo:

“Dizem os homens do sertão, que o autor de uma dessas falcatriuas, desejando certa vez mostrar a seus amigos a escriptura que trazia bem guardada no fundo da caixa, conduzindo-os ao interior da casa...abrindo a caixa salta ele, ligeirinho, de par com a escriptura, o grilo, que junto da mesma se achava...e do fato de estarem juntos – inseto e documento, foi o que se originou a denominação...afirmam outros, porém, que a semelhança entre os falsificadores, a suas obras e os insetos espertos, que escapam com rapidez das mãos que os prendem”(COBRA, 1923, p. 105, apud. PRIORI, 2011, p.37)

Enfim, os latifundiários, os donos formais, registrados em cartórios sobre seu controle, do Brasil, são os proprietários de grande extensão de terra em que, geralmente por não haver utilização, exploração ou cultivo, se pratica atividades sem grandes investimentos, denomina-se também como “estancieiros, fazendeiros, seringalistas, senhores de engenho” (MARTINS, 1986, p.67/8). Ao tratar sobre os fazendeiros na história do Brasil, não podemos deixar de lembrar dos ‘célebres’ Antonio Silva Prado⁴ – o Barão de Iguape - e Geremia Lunardelli⁵, o ‘desbravador’ - latifundiário na região de Porecatu. Como destaque de grande estancieiro podemos citar, Getúlio Vargas⁶. Como seringalista, destaque histórico para Darly

³Minifúndio: conceito oriundo do Estatuto da Terra, Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, que definia minifúndio como o imóvel rural com dimensão inferior a 1 (um) módulo rural. Por definição, o módulo rural é a área máxima fixada para cada região e tipo de exploração. Com o advento da Lei n.º 6.746/80, que estava diretamente vinculada ao ITR, o módulo considerado passou a ser o módulo fiscal de 5 a 11^o hectares, estabelecido para cada município e que contempla: o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida no tipo de exploração predominante, outras explorações existentes no município e o conceito de propriedade familiar. In: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>

⁴ Antônio da Silva Prado, (1778 - 1875) primeiro barão de Iguape, foi um aristocrata e político brasileiro, Ministro imperial da Agricultura(1885-1888), 1^o Prefeito de São Paulo(1899-1911), Senador vitalício ; Fazendeiro colonizador da região de Ribeirão Preto, foi incentivador da imigração italiana. In:https://web.archive.org/web/20070312175828/http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codp_arl=1426&li=20&lcab=1886-1889&lf=20

⁵ Geremia Lunardelli (1885 – 1962) foi um proprietário rural ítalo-brasileiro, recebeu o epíteto de *Rei do Café* por ter chegado a possuir 18 milhões de pés de café espalhados por suas numerosas propriedades nos estados de São Paulo, Paraná e no sul de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul. Também tinha terras em Goiás e no Paraguai. Em sociedade com o irmão, Ricardo, fundou em Porecatu/PR, a Usina de açúcar Central do Paraná (UCP).In: GIOVANNETTI; L.V. O “Rei do Café” Geremia Lunardelli, edição particular, São Paulo, 1951

⁶ Getúlio Dornelles Vargas (1882 -1954), Advogado, político, 17^o presidente do Brasil, proveio de família de estancieiros da fronteira do Brasil com a Argentina. In: <https://brasilescola.uol.com.br/biografia/getulio-vargas.htm>

Alves Ferreira⁷, assassino de Chico Mendes⁸, atualmente entre os grandes latifundiários podemos citar os bilionários da soja Blairo Maggi⁹ e da laranja, José Luiz Cutrale¹⁰.

Considerando que o conflito fundiário de Porecatu foi denominado por historiadores, SILVA (2006) e LEOCÁDIO (2016), como *Guerrilha de Porecatu*, o uso da palavra guerrilha vem do espanhol ‘*guerrilla*’, que significa “guerra pequena, de pequeno porte”.

“Essa expressão passou a ser empregada no contexto de resistência da população espanhola contra a invasão napoleônica entre o fim da década de 1800 e o início da década de 1810. A *guerrilla* foi a principal forma de resistência a essa ocupação. As principais características da guerrilha são: 1) a irregularidade do tipo de combate feito pelo guerrilheiro; 2) a capacidade de mobilidade; 3) o compromisso político; e 4) o caráter telúrico (ligação íntima com o meio – seja ele urbano, seja rural – no qual a guerrilha se forma). O caráter irregular da guerrilha deriva do fato de seu corpo de agentes não ser formado totalmente por militares.”(OIKAWA, 2011, p. 367)

Este termo (guerrilha) foi utilizado nesta dissertação partindo desta compreensão acima citada. A partir das compreensões sobre estas categoriais centrais a labuta seguinte avançou-se para as determinações históricas da questão agrária no Brasil como caminho teórico para a materialização do objetivo principal e avanço na resposta da pergunta problema desta investigação. Nesse sentido, esta pesquisa entende como assevera TRASPADINI (2011):

“(…) A questão agrária como categoria exige que se retome o debate sobre a raiz das formações sócio históricas, com o intuito de projetar um processo de ruptura dentro da ordem burguesa, em que a terra e o trabalho foram confinados dinâmica de produção de valor. Há perguntas

⁷ Darly Alves Ferreira (1935), fazendeiro/seringualistas; assassino do ambientalista Chico Mendes. In: <https://www.oeco.org.br/reportagens/documentario-conta-a-historia-da-testemunha-do-assassinato-de-chico-mendes/>

⁸ Chico Mendes (1944-1988), ambientalista, sindicalista brasileiro, em 1987 e 1988, foi homenageado pela Organização das Nações Unidas de Meio Ambiente (ONU), recebendo o Global 500 na Inglaterra, e a Medalha premiada da Better World Society, nos Estados Unidos, por seu ativismo. In: <https://exame.abril.com.br/brasil/a-resistencia-dos-seringueiros-conheca-a-historia-de-chico-mendes/>

⁹ Blairo Borges Maggi; engenheiro agrônomo, Fazendeiro, Empresário e Político brasileiro (Ministro Agricultura (2016 – 2019). Foi o 53º governador de Mato Grosso de 2003 a 2010 e Senador da República pelo mesmo Estado de 2011 até maio de 2016. Proprietário do *Grupo Amaggi*, um dos grupos empresariais que mais produzem e exportam soja do País, bem como, com negócios em diversas atividades econômicas. In: <https://www.dinheirorural.com.br/secao/agronegocios/o-imperio-da-familia-maggi>

¹⁰ José Luis Cutrale (1946) é industrial brasileiro, É membro da Diretoria da *Cutrale North América, Inc.*, da *Cutrale Citrus Juice Inc.* e da *Citrus Products Inc.* é diretor da Coca-cola FEMSA S.A.B desde 2004. É membro da Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos (ABECITRUS) e administra a Sucocítrico Cutrale, sócio do grupo Safra na americana Chiquita, maior produtora de banana do mundo. In: <https://forbes.com.br/perfis/2015/08/jose-luis-cutrale/>

problematizadoras que nos permitiram desenvolver o capítulo: As categorias analíticas, quando colocadas em movimento nas formações sócio históricas, dão uma dimensão particular à dimensão geral? Se sim, quais processos distintos encarnam as categorias questão agrária e dependência, e quais implicações derivam destas particularidades?” (TRASPADINI, 2011. p.118)

As metodologias inusitadas de percepção da vida social são evocadas, aqui cabe destacar ainda, que neste trabalho o uso de imagem/foto será fundamental para potencializar a compreensão dos fatos históricos narrados; e principalmente para explicitar as diversas modalidades de linguagens que a cultura popular adota para interpretar e expor seus conceitos sobre a realidade, vide o exemplo da *Guerrilha de Porecatu*, onde diversas formas de linguagem retrataram posteriormente, os acontecimentos no Norte Central Paranaense, no campo das ciências sociais algo semelhante acontece com redobradas razões; Para tanto,

“a imagem que ela me oferta realiza-se pelo efeito de apelo visual que inclui e, ao mesmo tempo, transcende a informação e o conhecimento. Ela vale justamente pelo que mostra-e-diz nela e nos intervalos de suas fronteiras. Vale para mim pela maneira como torna a informação visual um momento de encantamento dos sentidos e dos significados, através de minha amorosa leitura do quadro de imagem. E ela tem, com ou mesmo para além das palavras, o poder de tornar visíveis os cenários da vida e do desejo” (BRANDÃO, 1998, p. 33)

Entendendo que a possibilidade do uso de imagens e fotos de reportagens, que a imprensa à época divulgavam não apenas a visão das classes dominantes, bem como, todo preconceitos oriundos do conflitos de classes sociais antagônicas, para TRASPADINI (2019), necessariamente estas imagens:

“ expressam na cotidianidade da luta de classes, da formação de quadros e das diversas expressões em movimento na América Latina do século XX. Vale destacar que, em se tratando de um continente cuja função no imperialismo é a de cumprir com seu papel condicionado a produzir para fora sem autonomia para dentro e com particularidades ainda mais severas do que as encontradas na universalidade do processo do capital, falar de revoluções, revoltas e contestações à ordem é colocar no centro do processo o campesinato” (TRASPADINI, 2019, p.4)

Por autores que se encontraram,

“o apelo à criatividade e à imaginação, como fontes perenes do saber, a travessia dada pelo sentido poético de apreensão da vida social supera caminhos prévios, costumeiramente adstritos a rubricas metodológicas convencionais, embora não abdique das experiências sociológica e antropológica acumuladas. todas elas preocupadas com o aprimoramento dos métodos de investigação no trato de questões marcadas por diferentes formas de representação da vida social. O filme, a pintura, as narrativas e a música servem de pontes de compreensão dessa fronteira difusa que se interpõe entre realidade e imaginário” (BRANDÃO, 1998, p. 34)

No México, palco de exitosas resistências camponesas, vide a epopéia da revolução mexicana (1910) lideradas pelos icônicos Emílio Zapata¹¹ e Pancho Villa¹², por exemplo, a pintura remete ao tempo glorioso, anterior à conquista espanhola, contribuindo para a construção de um ideal de nação. Na particularidade histórica do nascente capitalismo dependente de América Latina e Caribe do século XIX, TRASPADINI (2019) sinaliza que “as revoluções são feitas por indígenas, negros e camponeses. Seus retratos estéticos expostos nos murais modernos mexicanos, narram a história anterior à invasão colonial e posterior a ela como horizonte aberto ao futuro sob o palco da histórica luta de classes no território”, logo,

“O muralismo moderno mexicano apresenta-se como movimento dialético manifesto nos muros, evidenciando as entranhas da sensibilidade estética. Estética das resistências na particularidade do desenvolvimento desigual e combinado latino-caribenho. No mural moderno mexicano se mesclam teoria, política, método e estética. Dita complexidade expõe a relação entre o particular (arte engajada latino-americana) e o geral (arte moderna e nacionalismos) e traz para o centro da cena a dimensão do popular na América Latina e Caribe e suas feições indígenas, negras e camponesas ... o muralismo moderno expõe o movimento da luta de classes no território e reconta a história com centralidade para o popular. De modo que, trabalhar a centralidade política manifestada na arte política do muralismo moderno, exige retomar o significado das revoltas e revoluções na América Latina e no Caribe e as particularidades que demonstram a complexa rede que conforma uma totalidade com muitos tons sobre tons sob as consignas cotidianas das revoluções”(TRASPADINI, 2019, p.4)

Nesta seara tal como as expressões estéticas evidenciadas pela realidade social mexicana, atendo se a diversidade cultural que ocorre no Brasil, desde o Norte, Nordeste, ao Sul passando pelo Centro Oeste, os artistas populares cantam as novas canções de acordo com a realidade vivenciada e proclamam os novos tempos e práticas além de afirmar a “dignidade dos pobres que trabalham, e que ironiza o inimigo possuído pela vontade de lucro ilimitado do capital” sendo assim na própria ação cultural revelam “ a crítica das classes e do Estado que, pelo ganho momentâneo, decidiram, pela violência, transformar o país numa imensa pastagem e o povo brasileiro num imenso rebanho” TRASPADINI (2019), populações rurais de diversos recantos do país,

¹¹ Emiliano Zapata Salazar (1879-1919), foi um importante líder na chamada Revolução Mexicana de 1910 contra a ditadura de Porfirio Díaz, sendo considerado um dos heróis nacionais mexicanos. Era conhecido como *Caudillo do Sul*. O legado de Zapata permanece vivo ainda hoje, particularmente entre os grupos revolucionários do sul do México. Disse ele uma vez: "É melhor morrer de pé do que viver de joelhos". O Movimento Zapatista (MZ) e seu Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) são diretamente inspirados na história e nas ações de Zapata.

¹² José Doroteo Arango Arámbula (1878- 1923), Pancho Villa, foi um dos generais e comandantes mais conhecidos da Revolução Mexicana.

“em meio do fogo e da luta e até diante do sangue derramado, demonstram inacreditável capacidade de suscitar poemas, poesias, menestréis e canções de um insuperável lirismo e de uma imensa força, pode se entender porque a cultura popular deste país constitui um arquivo multicolorido, retalhos da história do povo, de canções que celebram o amor e a festa e, frequentemente, dissimulam a guerra e o luto. Memórias de um povo que, ao contrário da pequena-burguesia intelectualizada, não separa a festa da luta, porque sem a festa a luta não tem sentido. A canção e a poesia é a apoteose do ser em relação do ter” (MARTINS, 1980, p.45)

Estes esclarecimentos acerca dos procedimentos metodológicos para uso de imagens, fotos, poemas e até as modas de viola característica singular, as quais os camponeses adotam para verbalizar a realidade social por eles vivenciados, sem que a utilização destes recursos não seja usado de modo meramente decorativo para Brandão, “de uma maneira nada promissora, evidencia-se uma certa proliferação do uso da fotografia nos trabalhos científicos esteja ligada justamente ao contrário do que se espera. Esteja ligada à sua exata ‘desimportância’ ”;

“Fora o que se situa dentro do campo da pura Antropologia Visual – ou de outras ciências humanas e sociais que também especializam um sub-campo “visual” – não se vêem as imagens de um texto antropológico com a mesma atenção e o mesmo rigor com que as suas palavras devem ser lidas e avaliadas. Nas incontáveis bancas de dissertações e de teses de que tenho participado, as imagens colocadas dentro do texto, em um caderno a parte ou ao seu final, são vistas como quase em uma “hora de recreio”, de que falei linhas acima. Não me lembro de quem re-qualificasse um trabalho científico por causa do valor das suas fotos, e nota alguma foi “abaixada” pelo seu oposto. É que em plena era da imagem a própria imagem tende a ser cada vez mais repetida e, por isso mesmo, banalizada. E, pior ainda, nós, seres de uma tecnologia fantástica a serviço da imagem e do imaginário, nos tornamos a cada dia mais e mais pobres observadores. Leitores limitados dos detalhes preciosos dos mundos culturais nossos e à nossa volta” (BRANDÃO, 1998, p.49)

Na sequência do texto de início no primeiro capítulo começo apresentando o método de análise para construção desta dissertação, para demonstrar a narrativa histórica da *Guerrilha de Porecatu* e relaciona lá com todo o processo de expansão capitalista na América Latina, no Brasil, culminando no Norte do Paraná a opção foi adotar o método crítico dialético para buscar entender as interdições que o modelo capitalista de exploração no campo estabeleceu após o avanço das fronteiras agrícolas, este método dialético é o único que explica *a coisa e o contrário da coisa*, ou seja, no exemplo de Porecatu, o Estado, comitê executivo do capitalismo incentivou a colonização¹³ do Norte do Paraná¹⁴, estabelecendo condições para

¹³ Entre 1940 e 1950, o crescimento relativo ocorrido foi de 71,12%, o mais alto entre os estados brasileiros, duas vezes superior ao do conjunto nacional. Confirmam-no as taxas médias geométricas anuais de crescimento, de 5,62% e 2,41%, respectivamente, para o Paraná e Brasil (...) no decênio seguinte (entre 1950 e 1960), o crescimento relativo observado na população paranaense foi de 102,21% - ainda uma vez, o maior de todo o país

o trabalho livre depois podou as mesmas possibilidades criado pelo Estado, delimitando as matrizes histórica decisivas, que é a regulação da propriedade privada e o trabalho e que condiciona a acumulação capitalista primária

enquanto que o da população brasileira não ia além dos 36,6%. E assim, a população paranaense crescia novamente a um ritmo quase três vezes superior ao do conjunto do país, isto é, a uma taxa média geométrica anual de 7,17%, em contrapartida aos 3,1% para o Brasil (...) os incrementos demográficos verificados fizeram no Paraná um estado densamente povoado, relativamente ao conjunto do país, já que enquanto, em 1960, no Brasil existiam apenas 8,4 habitantes por quilômetro quadrado, no Paraná essa relação atingia nada menos que 21,49 (...) Em uma faixa de transição subtropical e temperado. Além disso, o Paraná tem uma faixa de latossolo vermelho (terra roxa), um dos melhores solos do mundo para plantio. Ver PADIS, Calil Padis. O Paraná: uma visão de conjunto. Rev. adm. empres. vol.11 no.1 São Paulo Jan./Mar. 1971.

¹⁴ O Paraná nos anos cinquentas, tinha uma população de aproximadamente 2.200.000 de habitantes, 5% da população do Brasil (52.000.000 aproximadamente). A economia paraense representava cerca de 7% do PIB nacional. Ver Idem nota 12.

CAPÍTULO 1: MÉTODOS DE ANÁLISE

*“Somos muitos Severinos ,iguais em tudo e na sina:
a de abrandar estas pedras, suando-se muito em cima,
a de tentar despertar, terra sempre mais extinta,
a de querer arrancar , alguns roçado da cinza.
Mas, para que me conheçam , melhor Vossas Senhorias
e melhor possam seguir , a história de minha vida,
passo a ser o Severino, que em vossa presença emigra”
(poema Morte e Vida Severina, João Cabral de Melo Neto)*

Esta dissertação referencia-se no método marxiano e tem na dialética de Marx a chave de explicação sobre a inseparável, mas distinta relação entre método de investigação e método de exposição. A dialética marxiana permite a compreensão da realidade social como uma totalidade constituída por múltiplas determinações. Para desenvolver esta proposta de pesquisa buscaremos o referencial bibliográfico do método social crítico para manejo e percepção desta realidade, com intenção de possibilitar a tessitura deste trabalho, como sugerido por Miotto (2007) de pesquisa, no estudo minucioso da “(...) contradição e o conflito; o ‘devir’; o movimento histórico; a totalidade e a unidade dos contrários; além de apreender, em todo o percurso as dimensões filosófica, material/concreta e política que envolve o seu objeto de estudo” (MIOTTO, 2007, p.39). Acredito que, assim como defende o assistente social, Ricardo Lara (2011):

“a pesquisa e a produção do conhecimento tornaram-se pré-requisitos essenciais ao Assistente Social, sendo a investigação científica a sistematização de uma determinada realidade social, onde é necessário apreender as intrincadas conexões do real para poder aproximar-se de respostas concretas, tão almejadas em suas intervenções profissionais” (LARA, 2011, p. 201)

O posicionamento crítico de um investigador com pretensões de ser rigoroso e vinculado a vida social concreta, deve figurar como pressuposto inicial ao Assistente Social/Pesquisador, a partir da ob a crítica a posturas que naturalizam a situação de barbárie, tão presente na sociedade capitalista. Barbárie que foi tônica do conflito/guerrilha de Porecatu, fato histórico esquecido pela historiografia oficial. A definição do método de abordagem deste estudo, relaciona-se como a busca dos princípios que hoje fundamentam a formação profissional dos Assistentes Sociais, em se tratando de pesquisas que ressaltam a importância do rigor no,

“...trato teórico, histórico e metodológico da realidade social...buscando sempre compreender os problemas e desafios enfrentados pela profissão “no universo da produção; e reprodução da vida social”. Para tanto, é necessária a adoção de “uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade” (ABEPSS, 1996)

Entendendo que a mais específica das situações analisadas sempre revelará na sua essência complexos maiores que dizem respeito à totalidade das relações sociais, logo, fazer pesquisa no Serviço Social, nos coloca como desafio central para o Assistente Social/Pesquisador, "fazer a crítica do fundamentos da cotidianidade (...) analisá-los, reconhecê-los, para transcendê-los (...) considerando uma intervenção de qualidade (...) que visem respostas instrumentais com demanda/exigência própria do cotidiano" (GUERRA, 2006, p. 16). Daí a opção pelo materialismo histórico e dialético de Marx utilizado pelo campo marxista, para estudar um conflito fundiário. Por isso,

“o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações – tanto mais se reproduzem as determinações de um objeto, tanto mais o pensamento reproduz a sua riqueza (concreção) real. As ‘determinações as mais simples’ estão postas no nível da universalidade; na imediatez do real, elas mostram-se como singularidades – mas o conhecimento do concreto opera-se envolvendo universalidade, singularidade e particularidade” (NETTO, 2011, p. 45)

Com a definição do norte teórico, nos pautamos nas exigências epistêmicas do próprio prisma teórico de Karl Marx, ao afirmar “(...) que a relação adequada ao método teórico, o sujeito, a sociedade, tem de estar continuamente presente como pressuposto da representação” MARX (1980, p.55). O esforço empreendido nesta dissertação foi o de compreender, de antemão, a relação entre capitalismo e agricultura, e posteriormente as consequências na região norte do Paraná, à luz da ontologia marxista, o que demanda intensa análise teórica, se a teoria é o real interpretado e reproduzido do plano do ideal.

De acordo com Karel Kosik (2010), no exame da totalidade, não podemos nos limitar à “(...) análise do todo e das partes, mas garantir seu caráter dialético, assumindo a unidade das contradições e a dialética de fenômeno e da essência, da lei e da casualidade, do todo e da parte, da essência e dos aspectos fenomênicos” (KOSIK, 2010, p.56). Vale elucidar, por conseguinte, que “(...) totalidade não significa para ele que devemos abarcar todos os fatos da realidade investigada...” (KOSIK, 2010, p.76), não é essa a compreensão do que é a realidade, mas sim a análise da,

“realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fator qualquer (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente

compreendido. Esse processo é central se pretendemos a destruição da pseudoconcreticidade... A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo *se cria a si mesmo* na interação das partes” (KOSIK, 2010, p. 44)

Logo, seguindo o “materialismo histórico, compreende-se que é possível chegar à verdade, mas não de forma definitiva, visto que a verdade não se apresenta imediatamente ao homem, é necessário desvio para chegar a ela, esse processo demanda explicações com base na própria realidade” (KOSIK, 2010, p. 45), buscando os movimentos que a compõem a fim de compreender “o que está obscuro e confuso para chegar ao conceito do todo, agora abarcando as suas determinações e relações” (KOSIK, 2010, p.45). Nesse sentido, o presente texto busca ir além da aparência naturalizada da manutenção e vigência do processo de exploração-dominação no campo, e compreender como a mesma se sustenta nos marcos do capitalismo enquanto desenvolvimento desigual e combinado.

Com a inicial negação das metas narrativas das macros teoria sociais que para ocultar a perspectiva da realidade, a rechaçam, seguindo a pista que as contradições sociais são historicamente marcadas pelos antagonismos e interesses de classes sociais distintas, enquanto uma classe social tem os meios de produção; outra somente a força de trabalho, em Marx encontramos que:

“Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação” (MARX, 2007, p. 14)

Aprendendo com este método sabemos que o estudo da sociedade é feito, a partir, de suas intenções internas e contradições estruturais, da mesma forma que todas as estruturas modificam-se mutuamente, de acordo com KOSIK (2010), sobre a pseudo concreticidade das relações sociais, diferencia o fenômeno com a essência das relações sociais, considerando que os,

“(...) fenômeno não é radicalmente diferente da essência, e que a essência não é uma ordem diversa do fenômeno... logo...captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde, compreender o fenômeno é atingir a essência” (KOSIK, 2010, p. 15)

Para tanto, a compreensão marxiana da dialética, da totalidade dos fenômenos e das representações sociais oriundas destes fenômenos, significa não só que as partes se encontram

em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo. A totalidade como interação contraditória e complexa das partes,

“A realidade concreta só é possível de se captar por meio da mediação do abstrato, pela mediação das partes (...) esse processo demanda explicações com base na própria realidade, buscando os movimentos que a compõem a fim de compreender o que está obscuro e confuso e confuso para chegar ao conceito do todo, abarcando as suas determinações e relações...o pensamento vai do abstrato ao concreto; o plano abstrato, cuja a base é a negação da imediaticidade que envolve os homens de forma sensível na representação, na opinião e na experiência, esse caminho percorrido pela dialética do abstrato ao concreto, reproduz idealmente a realidade em sua totalidade concreta”(KOSIK, 2010, p.50)

Portanto, ancorada no método marxiano, essa dissertação ao tratar da *Guerrilha de Porecatu*, inserida na luta de classes latino-americana, explicita que, assim como outras tantas lutas sociais, a saga do campesinato de Porecatu foi invisibilizada intencionalmente. Como consequência, esta invisibilidade tende a tornar-se um padrão comum, colocando o território na condição de apto para desenvolver um pacote único de desenvolvimento agrário calcado na expulsão dos povos originários (no Norte do Paraná, os Kaingáng), “não do território/terra como mercadorias somente, mas sim do espaço de produção da vida, entendida a terra e o trabalho com outros sentidos para além do mercantil” (TRASPADINI, 2016). A isso se deve a centralidade da tese sobre o legado histórico da *Guerrilha de Porecatu*: narrar à história a partir da luta, vida e memória dos vencidos. Esse estudo alinha se com o pensamento de Argumedo (1993) quando sustenta que as lutas sociais na América Latina conformam:

“diversas formas de rebeldía abierta, insurrecciones y movimientos de protesta ante condiciones de expoliación que las masas de estos territorios nunca aceptaron pasivamente. Evidencias de la férrea decisión de afirmar su dignidad como pueblos, como comunidades, como hombres y mujeres, no obstante los periodos de aparente sometimiento, cuando el genocidio o la derrota obligaban a replegarse hasta recobrar fuerzas o encontrar nuevas oportunidades de insurrección”. (ARGUMEDO, 1993, p. 16-17)

Esta dissertação tem como finalidade tratar a relevância histórica, passada e presente, de um conflito fundiário no Norte do Paraná nos anos 1940/1950, denominado como *Guerrilha de Porecatu* e sua relação com a construção de estrutura de representação política para os camponeses, inicialmente do Paraná e posteriormente do Brasil. Esse movimento social está inserido na trajetória de lutas dos povos originários (indígenas, quilombolas) e camponeses da América Latina, desde a invasão europeia (1492) em defesa de seus espaços de reprodução da vida. Contudo com a característica marcante do “esquecimento”

bibliográfico, que caracteriza a *Guerrilha de Porecatu* como um movimento social pouco difundido na bibliografia oficial.

Neste ínterim, estabelece a questão agrária, no que tange ordenamento fundiário como centralidade passada e presente, do objeto desta pesquisa que articula o tema da questão agrária, na suas dimensões históricas, econômica e sociais a partir de um caso específico: a *Guerrilha de Porecatu*, partindo das particularidades históricas da questão agrária, chegando à reflexão sobre bibliografias, reportagens, memórias e narrativas especificamente do conflito de Porecatu, analisando as experiências de resistência, luta, em suma da práxis social dos camponeses da região de Porecatu. Relacionando com os aspectos das determinações históricas da questão agrária no Brasil;

“A centralidade da questão agrária na América Latina, passado e presente, é mais intensa do que se projeta nas ciências sociais latino-americanas contemporâneas, cujo foco analítico ancorado na pós-modernidade tende a tratar o tema das “minorias” desconectado do movimento como totalidade. Sociedade em redes, organização e poder nos territórios, na ideia de buscar novas epistemologias, desorganizam um pensar articulado e situado na perspectiva emancipadora, uma vez que tomam como base modificar o que se tem, sem com isso romper de fato com as cadeias hegemônicas do capital ...Terra e trabalho na América Latina são bases estruturais que apresentam, para além dos processos inerentes ao desenvolvimento geral e particular do capitalismo, outras histórias que os detentores do poder insistem em negar: a história das resistências, das lutas por libertação que, travadas ao longo de todo o período colonial, ainda quando silenciadas ou deturpadas, ganham vida no cotidiano das lutas dos movimentos sociais latino-americanos”.(TRASPADINI, 2016, p. 114)

O trabalho é resgatar, nos dias atuais, a luta camponesa pela ‘terra prometida’, desbravada e roçada, que outrora se mostrava inóspita, como uma vasta e densa floresta, que após o advento do trabalho humano, passa a produzir alimentos para a produção de suas vidas, autônomas, ao menos em alguns processos de trabalho; Relacionando com os aspectos das determinações históricas da questão agrária no Brasil, com o desvelamento das reais das determinações históricas da questão agrária, a partir da particularidade do conflito fundiário de Porecatu, que se faz presente pela relevância e legado que este movimento resultou, para a posterior estrutura de representação (política) no Brasil, após a década de 1950, pois a narrativa, além de ser um resgate histórico, constitui-se, pela sua atualidade, em um verdadeiro libelo camponês a denunciar a dominação do latifúndio e seus maléficos efeitos sobre a vida dos trabalhadores rurais brasileiros até os dias de hoje.

1.1 BREVES APONTAMENTOS SOBRE SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA:

Imagem 2. Foto conflito de classes antagônicas: latifundiários versus camponeses.



Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/porecatu-posseiros-resistem-com-armas>

*“E você ainda acredita, que é um doutor
Padre ou policial, que está contribuindo
Com sua parte, para o nosso belo, quadro social”
(Trecho música Ouro de Tolo – Raul Seixas, 1973)*

Na história mais recente do Serviço Social tem no “seu estatuto de profissão consolidada junto aos segmentos urbanos tem sido desmistificada pela ampliação do contato direto com as demandas do rural através da municipalização das políticas sociais” (DUARTE, 2015, p.7). Entretanto as requisições da atuação de assistentes sociais junto aos movimentos sociais do campo se avolumam, para Duarte (2015), mesmo, o Serviço Social sendo institucionalizado nos quadros técnicos do Estado mediante a necessidade de responder as demandas da classe trabalhadora industrial, existe;

“(…) historicamente, a profissão tem uma vinculação direta com as expressões da questão social situadas no espaço urbano, originalmente, estas mesmas expressões são fruto da dinâmica capitalista tanto no campo quanto na cidade, levando-se em consideração as particularidades do desenvolvimento capitalista brasileiro” DUARTE (2015, p. 8)

Para a compreensão da instituição do capitalismo moderno presumindo a dominação burguesa no Brasil, é importante destacar que esta começa a se processar com uma suposta crise do poder oligárquico nas transições de colônia de Portugal, a partir de 1500 para o

Império (1822), e deste para a República (1889). Mas também em atendimento as definições hegemônicas do capitalismo internacional, em sua fase monopolista, que exigia a eliminação de entraves para a introdução de relações de produção efetivamente monopolistas, tanto no campo quanto na cidade, a modernização conservadora da economia brasileira ainda quando ocorreu, não eliminou todos os resquícios do seu passado colonial. Nos termos de Florestan Fernandes (2005):

“A manutenção da estrutura agrária, a refuncionalização do latifúndio em empresa capitalista agrária, o patrimonialismo e a dominação política, foram incorporados à nova ordem capitalista moderna, sendo operada por um acordo entre as frações da classe dominante no bloco hegemônico no poder, que promoveram uma revolução burguesa ‘pelo alto’, a partir da aglutinação de interesses das velhas oligarquias agrárias cafeeiras e da classe burguesa, numa espécie de “democracia restrita” (FERNANDES, 2005, p.135)

O “moderno” nasce através da mediação do “arcaico” e isto pode ser percebido também nas relações de produção, na qual se promove um arranjo entre as antigas estruturas produtivas adequadas para acumulação originária e outras predominantemente modernas de acumulação do capital (FERNANDES, 2005). Assim, ao lado do trabalho assalariado se mantiveram relações arcaicas totalmente articuladas à reprodução ampliada do capital como a agricultura familiar, a “peonagem”, o regime de parceria e a informalidade nas relações de trabalho, sobretudo no campo. De acordo com Iamamoto:

“Dessa herança, permanecem tanto a subordinação agrícola aos interesses exportadores, quanto os componentes não capitalistas nas relações de produção e nas formas de propriedade, que são redimensionados e incorporados à expansão capitalista. Esse mesmo desenvolvimento incorpora e recria a pequena produção mercantil simples – parceiros, pequenos arrendatários, posseiros – submetendo- a aos jugo do capital (comercial, industrial, financeiro) e à renda fundiária.” (IAMAMOTO, 2012 p. 131)

É neste sentido que se justifica a necessidade dos e das Assistentes Sociais a compreensão sobre a questão agrária, o problema da concentração de terras e da pobreza rural, e relacionar estas características com as expressões da questão social, estabelecendo explicação na relação dialética que envolve campo e cidade. São as particularidades da formação social brasileira, do desenvolvimento capitalista que dão o embasamento teórico para interpretar o cotidiano dos usuários das políticas sociais e suas especificidades.

Por vezes os Assistentes Sociais, os executores finais de políticas públicas ao receberem uma “(...) demanda expressiva do rural, não conseguem diferenciar que o público-alvo pode ter necessidades de atendimento diversas a depender do seu modo de vida, da sua

origem urbana ou rural” (DUARTE 2015, p.11). Situação que gera dificuldades para a intervenção profissional. De acordo com Iamamoto (2009):

“O Assistente Social lida, no seu trabalho cotidiano, com situações singulares vividas por indivíduos e suas famílias, grupos e segmentos populacionais, que são atravessadas por determinações de classes. Isso requer tanto competência teórico-metodológica para ler a realidade e atribuir visibilidade aos fios que integram o singular no coletivo quanto à incorporação da pesquisa e do conhecimento do modo de vida, de trabalho e expressões culturais desses sujeitos sociais, como requisitos essenciais do desempenho profissional, além da sensibilidade e vontade políticas que movem a ação.” (IAMAMOTO, 2009, p. 33)

A construção das mediações que clarificam a relação entre questão agrária e questão social deve ser compreendida pelos Assistentes Sociais, de modo a inibir o entendimento do rural como um espaço deslocado das relações contraditórias impulsionadas pela sociedade do capital, e, por isto, à margem do urbano. Destaca-se também um segundo elemento para reflexão que é o aprofundamento dos estudos sobre a formação social brasileira pela categoria profissional. É necessário associar o estudo teórico metodológico, inspirado nas fontes clássicas da tradição marxistas, às particularidades históricas da formação social brasileira e do desenvolvimento capitalista realizado sob vias não clássicas, que mantiveram fortes traços da herança colonial conservadora, rebatendo diretamente nas relações sociais de produção e reprodução presentes na vida dos sujeitos, mas, também pela grande influência que exerce no cotidiano de trabalho do Serviço Social inserido numa arena de correlação de forças mediada pela relação com o Estado.

Nos diferentes espaços profissionais, o Assistente Social precisa apreender as mediações entre as demandas postas em seu cotidiano e as configurações do mundo do trabalho. Quando se trata de municípios de pequeno porte, cuja economia gira em torno das atividades monocultoras da agricultura capitalista, o debate sobre a “desertificação do campo e as condições precárias do assalariados rurais têm que compor a análise dos profissionais porque essa será a base sobre a qual emergem as demandas de seu cotidiano, em diversos espaços sócio-ocupacionais”. (DUARTE, 2015, p 15). Por isso o Serviço Social não tem:

“(…) grande acúmulo no debate sobre temática agrária para subsidiar a análise das mediações existentes entre modelo agrícola e refrações da questão social em municípios cuja economia é voltada para as atividades do agronegócio. Ainda que o debate sobre o fundamento da questão social como decorrente dos conflitos entre capital e trabalho e sua centralidade nas condições de produção e reprodução desse modelo de sociabilidade seja a base fundamental, é preciso apreender as mediações que perfazem e evidenciam as singularidades das demandas trazidas pelo trabalho rural. Em municípios pequenos, os espaços sócio-ocupacionais são, em grande

medida, permeados pelas demandas trazidas pelas precárias relações de trabalho ou pelo desemprego permanente dos trabalhadores rurais.” (SANT’ANA, 2012, p. 13)

Apreender que essa realidade poderá contribuir com a “desmistificação da modernidade reclamada pelo agronegócio e, também, para uma atuação do Assistente Social mais qualificada para o atendimento desse público que, de forma cada vez mais frequente, tem se tornado usuário da política de assistência social” (SANT’ANA, 2012, p.15). Temos a questão agrária enquanto particularidade da questão social, que expressa um conjunto de contradições decorrentes da apropriação capitalista da terra que envolve, como é apresentado abaixo por Duarte (2015):

“(…) por um lado, um processo de concentração fundiária, renda e riqueza, e, por outro, a produção de miséria, exclusão e desigualdade social no campo, estabelecer os nexos que ligam a questão agrária e social pressupõe a dimensão da totalidade, onde rural e urbano deixam de ser polos opostos e passam a ser compreendidos como complexos sociais, que compõem uma totalidade ainda mais ampla e contraditória, qual seja: a sociedade capitalista. Este entendimento é resultado do trabalho dinâmico das mediações que têm a função de articular estruturas sócio históricas que só parecem estanques, mas na verdade se relacionam.” (DUARTE, 2015, p.17)

Souza (2019, p.166), sustenta que o principal nexos que sustenta a questão social no Brasil foi a “a marginalização do escravizado, quando liberto, somou-se à marginalização de milhões de camponeses pobres e mestiços espalhados pelo país. Estes, ao longo da história do escravismo, travaram disputas com os grandes plantadores pela posse da terra”. Logo, o rural isolado de suas múltiplas determinações é mera abstração. Nas palavras de Bezerra:

“Defendemos que esta perspectiva de totalidade é o elemento que permite, ou que permitirá, ao Serviço Social, saltos qualitativos no debate desta questão, potencializando não só sua prática profissional, mas também suas apropriações e contribuições às diferentes áreas do conhecimento urbano, rural e agrário precisam ser compreendidos como um todo diverso e contraditório, com particularidades que convergem, ou devem convergir, para as expressões da questão social no interior da ordem do capital e para os processos de resistência que os trabalhadores têm historicamente buscado construir em sua constituição enquanto classe social em luta em diferentes territórios.”(BEZERRA, 2014, p. 138)

Nesta perspectiva de desvelamento das determinações históricas que conformam a questão social, para o Assistente Social e pesquisador José Fernando Silva (2013);

“(…) o importante é destacar que o Serviço Social é uma profissão inegavelmente interventiva, precisamente centrada no gerenciamento de programas e de projetos sociais vinculados à administração da pobreza/pauperismo, travestido de “questão social”, como o ponto de intersecção entre Marx, sua tradição e o Serviço Social se

expressa, portanto, com uma diferença estrutural, ontologicamente dada, uma oposição entre o Serviço Social inserido no metabolismo do capital com a função específica de administrar suas insuperáveis tensões que se particularizam na esfera da vida social e, por outro lado, uma perspectiva revolucionária comprometida com a construção de uma sociedade ‘para além do capital’(...) insiste precisamente na direção da superação da ordem burguesa por meio de um processo revolucionário gestado a partir das contradições objetivo-ontológicas contidas nessa própria ordem, formulando uma crítica radical da propriedade privada, do processo de apropriação privada da riqueza socialmente produzida e do trabalho alienado-estranhado – com sua divisão e organização – que impede a emancipação humana dos homens” (SILVA, 2013, p.146)

Outrossim, é que a questão agrária, expressa um conjunto de contradições decorrentes da apropriação capitalista da terra que envolve, “por um lado, um processo de concentração fundiária, renda e riqueza, e, por outro, a produção de miséria, exclusão e desigualdade social no campo”. Sabe-se que as manifestações da questão agrária são anteriores à explicitação da questão social: “a primeira é fruto do processo de acumulação primitiva de capital na Europa, que se constituiu como base para o desenvolvimento capitalista propriamente dito, através da expropriação camponesa e da formação da propriedade capitalista da terra” (TRASPADINI, 2016, p.34), que foram os processos históricos responsáveis pela oferta do trabalhador livre, despossuído dos meios de produção, ao capital.

Na realidade brasileira, as expressões da questão agrária também são anteriores a penetração do capitalismo no campo, entretanto as contradições que já existiam “foram reforçadas, ampliadas e refuncionalizadas pela monopolização capitalista da terra e pela industrialização da agricultura, que recolocaram os problemas agrários como decorrentes das relações entre capital e trabalho no campo, e por isto, como particularidade da questão social” (TRASPADINI, 2016). Para melhor elucidar este processo é necessário resgatar alguns aspectos de sua formação social. De acordo com Souza (2019):

“A partir da concepção dominante, a concepção de terra, nas sociedades que se fundam pela invasão, na perspectiva da crítica da economia política, é que a terra apropriada privadamente, transformada em mercadoria, capital financeiro, é um bem restrito, de apropriação limitada, cujo monopólio permite aos proprietários se apropriarem da riqueza social na forma de renda da terra” (SOUZA, 2019, p. 213)

A necessária retomada das raízes fincadas no passado, ainda se fazem estruturas presentes em pleno século XXI: “nas veias abertas, o passado aparece sempre convocado pelo presente, como memória viva do nosso tempo” (GALEANO, 1999). O “complexo de complexos no continente exige desenterrar um passado recente que cobra sentido, ante a

lógica desumanizante (trabalho) e destrutiva (terra) do movimento” (TRASPADINI, 2016, p.118).

Por fim, neste subitem, outro elemento para reflexão, consiste no estudo da história recente do país e de suas transformações peculiares, no marco das transformações societárias impulsionadas pelo desenvolvimento capitalista, sob a hegemonia das finanças e seus rebatimentos na vida dos sujeitos concretos, que são os usuários das políticas sociais urbanas e rurais. Com o intuito de projetar o processo de ruptura dentro da ordem burguesa, em que a terra e o trabalho foram confinados à dinâmica de produção de valor, diante dessas tarefas é pertinente especificar-desentrincheirar a história do conflito fundiário da região de Porecatu. Já que seu passado continua:

“(…) submerso em um concreto colonial que a marcou de forma substantiva. Com base nisto, seu presente, por mais que não seja visível, dada a leitura alienada da realidade na qual estamos imersos, não se fundamenta somente no capital. Há histórias não contadas pela história oficial. Há histórias submersas originadas em raízes anteriores ao capital. Histórias sobre as quais se assenta a própria acumulação originária de capital. (TRASPADINI, 2016, p.117)

Prontamente afirmado que os posseiros de Porecatu, fizeram acontecer a organização política de que eles necessitavam para produção de suas vidas, a construção de um estudo no âmbito do Serviço Social, a contribuição será compreender como este legado de organização resultou em uma estrutura de representação política, para as populações do meio rural, representação política que rege a estrutura política de representação do campesinato até os dias vigentes com todos os seus limites.

Desde a luta pela demarcação dos territórios indígenas, quilombolas, bem como, todas as lutas camponesas no Brasil de ontem e de hoje, sem perder de vista que a dimensão da luta de classe é, por vezes, negligenciada na medida em que “política social é unilateralmente um sinônimo das concessões de determinada fase do capitalismo ou identificada com ganhos legais que conformam direitos” (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010), no entanto, banir a esfera política dos determinantes fundamentais da política social, por isso se faz necessário destacar:

“(…) remete à desconsideração da processualidade histórica como *práxis*, como dinâmica das classes em luta. A luta na América Latina é a referência concreta à história que não se esquece nem se vende, tampouco se arrenda um só hectare de seu esquecimento. A insurgência, a insubmissão, as lutas e demais processos políticos também foram uma constante no desenvolvimento da América Latina”.(PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p. 21).

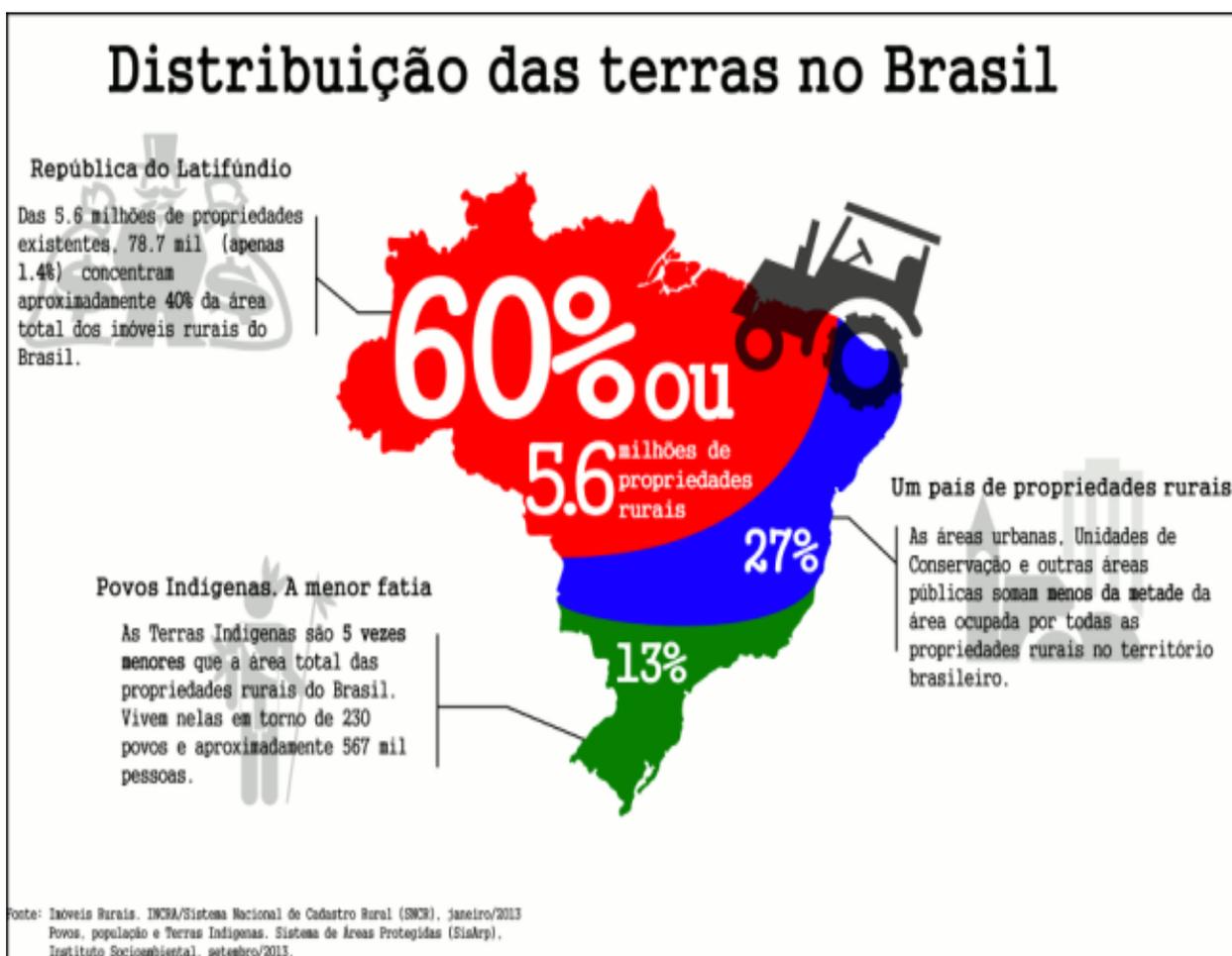
O Serviço Social em seu código de ética uma perspectiva crítica normativa que pressupõe a atuação dos Assistentes Sociais no plano coletivo, considerando os seus princípios norteadores e fazendo o esforço de compreensão acerca principalmente nos princípios: *1º Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;* e do 4º princípio, *Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;*

O exemplo de luta dos camponeses de Porecatu, evidencia similarmente estes princípios norteadores do Serviço Social, a “liberdade como valor ético central” com ampla e irrestrita defesa da “democracia enquanto socialização da participação política” e da “riqueza socialmente produzida” que necessariamente deve ser dividida entre aqueles que participam dos processos de trabalho, no exemplo do conflito fundiário no Norte do Paraná, ficou o legado, da experiência de organização popular para resolução de problemas reais que os camponeses da região de Porecatu, cultivaram.

1.2 DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

*“Toda mata tem caipora para a mata vigiar,
Veio caipora de fora para a mata definir
E trouxe dragão-de-ferro, prá comer muita madeira,
E trouxe em estilo gigante, prá acabar com a capoeira
Fizeram logo o projeto sem ninguém testemunhar,
Prá o dragão cortar madeira e toda mata derrubar
Se a floresta meu amigo, tivesse pé prá andar,
Eu garanto, meu amigo, com o perigo não tinha ficado lá
O que se corta em segundos gasta tempo prá vingar,
E o fruto que dá no cacho prá gente se alimentar?
Depois tem o passarinho, tem o ninho,
Tem o ar, igarapé, rio abaixo, tem riacho e esse rio que é um mar
Mas o dragão continua a floresta devorar,
E quem habita essa mata, prá onde vai se mudar???
Corre índio, seringueiro, preguiça, tamanduá,
Tartaruga: Pé ligeiro, corre-corre tribo dos Kamaiura’
(Música: Saga da Amazônia, Vital Farias, 1985)*

Imagem 3 Mapa de distribuição de terras/latifúndios no Brasil.



Fonte: Imóveis Rurais. INCRA/Sistema Nacional de Cadastro Rural(SNCR). In Instituto socioambiental. Setembro, 2018. <https://www.socioambiental.org/pt-br/tags/reforma-agraria>

Como evidenciado na introdução deste trabalho para trabalharmos a *Guerrilha de Porecatu*, temos que passar, necessariamente, pelo debate acerca da centralidade da questão agrária no desenvolvimento do Brasil e da América Latina, no que tange ao ordenamento fundiário como ponto histórico nevrálgico passado e presente, do objeto desta pesquisa articulando assim o tema da questão agrária na suas dimensões históricas, econômicas e sociais, torna-se a meta principal deste trabalho, a partir deste caso específico.

Ao partirmos das particularidades históricas da questão agrária, nos debruçando sobre a reflexão das revisões bibliográficas, a análise das reportagens da época, das memórias e narrativas especificamente do conflito de Porecatu, pretendemos nos somar aqueles e aquelas que entendem a particularidade da América Latina na divisão internacional do trabalho após suas “independências formais” (Marini, 2011). Nesse sentido, em plena era de difusão midiática do agronegócio, como *pop* como *tech*¹⁵, fundamenta o protagonismo do campesinato brasileiro ainda firme em sua função de produzir vida para si e para os demais, como meta de desenvolvimento às avessas ao do capital. Assim, resgatar, nos dias atuais, a luta camponesa pela ‘terra prometida’, desbravada e roçada, que outrora se mostrava inóspita, como uma vasta e densa floresta, que após o advento do trabalho humano, passa a produzir alimentos para a produção de suas vidas, autônomas, ao menos em alguns processos de trabalho, passa a ser condicionante para compreensão sobre a questão agrária na atualidade, à guisa deste debate, Traspadini (2018) reforça a argumentação;

“A construção de uma narrativa de poder baseada na história hegemônica que se apresenta como iniciada no processo colonial deturpa o ser/sentir-se latino-americano e conforma no seu lugar dois grandes equívocos analíticos: 1) o entendimento da análise da situação local, isolada dos demais movimentos gerais; 2) a compreensão de um sistema mundo que não se sustenta em particularidades históricas fundamentais orientado por múltiplas determinações. Estas análises, intencionalmente, conformam uma interpretação dual e dicotômica que não permite analisar as contradições inerentes ao movimento” (TRASPADINI, 2018, p.114-115)

A luta camponesa na região de Porecatu, esta inserida num contexto de expropriação, David Harvey (2004), no livro *Novo imperialismo*, sustenta que a acumulação primitiva

¹⁵ As mídias burguesas, vide a Rede Globo segue exibindo nos intervalos de sua programação a campanha publicitária “Agro é Pop, Agro é *Tech*, Agro é Tudo”, que busca criar uma imagem positiva e moderna do latifúndio, mascarando a real situação do campo e fazendo apologias à semifeudalidade, à semicolonialidade e até à escravidão. A campanha “Agro é pop” faz parte de uma ofensiva ideológica do latifúndio, por meio do monopólio da imprensa, com o intuito de construir uma imagem perante ao povo de que o latifúndio é “a indústria riqueza do Brasil”, de que é o latifúndio que “desenvolve” o país. Nesse cenário, se opor ao latifúndio é “colocar-se contra o crescimento econômico e o desenvolvimento da Nação”. (<https://anovademocracia.com.br/no-196/7473-agro-e-pop-cultivando-esinformacao-e-elogiando-a-escravidao>).

continua existindo e que essa não se situa apenas na gênese do capitalismo, cunha a categoria ‘*acumulação por desapossamento*’. Como formas dessa *acumulação por desapossamento* indica, que a posse, propriedade e apropriação. A posse sempre se refere à posse de um objeto e, portanto, para que a posse exista é necessária uma relação entre o sujeito e o objeto (...) o roubo de terras também se constitui num exemplo de acumulação primitiva de capital, documentos falsos de registro de propriedades são forjados, usurpa-se, assim, a terra de quem nela trabalha ou da União, quando se trata de terras devolutas. A ocupação ilegal de terras, conhecida no Brasil como grilagem, incide, sobretudo, sobre as terras públicas. Para isso, os grileiros contam com a ajuda de cartórios, praticam a violência expulsando, quando é o caso, posseiros e/ou comunidades indígenas.

Pari passu com Karl Marx (1984), que afirma ser o roubo, a fraude e a violência são alguns dos fatores idílicos da acumulação primitiva. Reinventam-se mecanismos que permitem a espoliação, os quais em nada diferem das práticas do roubo, da fraude e da violência, tão bem descritas por Marx no capítulo XXIV do *O Capital*, que é intitulado “A chamada acumulação primitiva”, afirmou “a história da expropriação, que despoja da terra o trabalhador, adota diferentes tonalidades em distintos países e percorre, numa sucessão diferente, as diversas fases. (Marx, 1984, p. 895). Retomando os escritos de Harvey (2004),

“o processo de *acumulação pela espoliação* se constitui num mecanismo de superar as crises de sobre acumulação capitalista, garante-se, assim, pelos movimentos do capital, tanto com a acumulação, como com a reprodução, o desenvolvimento da sociedade capitalista, esses dois movimentos afiançam a sobrevivência da sociedade burguesa (...) a acumulação primitiva que abre caminho à reprodução expandida é bem diferente da acumulação por espoliação, que faz ruir e destrói um caminho já aberto”. (HARVEY, 2004, p.135)

Os trabalhadores rurais do Norte do Paraná foram ‘agraciados’ com esta dinâmica de exploração capitalista, desde a reordenação política da conjuntura do fim do Brasil Império (1822-1889) na passagem para o Brasil República (1889)¹⁶. Após o fim do Escravidão dos povos afrodescendentes, a apropriação do território passou a ser condicionante da política econômica do Brasil, com o bem maior a propriedade privada, via compra e venda da terra. Com os afrodescendentes livres, a terra é aprisionada no ‘*Cativeiro da Terra*’ (MARTINS,

¹⁶ Este momento histórico é chave para as determinações da questão agrária no Brasil, com a passagem do direito as terras devolutas da União para os Estados ocorreu um ano após a abolição formal da escravidão (1888), Logo, a escravidão, escravismo e racismo são temas que jamais, podem deixar de serem expressos no debate sobre a questão agrária, estas reordenações jurídicas se caracterizam como raízes contemporâneas do racismo brasileiro. Como nos ensina: Clóvis Moura (2004) e Jacob Gorender (2017), e Cristiane Luiza Sabino de Souza (2019).

2010, p.50). Essa mudança do aprisionamento de seres humanos para o bem natural, terra, condicionou juridicamente os conflitos agrários posteriores como fica claro na citação abaixo:

“As características gerais da Lei de Terras e do regime de sesmarias vigente até 1822 delimitava o entendimento do termo ‘terra devoluta’, no interior de Portugal já se concedia o título de sesmaria e aquelas terras em que o detentor do mesmo não as tornasse produtivas eram tomadas pela Coroa” (SILVA, 2008, p. 355)

Segundo Martins: “ (...) se no regime sesmarial, o da terra livre, o trabalho tivera que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa” (MARTINS, 2010). Antes de tratar a “perspectiva do sentido do trabalho no continente no bojo da acumulação originária de capital, é importante analisar a questão da renda da terra em suas distintas dimensões, uma vez que no momento em que o trabalho livre se apresenta, a terra é legalmente privatizada”, (TRASPADINI, 2016, p. 147). Nesta seara ao tratar, especificamente, do caso brasileiro, Martins (2010) sustenta que:

“O país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje. Ele condenou a nossa modernidade e a nossa entrada no mundo capitalista a uma modalidade de coerção do trabalho que nos assegurou um modelo de economia concentracionista. Nela se apóia a nossa lentidão histórica e a postergação da ascensão social dos condenados à servidão da espera, geratriz de uma sociedade conformista e despolitizada. Um permanente aquém em relação às imensas possibilidades que cria, tanto materiais quanto sociais e culturais”. (MARTINS, 2010, p.10)

Desse modo, a institucionalização da propriedade privada da terra no Brasil em 1850, teve como função criar condições objetivas para o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, através de oferta da força de trabalho livre como aponta Martins (2001):

“As bases do capitalismo agrário e urbano-industrial no Brasil têm seu marco de destaque na Lei de Terras (nº601 18/09/1850), como consequência do fim do sistema de Sesmarias (1822). O cercamento formal das terras, entendidas e juridicamente tomadas como mercadoria, com títulos de compra e venda, pelo Estado para entes privados, surge da necessidade do Império brasileiro regular a propriedade privada no país, logo, a Lei de Terras surgiu como a principal iniciativa jurídica de concentração de propriedade privada sobre a terra no Brasil, trezentos e cinquenta e nove anos após a invasão dos europeus sobre o território concebido como América Latina. A expropriação dos povos originários de seus territórios foi condicionante *sine qua non* deste processo de exploração, e desenvolvimento do capitalismo no Norte do Paraná, moldados desde o Império, no Brasil, os governantes afirmaram a opção agroexportadora enquanto escolha política e econômica; (MARTINS, 2010, p. 62)

Ao abordar nesta dissertação, as determinações históricas da questão agrária, que expropriaram os trabalhadores rurais do território-terra, espaço de produção da vida dos camponeses, visa-se estabelecer uma posterior explicitação das determinações locais do conflito em Porecatu, tanto nos aspectos jurídicos da estrutura de apropriação do território, a partir do século XIX, como nas questões sociais e históricas decorrentes.

O capitalismo organizou-se para explorar agricultura no mundo e no Brasil, em suas diferentes fases desde a era mercantil até a atual monopolista centrada na especulação financeira, estes processos de expansão capitalista, influíram na agricultura brasileira, e tiveram suas decorrências no norte do Paraná, principalmente a partir dos anos quarenta do século XX. Ao ponto que Traspadini, sinaliza:

“A mercantilização da terra e as particulares formas de exploração da força de trabalho vinculadas a ela, no método de exposição e análise, expõem que no desenvolvimento desigual e combinado, parte e todo se vinculam e apresentam uma totalidade não captada fora do método. A terra e o trabalho na América Latina apresentam-se assim na história da produção de mercadoria *como* sua gênese, constituição e desenvolvimento contínuos. Por outro lado, o *porquê* dos desdobramentos do modo de produção e acumulação de capital na Europa põe de manifesto o *como* da colonização com base em violentos mecanismos de apropriação da terra e do trabalho no continente”(TRASPADINI, 2018, p.131)

Posteriormente à Lei de Terras de 1850, estava posta a situação jurídica apta a concentração de terras no Brasil, possibilitando a concentração fundiária em todos os recantos do país, preservando as estruturas tradicionais de produção, de dominação, perpetuando a exploração e a miséria no campo, contemplando as monoculturas principalmente de açúcar, café e borracha. O sociólogo José de Souza Martins analisa este movimento de expansão do monopólio da terra calcado no respaldo jurídico:

“Instrumento legal que assegurava um monopólio de classe sobre a terra em todas as regiões do país, mesmo naquelas ainda não ocupadas economicamente. O que de fato se conseguia era interditar o acesso do lavrador pobre à terra, impedindo-o de trabalhar para si e obrigando-o a trabalhar para terceiros, especialmente para os grandes proprietários” (MARTINS, 2010, p.155)

A conformação das raízes do Brasil que, desde a invasão portuguesa até meados do século XIX, não existia um sistema de propriedade compartilhada da terra, a exceção dos processos de resistências indígenas e quilombolas que insistiam em manter outro modo de produção frente à ofensiva criminosa das escravidões e trabalhos forçados. O produtor agrícola nesse período não tinha estabilidade em relação a sua produção como também sobre

o território que ocupa para a agricultura. Jacob Gorender em sua obra *Escravidão Colonial*¹⁷ em discordância com autores como Caio Prado Júnior em sua obra *A Questão Agrária no Brasil*¹⁸ que por sua vez sustenta etapas de uma e a evolução para o capitalismo:

"Ocorreu uma repartição melhor da propriedade agrária, e o mais fácil acesso a ela para os trabalhadores rurais, constitui, portanto, a meta principal de uma política orientada para a transformação das relações de trabalho, e melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Mas não há que ver aí, por não ser o caso, nenhuma superação de pseudo etapa feudal ou semifeudal, e 'ascensão' para o capitalismo" (PRADO JR, 2006, p. 69)

Posteriormente á Abolição da escravatura (1888), dispensado a necessidade de compra de escravos – passou a ser a propriedade da terra, ser o determinante para o domínio econômico e não mais a propriedade dos trabalhadores, para Martins nesta dinâmica as elites criaram “uma interdição de modo de produção, a partir do escravismo colonial criaram suas estratificações de classes sociais como foi o *colonato*” (MARTINS, 2010, p. 156).

A organização social de venda da força de trabalho que se deu-se em núcleos familiares. Nesta conjuntura da transição de modos de produção: do Escravismo para o Capitalismo, outro célebre autor, Clóvis Moura requisita que essa transformação ocorreu de “modo dependente”. Ou seja mudou-se o modo de produção, com centralidade para uma “formalização das independências nacionais com acréscimo na exploração dos trabalhadores, concebido por ele como passagem do ‘escravismo pleno ao escravismo tardio’ ”(MOURA, 2004).

Em ambos a característica comum e majoritária é de que trabalhadores escravos e trabalhadores livres eram ambos sem terras. Com a política de branqueamento, os imigrantes ocuparam os postos de trabalho disponíveis e os negros passaram a compor o exército industrial de reservas de mão de obra. Para demonstrar essa hipótese Moura desenvolve sua tese intitulada *Do Escravismo Pleno ao Escravismo Tardio*, estrutura que permitiu o autor dividir explicar a condicionante estrutural do escravismo no Brasil em dois momentos: um ascendente, até 1850, denominado como “Escravidão Pleno”, desde a invasão europeia até ano da promulgação da Lei de Terras - 1850, outro descendente, até 1888, chamado de “Escravidão Tardio” (MOURA, 2004).

17. GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. SP : Expressão Popular, 2016.

18. PRADO JR, Caio. A questão Agrária no Brasil. São Paulo: Ed.Brasiliense, 1979.

No Escravismo Tardio, de acordo com Moura, à análise parte da Lei Eusébio de Queiróz (Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850) que proibiu o tráfico de africanos escravizados para o Brasil quando iniciou-se o processo de abolição gradual, beneficiando os senhores de escravos em detrimento aos negros escravizados, em processo de alforria, sem direito à terra, como esclarece a economista Roberta Traspadini:

“Processo este que negou a diversidade, as raízes dos povos originários e dos africanos migrantes forçados e forjou, na diferença, a negação da miscigenação. Este seria um dos traços marcantes no momento contemporâneo do que fundamenta os laços inerentes ao capitalismo dependente latino-americano da herança colonial: o aprisionamento da terra e do trabalho em formas muito particulares cujo conteúdo pautava-se na transição fora da América Latina para um particular modo de produção ainda mais violento que os anteriores” (TRASPADINI, 2018, p.182)

Logo, como sustenta BAUER (1998) em seu texto: *Sobre as Origens da Questão Agrária Brasileira*, o racismo no Brasil:

“(…) é origem e estrutura da formação do capitalismo brasileiro e, por isso, não será superado com o desenvolvimento da sociedade capitalista, assemelhando as condições para a luta antirracista, luta de classes, luta camponesa pela terra, que se articula, visto que a introdução do trabalho escravo, acompanhou o processo de colonização, não teve outra finalidade senão suprir as necessidades da grande produção agrícola colonial com mão de obra abundante e permanente. Abolida a escravidão, encontraram-se meios e maneiras de continuar a garantir-se uma oferta permanente de trabalho barato não-escravo, preservando-se, contudo, vários de seus aspectos. Ao impedir-se o acesso à terra aos escravos recém libertos, conseguiu-se criar laços extra econômicos, que os prenderia submissamente à grande propriedade, evitando-se habilmente, que viessem a poder reivindicar ou adquirir direitos, que colocassem em questão a hegemonia dos senhores de terras ou que lhes suprimisse a permanente disponibilidade sobre mão de obra abundante e barata” (BAUER, 1998, p.25)

O supracitado historiador Jacob Gorender, mais um entre tantos grandes nomes ainda pouco estudados no Brasil, em *A escravidão reabilitada* (1991), reforça este traço presente na história viva da violência escravagista do Brasil. Nas palavras de Gorender (1991):

“A resistência à coação diária, à violência e à própria condição servil fazem parte da adaptação. A resistência não constituía momento distinto acoplado a outro momento distinto subsequente, conforme propõe o binômio resistência e acomodação. A resistência fazia parte intrínseca da adaptação, era necessidade incessante para o escravo, como o ar que respirava. Só assim impedia que a coisificação social do seu ser, imposta pelo modo de produção, se convertesse em coisificação subjetiva” (GORENDER, 1991, p. 35)

Com a promulgação da Lei de Terras (1850), como ficou conhecida a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada

no Brasil. Até então, não havia nenhum documento específico que regulamentasse a posse de terras e com as modificações sociais e econômicas pelas quais passava o país duas semanas após a Lei que ‘proibia’ o tráfico de escravos, o Estado brasileiro em poucos dias redefiniu a estrutura de segregação ao acesso a Terra no Brasil, excluindo: negros, indígenas, mestiços, brancos pobres em geral. Abolição da Escravidão (1888) teve como condição a “apropriação de terra pelos grandes fazendeiros, que fora subproduto da escravidão, passa a ser condição do trabalho livre, instrumento para arrancar do camponês mais trabalho” (MARTINS, 1986).

Para discernir melhor sobre essa contraditória dinâmica através da qual a acumulação capitalista depende sempre de um processo contínuo de transformação de grupos humanos em massas proletarizadas, Gorender (2016) no estudo da história econômica e da introdução do capitalismo no Brasil, conceitua que houve o “*modo de produção plantacionista latifundiário*”, como “gênese necessária a reprodução do capitalismo no Brasil, para atingir a fase capitalista, o modo plantacionista foi o intermediário modo de produção, que possibilitou os altos índices de lucro para efetivação do modo capitalista de produção” (GORENDER, 2016, p.37).

No escravismo colonial, que foi vigente no Brasil desde o início da invasão lusitana a partir de 1500 até a abolição da escravidão 1888. José de Souza Martins define este período transitório do modo de produção plantacionista e com a organização social do colonato durou cerca de um século (1850 a 1950) e serviu para:

“(…) reconstituir a diversidade de mediações e determinações das relações de produção que de configuraram o regime de trabalho que veio a ser conhecido como regime de colonato (...) a contradição que permeia a emergência do trabalho livre se expressa na transformação das relações de produção como meio para preservar a economia colonial de exportação, isto é, para preservar o padrão realização do capitalismo no Brasil, que se delinea pela subordinação da produção ao comércio. Tratava-se de mudar para manter” (MARTINS, 2010, p. 28)

Ao privilegiar os grandes proprietários de terra a legislação vigente acabava favorecendo a materialização de relações de produção e de dominação, que em sua essência, foram preservadas no decorrer dos séculos. Ao mesmo tempo, isto contribui como ele de conexão analítica para se entender as condicionantes que contribuiriam mais fortemente para bloquear as reações de protesto dos “deserdados da terra”. Assim como assevera, Sabino (2018):

“Frente à primazia da propriedade privada, o desigual acesso à terra, aos meios de produção e ao poder, condicionam a apropriação da riqueza produzida, o pagamento de salários abaixo do nível de sobrevivência dos trabalhadores e de saqueio dos recursos

naturais, uma vez que o passado colonial consolidou a matriz da acumulação primitiva de capital atrelada à apropriação privada da terra”. (SABINO, 2016, p.109)

A propriedade da terra possibilitava, então, ao seu proprietário privado, com uma tendência formalizada na história dos cartórios do Brasil, a apropriar-se de grandes extensões de terra com vistas a manter a cultura do monocultivo-latifundista-superexplorador nas terras, agora, mercantis do Brasil “independente”. A intenção era extrair renda como se fosse capital, ou seja, a propriedade da terra permitia a aquisição de ganhos semelhantes ao lucro advindo de atividades produtivas e garantia o desenvolvimento de um regime de trabalho nas fazendas de café que, apesar de livre, não era assalariado: o sistema de colonato. Assim, uma contradição essencial foi apontada por José de Souza Martins no conjunto destas alterações nos modos de produção agrário, a produção de uma mercadoria, que era o café, não se dava nos moldes do capitalismo clássico, o que lhe permite desenvolver o argumento de que:

“(…) o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas, igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução no caso em particular da transição do trabalho escravo ao trabalho livre, o que reiterou foi a permanência de relações de produção não capitalistas, tanto no que concerne à escravização africana, quanto à contratação de colonos na agricultura cafeeira. Se no primeiro caso não havia qualquer indício de salário, no segundo, o sustento principal dos imigrantes estrangeiros, os colonos, se originava dos pequenos cultivos realizados entre as leiras de café.” (MARTINS, 2010, p. 36-37)

A questão agrária denota no sentido *stricto*, as características elencadas por Ruy Mauro Marini em seu clássico *Dialética da Dependência* de 1973, como inerentes ao modelo de desenvolvimento desigual geral, assentado na particularidade da intensificação perversa das relações desiguais entre capital-trabalho. Define o autor (2011):

“superexploração, quando as economias dependentes compensam internamente as perdas no âmbito externo, estabelecendo uma particular forma de exploração da força de trabalho – superexploração – e o uso irracional dos recursos naturais como mecanismos normais de produção de valor” (MARINI, 2011, p. 123)

Neste sentido, a compreensão sobre a questão agrária torna-se essencial para o entendimento da totalidade das relações sociais demarcadas pela propriedade privada da terra, ao considerar-se que “as sociedades ao longo do tempo organizaram a posse, uso e propriedade do principal bem da natureza, que é a terra” (STÉDILE, 2010, p. 45). Essas mudanças, no geral, não são baseadas em transformações nas relações de produção decorrentes de câmbios profundos nos processos de trabalho que se manteve praticamente o

mesmo, quando muito sofrendo pequenos ajustes em função de novas incorporação da mão de obra, tanto nos canaviais como nos cafezais o processo de trabalho se manteve sem modificações técnicas¹⁹.

Na prática, a mudança foi na criação do valor formal na forma particular, real da extração de *mais valia*, de forma sui generis na América Latina: a superexploração como transferência contínua de valor (AMARAL; CARCANHOLO, 2009, p.13). Foi na liberação de terras antes empregada pelos trabalhadores na produção direta, que essa mudança se sustentou na distribuição/circulação ao mercado externo e não, previamente na produção de valor. Em análise sobre o tema, o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007) reitera a importância de entendimento sobre a dinâmica econômica de extração de renda sobre a terra. No capitalismo o processo de concentração da terra sob o modo capitalista de produção é distinto do processo de concentração do capital:

“ Difere porque a concentração da terra é produto do monopólio de uma classe sobre um meio de produção específico, particular, que é a terra. No capitalismo, a terra, transformada também em mercadoria, tem um preço, mas não tem valor, porque não é produto criado pelo trabalho humano. A propriedade capitalista da terra é renda capitalizada; é direito de se apoderar de uma renda, que é uma fração da mais-valia social e, portanto, pagamento subtraído da sociedade em geral. Este fato ocorre porque há uma classe que detém a propriedade privada da terra e só permite sua utilização como meio de produção (arrendada ou não), através da cobrança de um tributo: a renda capitalista da terra. É por isso que, sob o capitalismo, a compra da terra é compra de renda antecipada. Quando estamos diante da grilagem de terras, esse processo revela seu verdadeiro caráter: o caminho "gratuito" do acesso à renda, do acesso ao direito antecipado de obter o pagamento da renda, sem mesmo ter sequer pago para poder auferi-la” (OLIVEIRA, 2007, p. 66)

Da mesma maneira, porém revelando o sentido oposto, a posse é o ato de quem não quer pagar a renda ou não aceita a condição de que para produzir tenha que pagá-la. E tem o Estado a seu lado para tal feito. Portanto, “a concentração da terra não é igual à concentração do capital; ao contrário, revela a irracionalidade do método que retira capital do processo produtivo, immobilizando-o sob a forma de propriedade capitalista da terra” (OLIVEIRA, 2007). Já a concentração do capital é demarcada pelo aumento de poder de exploração da força de trabalho; é o aumento da capacidade produtiva do trabalhador; é aumento, portanto, da capacidade de extração do trabalho não-pago, ou seja, da *mais-valia*. Por isso para Traspadini (2018):

¹⁹ Ver Souza (2019); Terra, Trabalho e Racismo: Veias Abertas de Uma Análise Histórico-Estrutural no Brasil, Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2018. p. 95.

“A natureza da renda da terra é a produção e extração de valor. Por isto, para que ela ocorra, a concorrência intercapitalista deve ser aquecida e a produção em larga escala deve ser constituída como processo cotidiano. Há uma contradição de primeira ordem encerrada nisto. A renda da terra nas economias centrais não pôde prescindir do desenvolvimento capitalista da produção e valorização do capital, uma vez que a aceleração da dinâmica comercial-bancária para a industrial exigia da agricultura novos processos produtivos com o aumento das escalas de produção. Parte da remuneração do capital é extraída na forma de renda da terra por proprietários que não têm relação alguma com a produção de valor, a não ser o do monopólio de um bem natural. Só há renda da terra porque este bem natural foi transformado em objeto mercantil. A terra-capital é a matriz da natureza da renda da terra, ambos os mecanismos artificiais de uma produção social materializada na propriedade privada da vida”(TRASPADINI, 2018, p.148)

José Graziano da Silva em seu livro *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*, recupera corretamente as análises de Marx sobre este tema quando afirma:

“A renda fundiária que corresponde ao modo capitalista de produção é uma apropriação em segunda mão pelo proprietário fundiário de parte da mais valia que o capital extorquiou ao trabalhador rural diretamente, no processo produtivo. É essa diferença fundamental com as formas de renda anteriores, que representavam uma apropriação em primeira mão do excedente gerado pelo produtor direto”. (SILVA 1981, p. 20)

1.3 CARACTERÍSTICAS DA QUESTÃO AGRÁRIA NA REGIÃO DE PORECATU

“Paraná celeiro do café, pelo teu glorioso passado, Aqui vai a mensagem de fé, desta viola que chora o teu triste fato, Sou um caboclo que vê com tristeza , o teu café pela geada²⁰ queimado, mas que se sabe é que o teu povo é forte, nem diante da morte se vê derrotado, Paraná tens um rico tesouro, terra roxa pura massapé, Serás sempre o filão de ouro. que fez enxadeiro virá coroné, Aconteça o que acontecer, o remédio é enfrentar a maré, Porque sei que pro paranaense, Se perde ou se vence está sempre de pé”(trecho moda de viola ‘Geada no Paraná’, Tião Carreiro e Pardino, 1983)

Na região de Porecatu (1947-1951), as características dos modos de produção definidas por MARTINS (2010), MOURA (2004), GORENDER (2016), MARINI (2011),

²⁰ A geada negra dizimou a cultura de café, no Norte do Paraná, no dia 18 de julho de 1975, a temperatura naquele dia foi de - 9°C. Mais de 850 milhões de pés de café foram queimados. A geada Negra de 1975 com "o vento gelado soprando do sul, vindo da Cordilheira dos Andes, enchendo os vales e transbordando para lugares mais altos" que varreu o café do Paraná queimou os 100% da cafeicultura paranaense, zerando a produção e abrindo espaço para uma novo produto de exportação, a soja. A cultura de café que desde os anos 1950 perdia terreno para a cultura da Cana de açúcar em 1975 praticamente se encerrou neste fatídico dia. Com base em dados censitários do IBGE, observa-se que somente durante a década de 1970, cerca de 1,2 milhão de pessoas deixaram o campo no Paraná. A Geada Negra potencializou o processo de êxodo rural – que vinha se desenhando desde a década de 1950. Cerca de 80 mil pequenas propriedades deixaram de existir no Paraná entre 1975 e 1985. Em 19 de julho de 1975 – Governador do Paraná, Jayme Canet Jr., decreta o fim da cafeicultura no Paraná. Êxodo do campo para a cidade vai atingir 2,5 milhões de pessoas no estado, durante aquela década. Perto de 300 mil lavradores ficam sem emprego

OLIVEIRA (2007), interferiram diretamente com consequências sócio econômicas nas relações sociais dos camponeses-posseiros, estas contradições foram condicionantes do conflito de classes: latifundiários versus posseiros, e a região de Porecatu, foi lugar concreto de agudização da questão agrária no Brasil, o que culminou na histórica *Guerrilha de Porecatu*. O conflito fundiário de Porecatu, portanto, foi resultado da convergência de fatores, que foram moldados desde o Império, do sistema Sesmarial, o Escravismo colonial, o posterior sistema de colonato e sistema, cuja síntese jurídica mais bem acabada sobre as novas tessituras do poder de classe no país que foi a Lei de Terras de 1850.

Outrossim, e fator relevante nesta reordenação do uso da terra no Brasil foi a transição das terras devolutas da União para os Estados, a partir, da proclamação da República (15 de novembro 1889)²¹. Com a potencialização da cultura agrícola nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo com atuação dos imigrantes europeus em conjunto aos ex-escravos, cablocos, a partir da saturação do cultivo nestes estados, ocorre o deslocamento da cultura do café, com notória expansão da fronteira agrícola para dito monocultivo em direção às terras mais férteis e mais distantes do litoral, como assinala José Souza Martins:

“(...) num movimento que durou praticamente cem anos, até que os cafezais alcançassem o chamado norte do Paraná, a mais de mil quilômetros do lugar de sua primeira expansão, o avanço do capitalismo não dependeu da abertura de um espaço livre à ocupação de capital. O trabalhador que já era expropriado pelo próprio capital que, com a crise do trabalho escravo, que instituiu a apropriação camponesa da terra” (MARTINS, 2010, p.76)

No Sul do Brasil, que se encontrava em fase de ascendência, com o surgimento e já evidente êxito da lavoura cafeeira, onde o norte do Paraná tinha as mesmas condições climáticas do oeste paulista, ocorreu a tendência a de perpetuação de uma estrutura clássica de latifúndio com a potencialização de exploração de áreas não desbravadas. Com essa expansão do setor agrícola na região surge a proposta governamental empreendida pelo governo de Getúlio Vargas (1930-1945), denominada Marcha para o Oeste²². Segundo Caio Prado Junior,

²¹ Decreto nº 1, de 15 de Novembro de 1889. Decretou como forma de governo da Nação Brasileira a Republica Federativa, e estabeleceu as normas pelas quais se devem reger os Estados Federais.

²² Como nos ensina Piori (2012) A “Marcha para o Oeste foi uma campanha nacionalista empreendida pelo governo Getúlio Vargas, Em um primeiro momento o Estado impulsiona a colonização inicial da região inspirada na Lei da Propriedade Rural (*Homestead Act*) dos Estados Unidos da América, criada pelo presidente Abraham Lincoln, que motivava os camponeses a colonizarem terras inóspitas para a agricultura, essa era a “política inicial” que diferente dos EUA no Brasil não foi efetivada com a legalização das pequenas propriedades, a política buscava a ocupação efetiva e a nacionalização das fronteiras nacionais brasileiras de Norte a Sul do país. Tinha o interesse de ocupar todos os

inicialmente, a organização da produção, por escolha econômica, a agricultura instalada no Brasil foi a monocultura, principalmente da lavoura cafeeira onde,

“vantagens apreciáveis, a que vem juntar-se ainda a superior fertilidade de um tipo de solo ímpar no Brasil (terra roxa)²³, particularmente para a cultura do café, seu poder econômico, perpetuara a estrutura clássica do latifúndio, monocultura e escravidão, vigente no país” (PRADOJR, 2006, p.164).

A certificação desta realidade latifundiária no Brasil deu-se em forma de expropriações dos territórios dos indígenas e camponeses, desde as Guerras de Canudos (1896 – 1887) e Contestado (1912 – 1916), bem como, nas primeiras décadas do século XX, em suma todos os conflitos agrários pós-período de adequação jurídica da posse da terra no Brasil, estas expulsões de trabalhadores rurais da terra, motivou os fluxos migratórios dentro do país, possibilitando o necessário êxodo rural para industrialização no país. No mesmo período histórico ocorria a imigração espanhola, italiana, alemã e japonesa no primeiro momento coincidiu com a expansão dos cafezais para o oeste novo (divisa do pontal do rio Paranapanema e o vale do Paranapanema) entre estados de São Paulo e Paraná, como descreve José de Souza Martins:

“Em 1920, dos 133.749 espanhóis que viviam nas regiões cafeeiras, 49,9% estavam nas zonas novas, enquanto nessas zonas estavam 31,9% dos italianos e 27,2% dos brasileiros. No oeste velho, viviam 57,4% dos brasileiros, 66,6% dos italianos e 48,3% dos espanhóis. Estes últimos tinham uma presença acima da média na Araraquarense, na Alta Sorocabana e na Noroeste; os italianos estavam acima da média na Mogiana, na Paulista e na Araraquarense. Evidentemente, tanto espanhóis como italianos podiam ser encontrados nas várias regiões do país. O que faço aqui é apontar tendências e proporções diferenciais na ocupação do espaço pelas populações de diferentes nacionalidades. Os imigrantes, e também os trabalhadores nacionais, podiam ser encaminhados aos cafezais como colonos ou como trabalhadores avulsos” (MARTINS, 2010, p.131)

espaços demográficos vazios, e reavivar as tradições coloniais, além de acelerar e concluir a conquista do território brasileiro, ocorreu quando o Estado Novo decidiu concretizar sua ação política, por meio da criação de territórios federais em 1943, nas regiões do Amapá, Guaporé (atual Rondônia), Rio Branco (atual Roraima), Iguazu e Ponta Porã (parte do atual Estado de Mato Grosso do Sul), oeste e norte do Paraná.”(PRIORI, 2012, p.66).

²³ Esse solo resulta de milhões de anos de decomposição de rochas basálticas, muito ricas em nutrientes, como o ferro, responsável pela coloração avermelhada. O nome terra roxa surgiu por causa de imigrantes provenientes da Itália, que vieram ao Brasil para trabalhar em lavouras de café. Eles chamavam a terra de “rossa”, que significa “vermelha”, em italiano. A palavra foi sendo entendida como “roxa”, e o nome acabou pegando também entre os brasileiros. Considerada a mais fértil dos solos brasileiros. Esse tipo de solo é encontrado principalmente nos Estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

Os camponeses conforme eram expropriados procuravam novos territórios para se estabelecerem com vistas a sua sobrevivência em terras para plantar e viver. Por essa razão, o camponês brasileiro não é um enraizado, até porque a expulsão foi uma condicionante contínua do modelo de desenvolvimento oligarca. Então, ao contrário, como demonstra Martins (2010), ser um retirante, fazia parte da cultura de resistência camponesa no Brasil:

“(...) o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante (...) Durante este período são muitas as indicações de que, na medida em que se dava a expansão geográfica do café, esses lavradores de roça, os cablocos/caipiras (mestiços de negros e brancos, negros libertos e brancos empobrecidos) (...) de derrubada da mata, de queimada, de coivara, de plantio do milho e do feijão, de deslocamento para nova terra após alguns anos de cultura, foram excluídos da economia do café, sendo expulsos da terra pelos grandes fazendeiros, a partir da exclusão do processo produtivo nas grandes fazendas de café tornaram-se aparentemente, lavradores livres e pobres tornando-se posseiros (...) geralmente, esses camponeses/cablocos tinham permissão de fazer suas roças de mandioca, feijão e milho nas terras limítrofes das fazendas. O colonato combinava um pagamento fixo em dinheiro por mil pés de café tratados, uma quantia em dinheiro proporcional à quantidade de café colhido, prestação de determinados trabalhos gratuitos ao fazendeiro durante o ano (como a construção ou reparo de cercas, limpeza de pastos e caminhos, controle de incêndios). Os camponeses tinham permissão para plantar milho, feijão e, eventualmente, arroz ou algodão” (MARTINS, 2010, p.147-148)

Ao considerar os camponeses dentro de uma conjunção dos expropriados da terra, que em grande parte eram descendentes dos povos originários, os indígenas e dos diversos povos de quilombos²⁴, descendentes dos escravos. Pode-se colocar a expropriação destes sobrantes da apropriação territorial que as elites efetuaram pós – Lei de Terras, como sujeitos que estão no centro para efetuar uma relação dialética entre elementos constitutivos da questão agrária.

Se faz necessário que se retome o debate sobre a raiz das formações sócio-históricas da América Latina para uma aproximação mais profunda sobre as raízes do Brasil, desenhada em especial por autores ainda negligenciados na academia e no pensamento crítico brasileiro, como: Clovis Moura (2014) e Jacob Gorender (2016). Esta dinâmica contraditória de ocupação e usufruto da terra, foi como o capitalismo moldou suas necessidades de implementação de uma estrutura rural, principalmente no referente à mão de obra, para implementar o latifúndio, Roberta Traspadini (2016), afirma ser a expropriação dos povos originários, a determinação histórica central da questão agrária no continente, e explica:

“(...)o histórico funcionamento do processo de gênese e desenvolvimento do capitalismo na América Latina, assim, conforma a base estrutural da questão social

²⁴ Sobre o aquilombamento no Brasil ver obras; Rebeliões da Senzala - quilombos, insurreições e guerrilhas. São Paulo: Anita Garibaldi, Clóvis Moura (2014) e (SOUZA, 2019, p.95).

aberta no Continente a partir do momento em que o processo de desenvolvimento originário dos povos pré-colombianos foi subsumido de forma violenta à própria gênese constitutiva do capital. Essa questão nos remete ao passado-presente do desenvolvimento dependente, próprio, do capitalismo latino-americano. A questão agrária, entendida como categoria analítica fundamental, explica o histórico funcionamento do processo de gênese e desenvolvimento do capitalismo na América Latina²⁵. Assim, conforma a base estrutural da questão social aberta no Continente a partir do momento em que o processo de desenvolvimento originário dos povos pré-colombianos foi subsumido de forma violenta à própria gênese constitutiva do capital. Essa questão nos remete ao passado-presente do desenvolvimento dependente, próprio, do capitalismo latino-americano.”(TRASPADINI, 2016, p.115)

A questão agrária demarca a centralidade da história entendida como disputas, contradições, complexas relações sociais de demarcação sobre:

“(…) o que se entende por vida, terra, ser social e sociabilidade para cada um dos grupos que, ante a guerra, exercem suas distintas formas de poder ao longo da história. A partir do caráter histórico material, a questão agrária demarca as relações sociais de poder-contrapoder e a conformação das regras político-jurídicas-morais a partir da perspectiva dominante sobre o exercício concreto do poder sobre todos. Explicitada a partir de uma condicionalidade histórica, a relação entre os seres sociais, os demais seres vivos e a natureza, a questão agrária ganha uma dimensão que não começa no capitalismo mas ganha neste novas formas de um conteúdo centrado na propriedade privada da terra(…)”.(TRASPADINI, 2018, p. 4)

E portanto:

“(…) da condicionalidade da liberdade desconectada à posse, uso, possibilidades de sobrevivência para além da compra-venda.mundo global. A questão agrária nos revela o fundamento das disputas, das guerras e das históricas formas-conteúdos de ocupação territorial pelos sujeitos que geram vida, e muita morte, ao longo da história. Dar centralidade à questão agrária é demarcar o momento na história em que a concepção originária foi, através de múltiplas guerras por diversos territórios” (TRASPADINI, 2018, p. 4)

Na análise de Traspadini (2018), pautar a questão agrária a partir da América Latina significa três coisas:

“1. Reconhecer o desconhecimento histórico sobre o que havia antes e que foi soterrado, destruído, saqueado, violentado pela condição de invasão colonial do século XVI; 2. Explicitar as histórias de resistências presentes ao longo dos últimos quinhentos anos que nos remetem a um passado ainda vivo na concepção de território, vida e sociabilidade dos povos originários e demais grupos que, também saqueados, violentados, violados, foram trazidos para o continente em condições (des) humanas ou de um tipo de humanidade questionável em seus princípios basilares. 3. Entender a centralidade da terra para a acumulação capitalista, dado que se transformou na forma-conteúdo dominante mundial a partir do século XIX.”(TRASPADINI, 2018, p.5)

²⁵ Mais elementos para este debate está em SOUZA (2019, p. 58 -71).

A partir da colonização, a questão agrária passou a ser elemento substantivo da sociabilidade do capital. “Mas não sem lutas, sem resistências, sem gritos. No entanto, quanto mais fortes estas expressões, mais cruéis os mecanismos de opressão material-simbólica: torturas, escravidões, estupros, assassinatos, domesticações, evangelizações, entre outras importantes dinâmicas de produção de morte, nominadas de vida, pelos detentores da pólvora” (TRASPADINI, 2016). Nestes termos Martins aponta para as contradições da inserção do capitalismo no campo, nestas contradições, repousa a controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e o tempo histórico da frente pioneira capitalista, Martins aponta que:

“(…) não se reconhece que o tempo histórico de um camponês dedicado a uma agricultura de excedentes é um. Já o tempo histórico do pequeno agricultor próspero, cuja produção é mediada pelo capital, é outro. E é ainda outro o tempo histórico do índio integrado, mas não assimilado, que vive e se concebe no limite entre o mundo do mito e o mundo da História. Como ainda é inteiramente outro o tempo histórico do pistoleiro que mata índios e camponeses a mando do patrão e grande proprietário de terra: seu tempo é o do poder pessoal da ordem política patrimonial e não o de uma sociedade moderna igualitária e democrática que atribui à instituição neutra da justiça a decisão sobre os litígios entre seus membros. A bala de seu tiro não só atravessa o espaço entre ele e a vítima. Atravessa a distância histórica entre seus mundos, que é o que os separa. Estão juntos na complexidade de um tempo histórico composto pela mediação do capital, que junta sem destruir inteiramente essa diversidade de situações” (MARTINS, 1989, p.157-158)

Sobre esta dicotomia dos vários mundos e tempos referidos por Martins, outra contribuição singular para compreensão deste fenômeno é a categoria de comunismo primitivo de Rosa de Luxemburgo, em *Introdução à Economia Política* (1974). Rosa, nas palavras de Loureiro, “se encanta com o funcionamento igualitário das *markas* germânicas, evidenciando a harmonia presente entre os povos e se surpreendendo com a economia natural daquela sociedade” (LOUREIRO, 2015, p. 75), Rosa demonstra seu surpreendente interesse pelas sociedades de comunismo primitivo, para a militante e teórica polonesa:

“Todos trabalham em conjunto para todos e decidem a respeito de tudo. De onde provêm e em que se fundam essa organização e esse poder da coletividade sobre o indivíduo? Do comunismo do solo, ou seja, da posse em comum do mais importante meio de produção pelos trabalhadores”. (LUXEMBURGO, 1974, p. 83)

Rosa (1974) se surpreende também com as “experiências de comunismo primitivo na América do Sul, principalmente presentes na experiência peruana, que também eram chamadas de *markas* por parte dos historiadores” (LOUREIRO, 2015). Esta análise das comunidades peruanas se mostrou na história em consonância com os estudos de Mariátegui sobre as comunidades camponesas peruanas, em sua obra *Siete ensayos de interpretación de*

la realidad peruana (2002). Rosa, na opinião de Loureiro (2015), como nenhum outro teórico marxista que a antecedeu, afirmou com solidez que:

“as comunas primitivas um objeto passível de relevância para um projeto futuro de sociedade, os exemplos os quais ela se embasou para suas justificativas, através de espaçamentos geográficos distantes e culturas distintas, foram essenciais para uma abordagem marxista, porém não eurocêntrica, as sociedades pré-capitalistas da Índia, e as civilizações indígenas na América do Sul” (LOUREIRO, 2015, p.76)

Rosa define o comunismo primitivo como: “uma civilização mais igualitária que a moderna, como também a inclusão da perspectiva periférica na análise econômica do capitalismo moderno” (LOUREIRO, 2015, p. 78). Acerca das comunas primitivas percebendo “um traço dual: se por um lado ela busca no passado a decomposição do ‘intocável’ caráter eterno da propriedade privada” (LOUREIRO, 2015). Também Lowy (2015) adverte para a centralidade dos estudos de Luxemburgo ao afirmar que:

“como um ponto de referência histórico precioso para criticar o capitalismo, desvelar seu caráter irracional, reificado, anárquico e trazer à luz a oposição radical entre valor de uso e valor de troca. o objetivo de Rosa Luxemburgo, pelo menos até certo ponto, consiste em encontrar e salvar do passado primitivo tudo que possa prefigurar o socialismo moderno” (LOWY, 2015, p. 89).

Esta postura que é a de crítica, ao modo de produção capitalista, não somente no discurso, mas na vivência prática-cotidiana, à engrenagem do capitalismo, coincidem diretamente, com a postura atual do Serviço Social brasileiro, profissão esta que é parte constituinte de um complexo processo comprometido com a formulação de inúmeras estratégias utilizadas para maximizar e intensificar a acumulação do capital, modernizando e profissionalizando a gestão do pauperismo e das contradições da relação capital/ trabalho.

Considerando ser o Serviço social é uma profissão criada pelo Estado para mediar atenuando as contradições da relação capital versus trabalho, dispondo a força de trabalho necessária a reprodução do capital. Contudo nestes 84 anos do advento do Serviço Social, profissão que surgiu para atender às demandas do capital e do Estado, mas que promoveu uma reviravolta político-ideológica, com o delineamento de uma direção social de cunho crítico e comprometido com a luta dos/das trabalhadores/as. Para compreensão desta relação entre o Serviço Social e a questão agrária, na sequência o próximo sub-item tratará desta temática.

CAPÍTULO 2:

O CONFLITO FUNDIÁRIO DE PORECATU/PR

*“Tinha eu quatorze anos quando deixei meu estado ,
Meu pai era sitiante, trabalhador e honrado
Por esse mundão de Deus eu dei murro no pesado,
Quando a sorte me ajudava os meu plano foi cortado
Triste notícia chegava, Meu destino transformava, eu fiquei um revoltado
Meu pai tinha falecido na carta vinha dizendo,
As terras que ele deixou minha mãe acabou perdendo
Para um grande fazendeiro que abusava dos pequeno,
Meu sangue ferveu na veia quando eu fiquei sabendo,
Invadiu as terra minha, tocaram minha mãezinha,
Pra roubar nossos terreno,
Eu voltei pra minha terra foi com dor no coração,
Procurando meu direito eu entrei num tabelião
Quase que também caía nas unha dos gavião,
Porque o dono do cartório protegia os embrulhão
Me falou que o fazendeiro, tinha rios de dinheiro,
Pra gastar nesta questão, respondi no pé da letra
Não tenho nenhum tostão,
Meu dinheiro é dois revólveres e bala no cinturão
Se aqui não tiver justiça para minha proteção,
Vou mandar os trapaceiro pra sete palmo de chão
Embora saia uma guerra, vou matar ladrão de terra,
Dentro da minha razão
Negar terra pros caboclo, é negar pão pros nossos filhos ,
Tirar a terra dos caboclo, é tirar o Brasil dos trilho,
Nós tava de onze a onze na parada nesse dia
Os pobre é carta baixa e os rico são as manilha,
Foi uma chuva de bala só capanga que corria
Foi pela primeira vez que o dinheiro não valia, o barulho acabou cedo
Entregaram foi de medo, terras que me pertencia
Na cerca de minha terra, em mexer ninguém imagina a
Os arame são de bala, e os mourão de carabina”
(Moda de viola: Ladrão de terra/ Jacó e Jacózinho, 1974)*

O Brasil, em sua particularidade histórica de economia colonial e posteriormente dependente, não pode, assim como os demais países latino-americanos, ser concebido como possuidor, ao longo dos mais de 500 anos de diferentes formas-conteúdos de invasão, diferentes foram as formas de compreensão sobre estes fatos, como a tese de uma economia fundada no modo de produção feudal²⁶, contudo segundo a perspectiva que essa dissertação se

²⁶ Os defensores da "tese feudal", estejam eles identificados com a historiografia mais tradicional ou com a interpretação da III Internacional sobre os "países coloniais, semicoloniais e dependentes, os principais expoentes desta perspectivas são Caio Prado Jr. e Celso Furtado chamam principalmente a atenção para a relação do Brasil (desde o

alinha da compreensão do modo de produção “escravismo colonial” já citada nos capítulos anteriores. A população livre do século XIX, constituída de trabalhadores brancos e mestiços, foi integrada ao sistema econômico e social,

“como agregados, na forma de trabalhadores sem terra, geralmente comandando o eito²⁷ e administrando as propriedades, ou como mera mão de obra suplementar, os indígenas, os negros africanos importados e os mestiços que efetivamente possibilitaram o êxito do ‘negócio colonial’, permaneceram excluídos dos frutos da colonização. Sua função não foi outra, senão a de servirem como mão de obra submissa, barata e disponível” (BAUER, 1998, p.19).

Para a compreensão dos efeitos desse processo histórico na região de Porecatu-PR, (e no Brasil). É necessário afirmar que a determinação estruturante da questão agrária foi forjada pela gritante concentração e monopolização da terra por uma minoria de grandes proprietários rurais, como destaca Bauer (1998):

“Em toda a historia do país, a grande propriedade fundiária, ao mesmo tempo que tem propiciado aos que a detém, força, poder e influência na vida econômica, política e social, para os sobrantes os sem acesso á terra resulta, “na pobreza, na insegurança, na instabilidade e na desocupação parcial ou total do grosso da população rural e dos solos”, estes aspectos determinantes se constituem como reflexos de uma situação que perdura desde a época colonial.” (BAUER, 1998, p.18)

No Brasil estas reordenações sempre tiveram respaldo jurídico governamental, a partir dos anos 1930, quando do programa nacional-desenvolvimentista, que se iniciou, com o governo de Getúlio Vargas, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ocorreu com o declínio e crise do ciclo do café²⁸, a expansão agrícola concretiza-se na Marcha para Oeste, no início dos anos 1940, processo de migração que atravessou as terras do norte do Paraná,

início da sua história) com a economia mundial. Ver Celso Furtado (*A economia colonial do Brasil nos séculos XVI e XVII*), *La economia colonial brasileña*, México D.F., Universidad de la Ciudad de México, 2003.

²⁷ O significado de eito pode ser variado conforme o contexto onde é empregado a palavra, mas de uma forma ou outra ele sempre estará relacionado com o trabalho. Eito, originalmente, era o nome do terreno ou roça em que no período colonial e imperial trabalhavam os escravos no Brasil. Com o tempo passou a significar qualquer terreno onde se realiza algum tipo de trabalho, como a limpeza da plantação, por exemplo, carpir o lote. Ver <https://www.meusdicionarios.com.br/eito>

²⁸ Em 1929, a quebra nos mercados acionários do mundo provocou uma forte queda nos preços internacionais das commodities. Além da queda nos preços, a crise provocou uma diminuição na renda e no consumo no mundo todo, prejudicando ainda mais as vendas de café. As exportações do produto, que chegaram a US\$ 445 milhões em 1929, caíram para US\$ 180 milhões em 1930. A cotação da saca no mercado internacional, caiu quase 90% em um ano. Esta crise econômica contribuiu no fim chamada política do café com leite, que viabilizava a hegemonia política da oligarquia cafeeira paulista na época e garantiu a formação de uma economia agrícola praticamente monoexportadora no país até então. A crise de 1929, “arruinou a oligarquia cafeeira, que já sofria pressões e contestações dos diferentes grupos urbanos e das oligarquias dissidentes de outros Estados, que almejavam o controle político do Brasil”, explica Wagner Pinheiro Pereira, doutor em História pela USP e autor do livro: *24 de Outubro de 1929: A Quebra da Bolsa de Nova York e a Grande Depressão*.

“Naquele contexto já existiam várias comunidades de camponeses que se estabeleceram há décadas na região a partir da produção em pequenas propriedades de subsistência ou na produção local, o governo do Paraná, para aproveitar a força de trabalho barata e desbravar os territórios para agricultura, começou a desenvolver uma política de valorização de pequenas propriedades, na década de 1930 que, acabou atraindo centenas de pequenos agricultores interessados nos futuros loteamentos, que se apossaram de terras consideradas devolutas, e posteriormente reivindicaram o título de propriedade junto ao governo” (SILVA, 2006, p. 145)

Posterior ao declínio do café em solos paulistas e a reestruturação mundial da hegemonia estadunidense após a crise de 1929 e um intervalo entre duas grandes guerras (1914 a 1945), mediados por um contexto mundial de Guerra Fria, a cafeicultura paulista expandiu suas fronteiras em novos territórios para cultivo. O Norte do Paraná e em toda região de Porecatu, as terras roxas outrora ocupadas pelos indígenas, caboclos, camponeses, muitos descendentes dos escravos, começaram a ser contestadas por grandes proprietários de terras, diversos latifundiários e grileiros que, na relação direta com as famílias proprietárias de cartórios com licenças concedidas pelo estado oligarca-jagunço, apresentavam documentações como se as terras fossem, de fato, demarcadas legitimamente como suas, com os difundidos documentos grilados.

Imagem 4; .Foto de posseiro ,durante A Guerrilha de Porecatu.



Fonte. (Arquivo Público do Paraná, pasta 599)

Essa briga, no papel, e na prática, pelas documentações de propriedade expressava uma guerra cuja perda para a classe trabalhadora era previsível, frente ao poderio oligarcolatifundista: os posseiros, que “já garantiam a posse dos camponeses, logo, houve descumprimento da lei vigente, em favor dos latifundiários, com consequente conflito pela terra” (SILVA, 2006, p. 54). Essa disputa conseqüente de superposição de títulos fundiários da região, resultou em dos mais importantes, e pouco estudados, conflito fundiário no Norte do Paraná, ainda dada a dimensão que teve para os trabalhadores rurais do país, como retrata PRIORI (2011):

"(...) são esses dois agentes sociais, posseiros e grileiros, respaldados pelos latifundiários-políticos (os tatuíras, no dito popular) os personagens de um dos mais importantes conflitos de terra do Estado do Paraná no século XX (...) A estrutura clássica de manutenção de latifúndios via de regra o Estado acaba por legitimar os “papéis” dos grileiros e afins, foi quando do início dos conflitos agrários de grande monta" (PRIORI, 2011, p. 14)

Como conflito fundiário, parte da disputa pela posse da terra na região de Porecatu, o que ocorreu foi uma promessa não cumprida. O que custou muito sangue derramado pelas terras roxas do Norte do Paraná. A seguir o estudo irá focar na conjuntura política e econômica do Brasil e do Paraná nas décadas de 1940 e 1950 que moldaram a *Guerrilha de Porecatu*, bem como as práticas e artimanhas jurídicas oligárquicas-estatais, que culminaram, como em um passe de mágica, em assinaturas envelhecidas (grilagem) de vastos territórios de terras aos “amigos do rei”, ou no caso específico de Porecatu, a entrega formal de terras aos amigos dos governadores²⁹.

É fundamental destacar a centralidade jurídico-contábil³⁰ da demarcação formal em cartórios de quem, por direito e pela tutela do Estado, tinha de fato a posse da terra. De acordo com DINIZ (2005);

“todas as posses e sesmarias formadas foram legitimadas em registros públicos realizados junto às paróquias locais, a Igreja, nesse período da Colônia, encontrava-se unida oficialmente ao Estado. Dessa forma, os vigários (ou párocos) das igrejas

²⁹ Manuel Ribas – Partido Social Democrática - PSD (1873 - 1946) foi interventor estadual no período de 1932 até 1945; Moysés Wille Lupion de Troia (1908 - 1991) governou o Paraná; de (1947-1951) e (1956- 1961). Bento Munhoz da Rocha Neto (1905 -1973) foi governador no Paraná no período, (1951 – 1955); ver em: História do Paraná: séculos XIX e XX., de Angelo Priori, 2012.

³⁰ O Código Civil de 1854 que dispunha sobre as terras devolutas permitiu ainda que durante dois anos qualquer documento anterior a 1854 fosse legalizado. Por sua vez, em 1916, o Código Civil criava o Cartório de Registros de Imóveis, garantindo que só tinha domínio e direito o portador da matrícula. Para obtê-la, a propriedade deveria ter origem comprovada (OLIVEIRA, 2014), apud (FIORAVANTI, 2016).

eram quem faziam os registros das terras ou certidões, como a de nascimento, de casamento, etc. Somente com a proclamação da República, em 1889, Estado e Igreja se separaram. (DINIZ, 2014, p. 23)

Surgindo o protagonismo dos cartórios, a história dos cartórios no Brasil narra, em grande parte, a história das grilagens de terra, como mecanismo formal garantido em documentações oficiais aparentemente “inquestionáveis”. No Paraná, a expropriação dos pequenos produtores ocorre desde o fim do século XIX, sempre permeada por resistências populares entre as quais e com destaque a Guerra do Contestado (1912-1916), que ocorreu na divisa dos estados de Santa Catarina e Paraná. Contudo a *resistência camponesa* no formato de associações de lavradores somente em torno dos anos 1940, se apresenta;

“como marco formal de luta política e juridicamente organizadas à luz do direito penal e civil brasileiros, ao surgir os movimentos de camponeses politicamente organizados para defesa e pleito de seus interesses, estes somam-se aos posseiros, mas também aos parceiros e aos colonos, meeiros, bóias-frias” (MARTINS, 1980, p 80).

Toda uma diversidade de trabalhadores no campo, vai tentar se reestabelecer como sujeitos de direitos, sem no entanto, contar com o estado como apoiador concreto nessa empreitada rumo à dignidade humana do direito à terra e à vida. Situação que demarcou a condição de uma cidadania restringida, nos termos de uma sociedade pautada na consolidação de uma ampla maioria fora do direito à vida. Todos camponeses, independente da forma e relação social do trabalho, denunciando as arbitrariedades que viviam permeados pelos mandos e desmandos das grandes fazendas presentes nos governos das regiões.

Considerando as reordenações no cenário no meio rural, com a finitude das possibilidades produtivas nos solos paulistas e a necessária expansão das fronteiras agrícolas para outros territórios, essa migração ressoou nos sertões paranaenses de forma intensa e violenta. Segundo a historiadora Angela Damasceno Ferreira (1984), pioneira nos estudos sobre os impactos do capitalismo nesta região, a expansão para a região de Porecatu, indica que;

“(…) houve um prolongamento das áreas mais novas de café do Estado de São Paulo. De um lado, acorreram a Porecatu colonos e pequenos sítiantes paulistas, atraídos pela perspectiva de encontrar, naqueles sertões do Norte do Paraná, condições de vida que sua situação anterior não lhes oferecia: a, dados pelo trabalho autônomo, pela fertilidade natural das terras e sua aptidão para o café. Aí esses migrantes constituíram-se em pequenos produtores camponeses, posseiros da terra, mas cuja independência foi, desde os primórdios de sua chegada a região, circunscrita aos limites de sua inserção no mercado capitalista e num sistema de financiamento a ele umbilicalmente ligados” (FERREIRA, 1984, p. 34)

As reordenações ocorridas após a (re) colonização capitalista na região de Porecatu, ao longo dos anos 1940, ocorreram por “um duplo movimento de expansão da fronteira agrícola” (FERREIRA, 1984), no primeiro momento com incentivo do Estado via governos de Getúlio Vargas no poder executivo federal e com interventor estadual no Paraná, Manoel Ribas, loteou as terras:

“(…) para vendê-las a preços módicos. Na realidade, os poderes públicos lançaram uma campanha, cujo objetivo era atrair mão de obra de outros estados, visando o desmatamento e a colonização de aproximadamente 120.000 hectares de terras da União. Em consequência, trabalhadores rurais vindos de vários lugares, tanto aqueles que compraram seus lotes, como aqueles que simplesmente os ocuparam, foram atraídos para a região. Esses trabalhadores pensavam possuir legitimamente a área que exploravam.”(SILVA, 2006, p. 53)

Inserido o norte do Paraná no processo de expansão das fronteiras agrícolas no Brasil, cabe ainda indagar sobre a forma-conteúdo de como os latifundiários e políticos aliados estabeleceram as bases estruturais para a expansão agrícola na região, nos anos 1940. Vale destacar as características geopolíticas de Porecatu:

“(…) a região tinha ocupação rarefeita no que tange a densidade demográfica, contudo tratava de famílias de colonos sobrantes no trato de café da região do Alto Mogiana e que com características de relações sociais análogas ao colonato, buscaram no sertão paranaense um recanto para reprodução autônoma da vida. As fazendas cafeeiras mantinham-se como fábricas no campo com até trezentas famílias em cada fazenda de café” (PRIORI, 2011, p. 167)

O intuito era de desbravar o sertão setentrional do Paraná, que inicialmente era habitado por povos originários indígenas, com predomínio guarani de etnia Kaingang³¹. Portanto, a real ocupação da porção norte do Estado do Paraná foi indígena e remonta a discussão histórica anterior à invasão europeia na América Latina. Contudo, sua colonização-invasão pelos europeus iniciou-se com as “bandeiras jesuíticas no século XVII” (TOMMASINO, 1995), no séc. XVIII, o império instalou o posto de comando militar Jatthay em 1854, para controlar a navegação do rio Paranapanema e seus afluentes com o rio Paraná, sendo todas as aldeias Kaingáng colonizadas no início do século XX.

Para Mota (1992) que mapeou as aldeias Kaingang’s no Paraná, esta colonização dos Kaingáng (em alguns casos resistiam até a morte ao contato com os brancos), contribui para a noção do vazio demográfico requisitado pelos exploradores capitalistas ou pioneiros e

31.Ver Kimiye TOMMASINO. A história dos Kaingáng na bacia do Tibagi: Uma sociedade Jé Meridional em movimento. Tese doutorado-USP, São Paulo, 1995.

difundido amplamente pela história oficial. Neste processo de adaptação cultural dos indígenas colonizados, com a “gama de trabalhadores rurais que habitavam a região á época, plasmaram a tipologia do trabalhador do Norte do Paraná” (MOTA, 1992, p.132), típico caboclo³²-bugre³³. O processo de colonização formal, ocorreu na passagem dos século XIX para século XX, momento em de intensificação da expansão da tríade latifúndio-monocultivo-trabalho escravo ou livre sem terra, em plena era de transição do modelo agrário-exportador pelo urbano-industrial.

Em conjunto com este exército bugre industrial de reserva disposto na região existiam poucas famílias de camponeses-cablocos, além uma gama de trabalhadores rurais de outras regiões do Brasil (mineiros e nordestinos), muitos deles oriundos da região limítrofe denominada: Pontal do Paranapanema, no Oeste de São Paulo. Buscavam estabelecer as roças de cultivos de subsistência no lado paranaense do rio Paranapanema, na região de Porecatu. Esse movimento de expansão da fronteira agrícola para o norte do Paraná “teve a atuação de agentes políticos e latifundiários (empresários paulistas e a família Lunardelli³⁴), para a inserção da monoculturas ” (PRIORI, 2011, p.100).

A historiadora Ana Yara Lopes (1982) ao escrever sobre a expansão capitalista no Paraná, ressalta outras reordenações de ordem estatal, nos anos 1940, ao sustentar;

"(...) que em 1946, com a redemocratização no Brasil e logo após o fim da 2º Guerra Mundial, muitas mudanças favoreciam o desenvolvimento da frente pioneira do Norte do Paraná: o preço do café subia no mercado definitivamente integradas no mercado, e o governo paranaense, através de colônias estaduais, acelerava a retalhação das terras novamente devolutas, nas áreas sobranes das antigas concessões. E não poucas vezes, vendo-se favorecidos os cabos eleitorais do partido que subira ao poder. Sobrepuñham-se, em cada pedaço de terra, vários donos

³² O antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, em sua obra: *O índio e o mundo dos Brancos*, se preocupou em estudar os grupos indígenas já inseridos no mercado regional, portanto, dependente economicamente da sociedade civil e sinaliza: “As áreas de fricção inter-étnica, enquanto um tipo de organização social, passam a ser analisadas como sistemas de dominação e subordinação de sistemas coloniais que articulam os sistemas indígenas às economias regionais do país...a instrumentalização (do conceito) campesinato nas pesquisas dos remanescentes indígenas no Brasil (que) representará uma revalorização destas ‘sociedades parciais’, geralmente postas de lado (pelo) etnólogo interessado pelos culturas tribais ou pelo sociólogo devotado ao estudo da sociedade nacional ao estudar os indígenas inseridos na sociedade econômica”. O antropólogo evidencia que o conceito de terra devoluta nada mais é do que a apropriação pelo Império Brasileiro via Lei de Terras (1850) dos territórios indígenas e como os indígenas remanescentes ao extermínio indígena efetuado no Brasil (desde a invasão europeia), foram inseridos na sociedade a partir da venda da força de trabalho.

33. Cecília Helm em sua dissertação, *A integração do índio na estrutura agrária do Paraná: o caso Kaingáng*. Demonstra a incorporação dos excedentes (fruto do trabalho) das aldeias no Paraná, bem como, a própria inserção no mercado formal da força de trabalho indígena na situação de “camponês assalariado” (HELM, 1978).

34 O clã dos Lunardelli, família de fazendeiros cafeicultores paulistas, dentre os quais Geremia Lunardelli, o então rei do café (alcunha definida em forma de honraria feita desde o Império para destacar o maior produtor de café do Brasil), através de seus irmãos Urbano e Ricardo foram os ‘colonizadores-pioneiros’ da região.

legítimos e ilegítimos, posseiros, interessados virtuais em tirar partido da confusão reinante” (LOPES, 1982, p.140)

A (re) colonização capitalista da região de Porecatu, começou com o desejo do então interventor do estado, Manoel Ribas³⁵-PTB (1932-1945), “de povoar 120 mil hectares de terras devolutas. Através do Departamento de Terras, o governo determinou que cederia os lotes a quem derrubasse a mata, plantasse, pagasse impostos e vivesse no local por pelo menos seis anos” (PRIORI, 2011, p.111). Este cenário jurídico disposto e aplicado no norte do Paraná nos anos quarenta’s e cinquenta’s do séc.XX, demonstrada o grau de fusão dos regimes jurídicos locais atrelados ao regime jurídico geral da Lei de Terras (1850) e suas posteriores adequações. Contudo promessa do governo do Paraná, não cumprida, foi a responsável por gerar o conflito de terras, de um lado posseiros de terra e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, do outro, fazendeiros, as polícias do governo do Paraná e de São Paulo.

As famílias dos camponeses que acreditaram em Manoel Ribas, já haviam derrubado floresta, construído chiqueiros, feito plantações, mas não conseguiam o prometido título da propriedade. No início eram cerca de 300 pessoas, mas por volta de 1950, já chegavam a três mil, diversas famílias paranaense e outras de São Paulo e Minas Gerais marcharam para o Oeste rumo a uma nova vida. Priori (2011) chama à atenção para esse movimento:

“O problema é que Manoel Ribas saiu do poder, e no lugar dele entrou Moysés Lupion, que decidiu não dar continuidade à política. O resultado foi uma corrida desordenada ao Norte do Paraná no início da década de 1940, principalmente entre os anos 1941 e 1943, as famílias que acreditaram em Ribas, haviam derrubado floresta, construído chiqueiros, feito plantações, mas nunca viram o prometido título da propriedade. No início eram cerca de 300 pessoas, mas por volta de 1950 já chegavam a três mil. Para complicar ainda mais, o novo governador Lupion decidiu doar e vender as terras para conhecidos fazendeiros de São Paulo. Os posseiros entraram com diversos pedidos de posse de terra e nunca receberam uma resposta do governo.”(PRIORI, 2011, p.12)

A partir, de tal política de ocupação (Marcha para o Oeste), deu se a ocupação do território no vale do rio Paranapanema, onde hoje se localizam as cidades de Porecatu, Jaguapitã, Guaraci, Miraselva, Florestópolis, Alvorada do Sul, Centenário do Sul,

35 Manuel Ribas (1873-1946), 28º interventor federal no Paraná (1932-1945). Foi na sua gestão que ocorreu a implantação do projeto da Marcha para o Oeste. E o incentivo a colonização do norte do Paraná. O interventor Manoel Ribas se inspirou numa política norte-americana do ex-presidente Abraham Lincoln, o *Homestead Act*, que incentivava a ocupação territorial norte-americana. A regra era que as famílias que cumprissem com o trato de desenvolver o oeste americano, receberiam, após seis anos, o título de propriedade de terra. Ribas aplicou as mesmas regras ao povo do Paraná, já que as terras a Oeste pertenciam ao estado e estavam improdutivas.

Lupionópolis e Cafeara. Sendo todos esses municípios localizados no Norte³⁶ Central do Paraná, um território de aproximadamente 120 mil hectares de terras, região conturbada quando o assunto refere-se à posse de terra. A migração fundamentava-se, na seguinte perspectiva:

"Por decreto, qualquer pessoa pode solicitar um lote de terras com 200 hectares ao preço mínimo de 18 mil-réis por hectare, sendo um pouco mais caro dependendo de sua localização e fertilidade. Atraía milhares de paulistas, mineiros e nordestinos, que vinham em busca de um lote (...) com o desenvolvimento das lavouras, e posterior produção cafeeira, o êxito na ocupação das terras, outrora não produtivas, e consequente estabilidade dos posseiros, começaram as disputas com os grileiros, logo, são esses dois agentes sociais, posseiro e grileiro os personagens de um dos mais importantes conflitos de terra do Estado do Paraná no século XX." (PRIORI, 2011, p. 13-14)

Os camponeses da região cumpriram a missão de desbravar a terra e fazê-la apta a agricultura e em um ciclo de seis anos o tempo necessário para a formação do café, cumprindo a passagem de pobres posseiros para pequenos proprietários, detinham além de documentos de “posse do governo estadual, a legislação federal vigente durante o conflito legitimava a veracidade da situação jurídica dos posseiros” (OIKAWA, 2012, p. 101).

Considerando que as legislações não foram suficientes para garantirem para os posseiros, o direito à Terra, enquanto, os latifundiários se beneficiavam de vínculos políticos e favorecimentos posteriores a saída de Manoel Ribas e a posse do novo governador, Moysés Lupion³⁷ - Partido Social Democrático – PDS (1946-1950), houve o agravamento da situação dos posseiros da região, “o governador que era proprietário de terras na região” (CASTILHO, 2012, p. 115), negociou as terras com a família Lunardelli, e não cumpriu a legislação, além de não efetivar os acordos da gestão de Manuel Ribas, que garantia a posse das terras aos camponeses. As únicas garantias que eles tinham para permanecer nas terras eram:

“ (...) frágeis’ requerimentos encaminhados ao Departamento de Terras e Colonização do Estado, solicitando a posse dos lotes adquiriram as terras que devolutas tinham posse pelo estado que por sua vez incentivou o desbravamento da região para agricultura pelos camponeses , logo, o impasse que resultou em conflito

³⁶ A população na região Norte Central paranaense nos anos quarenta era de 104.278. Enquanto o total do estado era: 1.236.276, ver PERARO (1978).

³⁷ Moysés Wille Lupion de Troia, (1908-1991), foi o 33º governador do Paraná, do Partido Republicano, foi em sua gestão que a repressão ao posseiros de Porecatu se intensificou, era proprietário de terras na região, irmão do empresário e ex-presidente da Companhia Paranaense de Eletricidade- COPEL, José Lupion e avô do deputado federal Abelardo Lupion, líder da União Democrática Ruralista - UDR, secção Paraná, agropecuarista e dono da Pecuária Seletiva Beka LTDA, (CASTILHO,2012,p.121) .

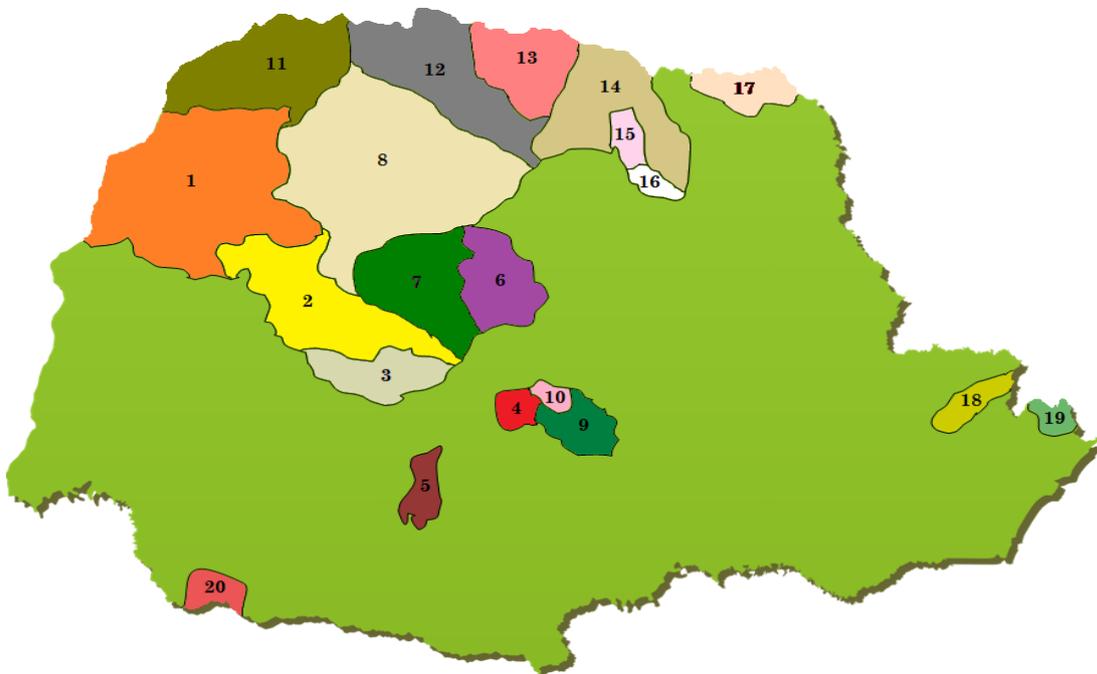
e constituíram grandes fazendas cafeicultoras, algumas combinando cana ou gado com o produto principal, o café.” (PRIORI, 2011, p.70)

No Paraná como um todo, tal política de ocupação de terras se destaca em sua característica eminentemente desigual e expressamente demarcada juridicamente, pois como retrata OIKAWA (2011):

“(…) esbarra em muitas terras griladas, concessões em situação irregular, glebas enormes que permanecem incultas, intensa procura por terras pela extensão da cafeicultura e o crescimento do fluxo de migrantes que ocupam terras inabitadas e estabelecem suas posses. Um relatório da Interventoria Federal no Paraná ao Presidente da República relaciona 20 grandes grilos de terras no Estado num total de 2.434.567 alqueires.”(OIKAWA, 2011, p. 47)

Para melhor evidenciar esta desordenada ocupação do território paranaense, e a adoção pelo Estado de legalização do intenso processo de grilagens de terras devolutas, abaixo em destaque o mapa do Estado do Paraná e na tabela a seguir, dispõe o registro da distribuição de terras baseada no sistema neste de grilagem e, de modo mais preciso, a região do Paraná onde os processos de ocupação irregular de terras se deram de modo mais intenso: no noroeste e norte paranaense;

Mapa4. Mapa do estado do Paraná com destaque aos grilos, “regularizados”.



Fonte: Fórum da comarca de Porecatu/PR. Processo228/50

Tabela 2

Número	Nome do grilo	Alqueires Paulista
1	Reconquista	446.280
2	Guarivova	171.000
3	São Manuel	71.000
4	Boa Ventura	15.000
5	Laranjeiras	38.000
6	Bá	100.000
7	Corumbataí	216.300
8	Bandeirante	403.740
9	São João do Rio Claro	30.000
10	Colônia de Baixo	5.887
11	Boa Esperança	225.980
12	Pirapó	369.570
13	<i>Ribeirão Vermelho (Região de Porecatu)</i>	148.290
14	<i>Barra do Tibagi</i>	45.000
15	<i>Tigre</i>	17.660
16	Barra Bonita	16.270
17	Pontal do Rio das Cinzas	13.590
18	São João do Rio Pardo	38.000
19	Ipiranguinha	22.000
20	Flores Conceição	21.000
Total		2.444.567

O mapa acima exposto, trata se do Mapa de colonização dos 20 maiores grilos do Paraná, demonstra a opção do estado na divisão do território paranaense em grandes territórios grilados, principalmente, no noroeste e norte do Paraná, incorporando as pequenas propriedades, expulsando assim os posseiros que em alguns casos, havia décadas que trabalhavam e viviam na terra. Com a mudança do poder político estadual de Manuel Ribas - PTB para Moysés Lupion – PDS. Com base no mapa 4 e na tabela 2, verificamos a condição jurídica efetivada de expulsões dos posseiros e cessão da terra aos latifundiários-grileiros. Na

estrutura clássica de manutenção de latifúndios, via de regra, o Estado acaba por legitimar os “papéis” dos grileiros e afins, foi quando do início dos conflitos agrários.

O Estado do Paraná, ao negociar as terras desbravadas pelos posseiros, não apenas ignorou as décadas de trabalho familiar dos posseiros de Porecatu, como descumpriu as legislações que garantiam as posses das terras, logo, colocando os agentes sociais posseiros versus latifundiários-grileiro em confronto de classes sociais antagônicas, travando uma disputa pela posse da terra:

“(…) que não configurava se apenas na posse legal das propriedades, mas sim, como processo de reprodução da vida, desde os costumes, valores, e conformação política para o modo de produção capitalista que tem como uma das condições, o assalariamento. O conflito agrário em si, foi consequência da convergência de fatores na divisão da terra ou da posse da terra no país, atrelada à condição de milhares de desterrados, alforriados.” (PRIORI, 2011, p. 31)

Posteriormente à (re) ocupação da terra e a organização da produção agrícola em Porecatu, ficou evidente pelo menos duas facetas básicas (além da expropriação) da expansão do capitalismo no campo e de sua operação na agricultura. A primeira delas evidencia:

“(…) o espaço criado pelo capital para o desenvolvimento de um campesinato independente, sem a propriedade legal da terra, em regiões de fronteiras ou em áreas ainda não valorizadas. Espaço, entretanto, limitado pela inserção destes camponeses no mercado capitalista e pela sua situação precária de posse da terra, que faz de seu processo de trabalho um instrumento de valorização das terras do fazendeiro-capitalista, que se apropria delas após expulsá-los.” (FERREIRA, 1984, p.15)

A segunda faceta básica da expansão do capitalismo que se torna explícita na região de Porecatu, foi também característica predominante em outras regiões do Brasil, principalmente:

“(…) a possibilidade de o capital, ao mesmo tempo, expropriar da posse da terra o campesinato independente e recriar, dentro das grandes fazendas, um campesinato, que só se constitui como tal enquanto se assalaria como força de trabalho principal da empresa capitalista: camponeses-proletários, portanto, sujeitos a uma complexa rede de mecanismos de exploração que rebaixavam substancialmente o custo do seu trabalho e do empreendimento agrícola em geral.” (FERREIRA, 1984, p.18)

Estavam expressamente colocados os antagonismos e as contradições ao modo de vida dos trabalhadores rurais paranaenses, a partir dos interesses do capital em expandir a acumulação de capital na região, via fronteiras agrícolas aptas à agricultura para exportação, com a conivência político-estatal, que legitimava o processo de expropriação, ratificando

evidente fusão entre oligarquias políticas e econômicas, onde o Estado tem seu papel decisivo:

“(…) a função de primeira ordem do Estado é a preservação e controle da força de trabalho, o Estado foi capturado pela lógica monopolista, o que se verifica é a integração orgânica entre aparatos privados dos monopólios e instituições estatais.” (NETTO, 1992, p. 22)

Pode-se afirmar, que em Porecatu as alterações na estrutura das relações capitalistas no Norte do Paraná salientou o espaço para o campesinato se expressar na condição limite de disputar espaço-tempo com a expansão capitalista no campo brasileiro, “dada á escassez relativa de capital numa época em que a economia brasileira mudava as bases da sua acumulação de rural para urbano-industrial e dadas ás especificidades de uma região de fronteira do café” (FERREIRA, 1984, p.20). Á guisa de esclarecimento, o exemplo do avanço do capitalismo no norte do Paraná na região de Porecatu, sintetiza, em um curto espaço territorial (292km²), e temporal (1947-1951), dois aspectos antagônicos em relações capitalistas, o avanço das fronteiras agrícolas com a expansão das monoculturas do estado de São Paulo para o Paraná, enquanto os latifundiários-grileiros buscavam o monopólio da terra a partir da,

“obtenção de títulos de terras do governo para transformar em capital, sob hipoteca no banco do próprio governo para especulação futura (...) assegurar um monopólio de classe sobre a terra (...) extrair renda territorial (...) obtendo renda territorial transformada em capital com dupla até tripla extração de renda territorial.” (MARTINS, 1986, p.79)

O avanço do capitalismo na região, contrariaram os interesses dos camponeses-posseiros de Porecatu, que para resistência a este processo os camponeses de Porecatu delinearum um modelo de organização política para representação política, o principal pleito, a posse das terras desbravadas, mesmo que dentro da ordem política vigente, conivente aos interesses dos latifundiários, visto que muitos governantes e membros do judiciário eram também proprietários de terra na região, vide o governador Moysés Lupion, e o Juiz Carlos Valente³⁸. Estes aspectos antagônicos se alastravam, visto que, na região de Porecatu as terras roxas, muito férteis, nos anos 1940, estavam valorizadas e desbravadas pelos posseiros, com

38Carlos Luiz Valente então juiz de direito da comarca de Porecatu, para o militante do PCB Manoel Jacinto Correa, mesmo considerado o todo poderoso da região, para Corrêa, “era um pau mandado dos grileiros e chegou a grilar posses, despejar e ficar com o café” .Correa, escreveu artigo sob o tema: ‘juiz Grileiro’. (CORREIA apud FELISMINO, 1985).

estradas que melhoraram o transporte e a implantação da colônia Centenário, que posteriormente, se tornaria o município de Centenário do Sul/-PR (1951);

“Tudo contribuía para potencializar a especulação imobiliária, diante dos litígios, governo defende a propriedade territorial concentrada, e trata as posses dos camponeses como caso de polícia. Os posseiros recebendo avisos para desocupar as terras que estão limpas e cultiváveis, com paióis e galinheiros, a maioria dos posseiros, estão ali ao menos seis anos.” (PRIORI, 2011, p.111)

A real possibilidade de estudar a história local dos posseiros à época, ficou tangível quando da série³⁹ de reportagens no Jornal *Folha de Londrina* em 1985, estas reportagens trouxeram à tona os depoimentos dos camponeses expropriados das terras, dentre as quais se destaca a família Billar. Do patriarca espanhol José Billar, dentre centenas de famílias que ocuparam a região, desde os anos 1930, estava o clã dos Billar, descendentes dos imigrantes espanhóis, a família do 'velho' José Billar atravessou o rio Paranapanema e foi uma das famílias pioneiras dos posseiros de Porecatu, com protagonismo posterior na resistência armada dos posseiros. Inicialmente cumpriram o roteiro necessário para controlar formalmente a terra:

"(...) desbravaram 40 alqueires de mata virgem na base do machado, levantaram ranchos, semearam mais de 20.000 pés de café, roças de milho, feijão, arroz, mangueiras para animais porcos, gado, casaram, procriaram, viveram, tinham como "garantia legal" um protocolo da Cia. de Terras do Paraná, na política do interventor Manoel Ribas, passados os 6 anos, mudada a política, o interventor passa a ser Moisés Lupion que ignora as leis tratadas vigentes"(OIKAWA, 2011, p. 51)

Os posseiros que esperavam a ratificação dos acordos para apossar-desbravar a terra, passados anos, décadas para algumas famílias, começaram a receber visitas de jagunços que traziam as más novas notícias: (...) "*essas terras são do meu patrão, saiam se não quiserem morrer*". Em suma, e em poucas letras, essa era a mensagem, para cerca de 1.500 famílias da região. A notícia no caso da família Billar veio com a destruição das roças e ranchos, morte de seus animais, e ameaças de morte a todos os membros do clã. Não precisou de reunião ou assembleia para a família decidir resistir. Segundo depoimento de descendente do Sr. José Billar, João Billar afirmou para Felismino:

"O velho era muito autoritário e decidia tudo por toda a família, e decidi: vamos ficar. Nós trabalhávamos de sol a sol, todos os dias, para preparar a terra. Das 20.000 covas de pé de café plantadas, 11.000 já estavam produzindo quando o conflito começou, lembro-me bem quando chegou um advogado (jagunço) lá em casa era fim de tarde, dizer que agente tinha que sair da terra porque não era nossa,

³⁹ Série de reportagens com 24 matérias, sob batuta do jornalista Pedro Paulo Felismino, foi a partir desta série que a Guerrilha de Porecatu foi desenterrada do latifúndio das bibliografias oficiais dos pioneiros.

ou então aguentar as consequências. Nós decidimos aguentar."(JOÃO BILLAR, apud FELISMINO,1985)

Este conflito agrário foi uma síntese em tempo e espaço de um amplo processo de expropriação camponesa do meio rural paranaense e brasileiro, com protagonismo estatal na defesa dos interesses dos latifundiários, agindo como *Estado-Jagunço*, para expropriação camponesa da terra, para o benefício dos latifúndios-monocultores, as determinações que este processo de expansão do capital foram replicadas em todas as regiões do país, aparecem no conflitos⁴⁰ de terras posteriores como no Sudoeste Paranaense em 1958, nas cidades de Francisco Beltrão e Pato Branco.

Assim com em Trombas e Formoso em Goiás no ano de 1956, como também no sul da Bahia no ano de 1957, no norte de Minas Gerais em 1955. Já nas décadas seguintes, como é prática peculiar até tempos atuais com exemplos diários de assassinatos no campo por questões fundiárias, para alastrar seus territórios, expropriando os camponeses da terra. Outro líder do posseiros, Hilário Padilha, resume o contexto da guerrilha:

“(...) após cinco meses de resistência aos jagunços de Lunardelli, Moysés Lupion, Bento Munhoz da Rocha e Getúlio, aumentam agora as ações dos resistentes. O governo dos latifundiários pensava em aniquilar rapidamente a combatividade dos resistentes. Acreditava que os camponeses não tinham condições para enfrentar as forças repressão do Estado a serviços dos fazendeiros. Seriam liquidados pela policia e os jagunços, depois de isolados da massa, ou então teriam que se render pela fome. Os quadrilheiros de Lunardelli e Lupion, enganaram se. Ao contrário a resistência cresceu e começa agora a ter uma vida própria. Os camponeses preparam-se para uma luta longa, ativa e eficiente até a vitória de sua causa”(HILÁRIO PADILHA, apud, OIKAWA, 2011, p. 188)

A forma de resistência forjada pelos camponeses de Porecatu, ocorreu quando um “pequeno grupo de camponeses de uma pequena cidade no interior do Paraná, com pouco tradição política e nenhuma prática revolucionária (...) inaugurou um novo tipo de luta” (ADUM, 2002). A partir desta nova fase, dentro da processualidade da lutas sociais no campo, das justas revoltas populares anteriores, de cunho político-messiânico, como em Canudos e Contestado, passando pelo banditismo social⁴¹ “nos tempos” do coronelismo⁴², para um modelo de resistência e organização política, com reuniões, e suas respectivas deliberações posteriores, direito de voz e voto, além de organização jurídica, houve a

⁴⁰ Ver Os camponeses e a política do Brasil (MARTINS, 1989)

⁴¹ José de Souza Martins (1986), define 3 fases da organização camponesa: Messianismo (Canudos-Contestado), Banditismo, Sindicalismo. No banditismo os protagonistas foram Antonio Silvino e Virgulino Lampião.

⁴² Acerca da categoria *Coronelismo*, ver: *Coronelismo e enxada e voto*. De Victor Nunes Leal.

institucionalização das demandas dos posseiros para defesa de seus interesses, via direitos sociais adquiridos

Com objetivos opostos o tensionamento entre os latifundiários-grileiros versus camponeses-posseiros, a partir deste levante campesino, criou-se então por parte dos camponeses, um novo modelo de organização político-sindical do campesinato, em luta com os grileiros-oligarquias políticas. A organização dos posseiros de Porecatu nos anos 1940-1950 teve como ‘melhor resultado’ para a classe dos trabalhadores rurais, a tomada de consciência crítica, que resultou no desencadeamento de novos tempos nos enfrentamentos de classes sociais, relacionado a terra. Para Martins os movimentos sociais da metade do século XX, como Trombas e Formoso- GO e as Ligas Camponesas do Pernambuco (liga de Sapé), vide a *Guerrilha de Porecatu*, representaram mudança dos tempos no meio rural: do “tempo da inocência” para o “tempo da política” (MARTINS, 1989, p.13).

A utilização da categoria camponês para a análise e compreensão da realidade agrária brasileira, tendo como base uma abordagem dialética sobre seu conteúdo sócio-político e cultural, tem sentido histórico específico, que se configura desde o marco legal de apropriação de terras no Brasil, 1850 - Lei de Terras, o que condicionou os trabalhadores rurais de toda ordem: Indígenas (mestiços), negros (após 1888), brancos pobres ao infortúnio da venda pura e simples de força de trabalho para o Brasil República (1889), sendo estes excluídos da partilha da terra, o que condicionou desde então diversos conflitos-lutas sociais todas estas formas de lutas sociais foram conformando “a noção de camponês enquanto agente político em luta pela posse a terra contra o latifúndio, esse trabalhador rural pode estar na condição de posseiro, lavrador temporário, meeiro, agregado, foreiro, bóia fria ou até pequeno proprietário” (MARQUES, 2011, p.78).

De acordo com Woortmann (1990), a campesinidade corresponde a uma qualidade encontrada em diferentes tempos e lugares, que expressa a importância de valores da ética camponesa para indivíduos ou grupos específicos. Estes podem “apresentar maior ou menor grau de campesinidade, segundo sua trajetória de vida e sua forma de integração à sociedade moderna capitalista, ética camponesa apresenta terra, trabalho e família como valores morais e categorias nucleantes intimamente relacionados entre si”. (WOORTMANN, 1990)

Segundo Oikawa a divulgação pela primeira vez da palavra-categoria camponês na imprensa⁴³ no Brasil, foi durante a *Guerrilha de Porecatu*, antes (camponês-campesinato) já

43 Sendo difundido amplamente principalmente pela revista *O Cruzeiro*, *Jornal Gazeta do Povo*, *O Estado de São Paulo* e o jornal *Voz Operária*.

citados em documentos do PCB⁴⁴ – *A Questão do Campesinato* (1928), passou a se referir ao trabalhador rural sem terra em luta política, como camponês-camponeses, portanto, um conceito historicamente construído, que se apresenta enquanto: “sujeito de todo um peso político de luta e resistência, entender o camponês enquanto classe é agregar a esse sujeito todo o caráter de luta e resistência em diversos capítulos da história, que tiveram o campesinato como protagonistas e participantes fundamentais.” (OLIVEIRA, 2010, p.134).

No que diz respeito as atividades do partidão, elas respondiam principalmente a três objetivos. Antes de tudo, à propaganda ideológica, mediante a confecção e distribuição de panfletos. Essas publicações eram endereçadas:

“(…) aos camponeses do Paraná, os redatores tomavam o termo “camponês” - num sentido político amplo - incluindo ora de forma vaga todos “os companheiros do campo”, ora mais precisamente “todos os colonos, diaristas, arrendatários e pequenos proprietários”. A palavra “camponês” era utilizada de forma genérica para enunciar palavras de ordem globais, políticas e estratégicas. Enquanto termos mais específicos, designando categorias econômicas, como “colonos”, “diaristas”, “arrendatários” e “pequenos proprietários”, eram utilizados em reivindicações econômicas mais imediatas.”(SILVA, 2006, p. 104)

O legado de resistência dos posseiros de Porecatu, perpetuou se em forma de organizações políticas, posteriores, vide o exemplo das ligas camponesas, sindicatos rurais, e federações, de todos os segmentos políticos, das associações de cunho assistencialista passando por sindicatos rurais e culminando nos movimentos sociais de pleito à reforma agrária, vide o MST, todos levam o embrião de organização dos camponeses de Porecatu, que nos anos 1940, o mérito maior dos posseiros de Porecatu, foi a contribuição para construção de uma estrutura⁴⁵ de organização política para pleito de seus interesses, dentro da ordem hegemônica burguesa.

⁴⁴ O Partido Comunista - Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC), também conhecido inicialmente como Partido Comunista do Brasil e posteriormente como Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi um partido político brasileiro, baseado ideologicamente nos princípios do marxismo-leninismo, com expressão nacional e forte penetração nos meios sindicais e estudantis. Fundado em 25 de março de 1922, sob a sigla PCB - Partido Comunista do Brasil, publicado no Diário Oficial da União em 4 de abril de 1922 sendo Partido Comunista - Seção Brasileira da Internacional Comunista - PC-SBIC; Seu símbolo era uma foice e um martelo cruzados, em amarelo, sobre fundo vermelho, representando a união entre os trabalhadores do campo e da cidade. Também chamado de "Partidão", foi o primeiro partido político brasileiro assumidamente de esquerda. Por diversas vezes, foi colocado na ilegalidade e posteriormente legalizado novamente, razão pela qual sua história permanece em grande processo de disputa. Destacam se entre os militantes do PCB, os célebres: Luiz Carlos Prestes, Carlos Mariguella, Jorge Amado, Olga Benário, Oscar Nyemaier, Elisa Branco e João Saldanha.

⁴⁵ Sobre a genealogia do MST ver: Brava gente A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil de João Pedro Stedile e Bernardo Mançano Fernandes.

Em Marx (2007), encontramos uma passagem que elucida bem dita condição estrutural dentro do desenvolvimento desigual capitalista:

“Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência[*Bewusstsein*] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [*bewusste Sein*], e o ser dos homens é o seu processo de vida real” (MARX, 2007, p. 89)

Problematizado os passos iniciais dos camponeses de Porecatu e dos agentes políticos envolvidos, os camaradas do PCB, a seguir passarei a problematizar as ações específicas dos pecebistas pós o envolvimento dos militantes políticos com os camponeses, afirma se que foi a primeira experiência de um partido no *front* de um conflito de classes objetivo.

2.1 A ALIANÇA DO PARTIDO COMUNISTAS BRASILEIRO E OS CAMPONESES DE PORECATU

“A colheita é comum, mas o capinar é sozinho”.
(Guimarães Rosa – Grande Sertões Veredas)

*“Sertão é o sozinho, Sertão: é dentro da gente
O sertão é sem lugar, no centro do sertão
O que é doideira às vezes pode ser a razão
mais certa e de mais juízo!”*
(Guimarães Rosa – Grande Sertões Veredas)

Imagem 5. Ilustração do jornal Terra Livre.



Fonte: Memorial da democracia - Possesiros de Porecatu.

Um sentimento de injustiça pairava no ar para os posseiros, que em sua maioria decidiam ficar na terra, após a intensa condicionante do conflito agrário de Porecatu. Com a recusa de saída por parte dos posseiros a violência na região se intensificou, “os assassinatos, as invasões violentas, o incêndio nas casas dos posseiros, o abate dos animais, os estupros as mulheres das famílias de posseiros tornam se comuns, causando revoltas e aos poucos, já existiam grupos armados de camponeses”. Neste período o PCB, “surge para os camponeses

como um grande fomentador do plano de se criar uma aliança⁴⁶ ‘operário camponesa’ ”. (PRIORI, 2011, p.123).

Entre os fatores em que tal análise se apoia, está a orientação ideológica do PCB à época do conflito, em que possuía como bases ideológicas as teorias de Marx e Lênin e pode ter sofrido influência de exemplos da Revolução Chinesa dirigida por Mao Tsé Tung. Identifica-se isto, pois durante a Revolução Chinesa os camponeses desempenharam um papel principal junto aos operários e soldados chineses. Sobre isso e sobre a política maoísta para com a classe dos camponeses, que pode ter influenciado o PCB, cita-se uma passagem do *Livro Vermelho*, exemplificando, o qual reúne alguns informes e relatórios do Partido Comunista da China referentes à época:

“A expansão atual do movimento camponês constitui um acontecimento colossal. Em muito pouco tempo, nas províncias do Centro, Sul e Norte da China, várias centenas de milhões de camponeses hão de levantar-se como um poderoso furacão, uma tempestade, uma força tão vertiginosa e violenta que nenhum poder, por maior que seja, poderá deter. Eles quebrarão todas as cadeias que os amarram e lançar-se-ão pelo caminho da libertação. Sepultarão todos os imperialistas, caudilhos militares, funcionários corrompidos, déspotas locais e maus nobres de província. Todos os partidos revolucionários e todos os camaradas revolucionários serão postos à prova pelos camponeses, sendo aceitos ou rejeitados segundo a escolha que tiverem feito. Há três alternativas: marchar à frente dos camponeses e dirigi-los? Ficar atrás deles, gesticulando e criticando? Erguer-se diante deles para combatê-los? Cada chinês está livre para escolher entre essas três alternativas, mas os acontecimentos forçarão toda a gente a fazer rapidamente uma escolha.” (*Relatório sobre uma investigação feita em Hunam a propósito do movimento camponês* - Março de 1927 - Obras Escolhidas, Tomo I. TUNG, 2004, p. 92)

Portanto, o PCB procurava colocar em prática no Brasil, táticas do seu programa para desencadear a Revolução Camponesa e conjectura-se⁴⁷ que tenha tido como suporte, a teoria e a prática apreendidas historicamente e contemporaneamente de outros Partidos Comunistas. Concomitante ao período da *Guerrilha de Porecatu*, o PCB, no dia 1º de Agosto de 1950, lançava o documento que se tornaria conhecido como “Manifesto de Agosto”, no “qual definia a linha mais radical do PCB em relação aos problemas da sociedade. O caminho da

⁴⁶ Esta aliança camponesa contra as oligárquicas rurais, começou com a Coluna Prestes (1924 – 1927), foi uma marcha de 25 mil quilômetros, com a duração de 2 anos e 3 meses, através de 13 estados do Brasil, contribuiu significativamente para debilitar o poder das oligarquias agrárias - o sistema de dominação oligárquico – então (e atualmente) vigente no país.

⁴⁷ Ver a obra: *A foice e a Cruz: Comunistas e Católicos na história do sindicalismo paranaense de Osvaldo Heller Silva* (2006), sobre a relação do manifesto com as propostas e ações do PCB em Porecatu.

luta e da ação na época seria a revolução camponesa⁴⁸, para substituição da ditadura feudal-burguesa por um governo revolucionário”. (OIKAWA, 2011, p.154)

No campo seria necessário a confiscação das propriedades latifundiárias que passariam a gestão dos trabalhadores rurais, além da abolição das relações arcaicas de trabalho, vide: “a meia, a terça, o vale do barracão” formas de pagamento que excluía o dinheiro, nos casos da “meia e da terça” era dívida a produção e o vale era a liberação de consumo no barracão (mercado-venda) da fazenda.” (MARTINS, 1986). O PCB preconizava pagamento em espécie, bem como, todos os direitos trabalhistas outorgados em 1942 na Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e não efetivados para os camponeses nos anos 1950. É nessa perspectiva que tem lugar o envolvimento do PCB nas lutas dos posseiros de Porecatu e no desencadeamento da guerrilha:

“(…) o partido incorpora a experiência de Porecatu para reafirmar suas teses do Manifesto de Agosto, o porém, acrescenta a garantia legal à propriedade dos camponeses ricos, à terra cultivadas por eles e por seus assalariados, bem como a anulação das dívidas dos camponeses para com os latifundiários, bancos, usurários, governo, sugere ainda crédito barato e a longo prazo, introdução de sistemas de irrigação e garantia de preços mínimos.”(MARTINS, 1986, p. 83)

Sobre esta mediação política, José de Souza Martins esclarece que:

“O Manifesto de Agosto, de 1950, definia uma base social de ação política do PCB composta estritamente de operários, camponeses e camadas médias, estas constituídas pelo funcionalismo pobre civil e militar, pelos pequenos comerciantes e industriais e pelos intelectuais honestos. O problema da sociedade brasileira estava na estrutura arcaica da economia, marcada pelos restos feudais e pelo monopólio da terra, que impediam a ampliação do mercado interno e o desenvolvimento da indústria nacional, tais interesses eram definidos pelos latifundiários e grandes capitalistas.” (MARTINS, 1986, p.82)

O envolvimento do PCB na luta dos posseiros de Porecatu, se deu por meio do Comitê Municipal de Jaguapitã, visto que o PCB dispunha de vários comitês espalhados pelo estado. A decisão do Partido Comunista Brasileiro de assumir a organização da luta armada no norte do Paraná foi concretizada formalmente em novembro de 1948, quando os posseiros aceitaram os

⁴⁸ Esta revolução camponesa para Waldir José Rampinelli (2011, p.2); Tem seu marco temporal 1910 como explica em sua obra - A Revolução Mexicana: e seu alcance regional, precursores, a luta de classes e a relação com os povos originários; segundo Rampinelli “a Revolução Mexicana –interrompida ou traída – derrotou a hegemonia da oligarquia, substituindo-a por uma burguesia agrária, desencadeando mudanças significativas na economia, na política, na diplomacia, nos campos social e cultural e nas relações entre Estado e Igreja. Daí que o alcance da Revolução Mexicana ultrapassa, de longe, as suas fronteiras físicas” .

argumentos de vários emissários do partido de que a única saída para a defesa de suas terras era o recurso às armas. Conjugada a organização das massas rurais dispersas e com incipientes formas de organização, foi o caminho e tendência dominantes do PCB, e a resistência armada dos posseiros de Porecatu marcou a região, como linha de ação, para fazer a “revolução agrária e anti-imperialista.” (PRIORI, 2011, p.43).

Esse elemento do agente político partidário, terá relevância nestes conflitos armados, que tiveram início no final de 1948 e só foram desmobilizados em julho de 1951:

“O envolvimento do PCB na luta dos posseiros de Porecatu se deu por meio do Comitê Municipal de Jaguapitã, cujos dirigentes eram Arildo, Ângelo, Miguel e Mercedes Gajardoni. A família Gajardoni exerceu papel fundamental na organização do movimento e nos conflitos que se sucederam: aos poucos, conseguiu organizar os posseiros em grupos, ‘conscientizando-os’ da importância de defenderem suas posses: primeiro legalmente, depois, pelas armas. Antes mesmo da formação dos grupos armados, que teria início em novembro de 1948, o PCB de Jaguapitã chegou a recorrer ao comitê de Londrina. O farmacêutico Ângelo Gajardoni conseguiu levar à região litigada o então vereador londrinense Manoel Jacinto Corrêa, conhecido militante comunista. Jacinto constatou a gravidade da situação e sugeriu, com sucesso, ao comitê estadual do Partido, em Curitiba, um apoio efetivo aos posseiros”. (PRIORI, 2001, p.138).

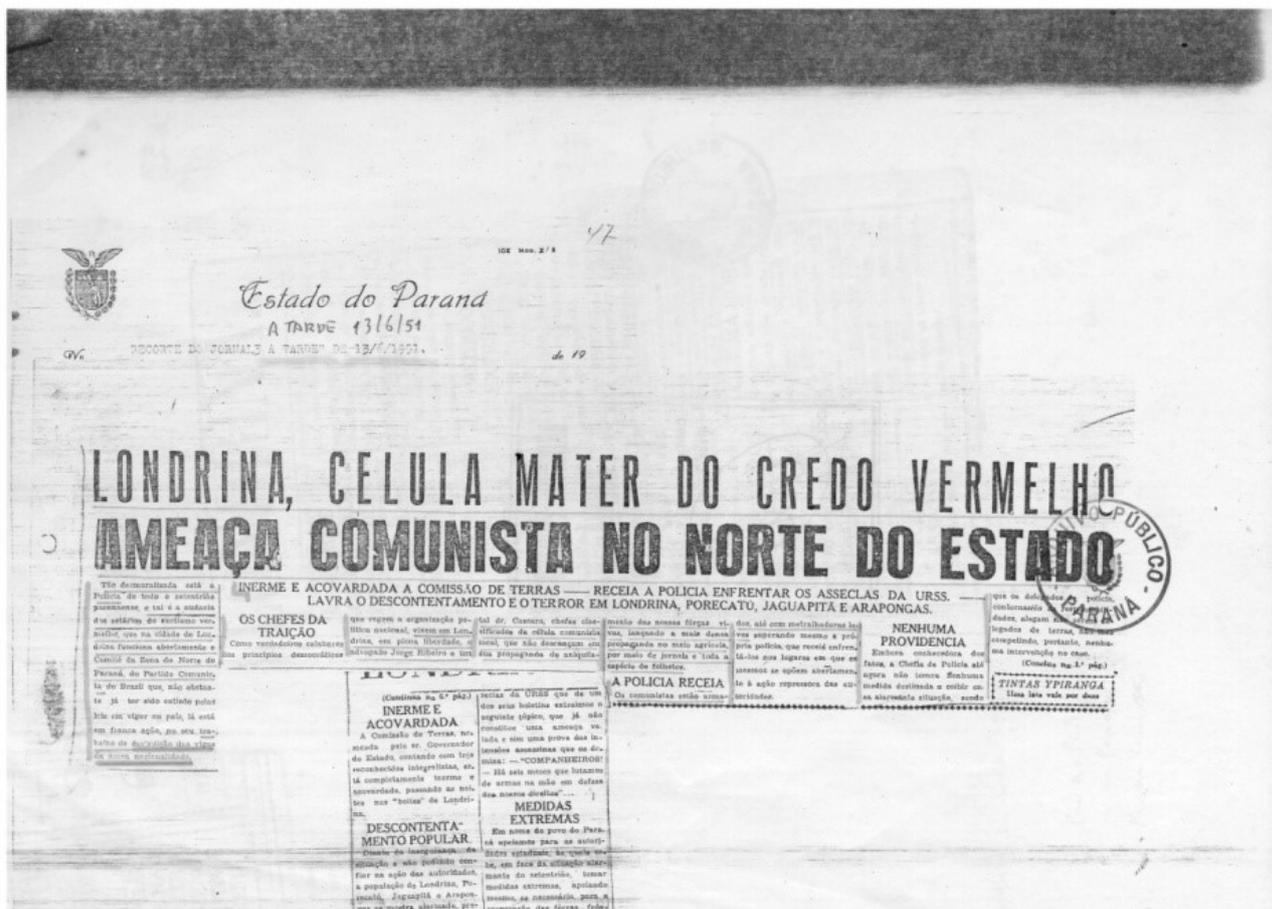
Enquanto em Londrina o PCB iniciava um movimento de solidariedade aos “resistentes de Porecatu”, a família Gajardoni trocava a sua farmácia em Jaguapitã, por dez alqueires de terras de mata virgem, nas margens do Ribeirão Tenente, o que lhe possibilitou uma atuação aproximada com os posseiros:

“A partir desse momento, diversos militantes do PCB de Londrina passaram a visitar a região com maior frequência, sobretudo o vereador Manoel Jacinto Corrêa, o advogado Flávio Ribeiro e o médico Newton Câmara, levando roupas, suprimentos alimentares, remédios e dinheiro. Com essa ajuda os comunistas conquistaram a confiança e a simpatia dos posseiros e se tornaram agentes importantes na orientação da luta e da batalha legal pela posse da terra. A decisão do Partido Comunista Brasileiro de assumir a organização da luta armada no norte do Paraná foi concretizada formalmente em novembro de 1948, quando os posseiros aceitaram os argumentos de vários emissários do partido de que a única saída para a defesa de suas terras era o recurso às armas.” (PRIORI, 2010, p.139)

Com a aproximação em 1948 dos militantes do PCB e a resistência dos posseiros que decidiram ficar na região, surge a aliança posseiros e comunistas do partidão, quando Manoel Jacinto Correia⁴⁹, então vereador em Londrina pelo PCB.

49 Manoel Jacinto Correia(1917-1984), operário da construção civil, eletricitista, militante político, vereador do PCB de Londrina/PR (1944-1948). O ‘velho Mané’ que atuou intensamente no conflito que gerou a Guerrilha de Porecatu, mesmo militante criticava o dogmatismo e sectarismo do Partidão, principalmente nos objetivos, enquanto os camponeses queriam terra, o PCB queria o poder político.(CORREIA apud FELISMINO, 1985).

Imagem 6⁵⁰ Reportagem do jornal “Estado do Paraná”



Fonte: (ARQUIVO DOPS/PR, pasta n. 599).

Londrina por ser o maior município da região reunia os apoiadores da *Guerrilha de Porecatu*, no destaque da imagem oito, evidencia o sensacionalismo da imprensa burguesa formal, “denunciando” organização dos camaradas londrinenses, como ameaça a ordem pública, certo era que dos militantes de Londrina, vinha o apoio necessário aos posseiros resistentes de Porecatu, novamente o ideário popular era alimentado via imprensa local e

⁵⁰Reportagem do jornal “ O Estado do Paraná” de 13/06/1951; Matéria com o sensacionalista título: Londrina célula mater do credo vermelho; ameaça comunista no Norte do Estado, segundo o conteúdo da matéria: “ esta desmoralizada a polícia em todo setentrião do Paraná , tal é a audácia dos sectários do exotismo vermelho ... que na cidade de londrina funciona abertamente o comitê do PCB..com sua propaganda de aniquilamento das forças vivas...lançando a mais densa propaganda por meio agrícola por meio de jornais uma espécie de panfleto...a polícia receia que os comunistas estejam armados com metralhadoras leves intimidando mesmo a polícia que receia ir para combate em lugares abertos (sic)”.

nacional com devaneios anticomunistas, sempre com apelo sensacionalista, incumbia aos camaradas pecebistas o lugar de inimigo público.

Mesmo nesta conjuntura hostil, o vereador pecebista decide percorrer a região para conhecer a questão, segundo o relato de Manoel Jacinto, "fui tomar contato direto com o problema e percorri Porecatu, Centenário do Sul. Vi paiol de arroz queimando, ranchos destruídos, escolas queimadas, famílias inteiras pelas estradas despejadas, vi coisas terríveis acontecendo lá" (CORREIA apud, FELISMINO,1985). Os acontecimentos na região caracterizavam mais violência, os trabalhadores rurais viam suas terras serem cercadas, demarcadas; jagunços, grileiros, capangas invadiam casas, aterrorizando aqueles preocupados somente com o que por direito acreditavam a eles pertencer:

“Em um primeiro momento os posseiros recorreram à justiça, no intuito de que esta fosse “neutra” e fizesse seu papel de cumprir a lei vigente que favorecia os posseiros. Nesse período, o PCB apresentou-se aos camponeses como um grande fomentador do plano de se criar uma aliança operário camponesa. Assim, “a organização das massas rurais dispersas e com incipientes formas de organização foi o caminho e tendência dominantes do PCB, e a resistência armada dos posseiros de Porecatu, marcou a região, para fazer a “revolução agrária e anti-imperialista.” (PRIORI, 2011, p.140)

Cabe observação sobre as contradições no objetivo da luta de ambos - grupos militantes do PCB e posseiros, pois enquanto, os militantes do PCB, estavam motivados com a disputa do poder político, os camponeses posseiros lutavam pela posse da terra. Para a história da organização de esquerda no Brasil esse processo demarca processos complexos e interessantes. No entanto, o movimento de Porecatu foi ignorado não apenas pela bibliografia oficial dos pioneiros como também pelo próprio referencial histórico e político do ‘partidão’⁵¹. O historiador Angelo Priori, afirma: “pouquíssimos são os documentos do PCB que tratam do assunto, assim mesmo em citações rápidas, não foi encontrado nenhum relatório crítico sobre o tema” (PRIORI, 2009, p. 142).

Apesar disso, o presente esforço de pesquisa permitiu reunir um leque importante de documentos e “refrescar” um certo número de memórias, demonstrando que a *Guerrilha de Porecatu* não foi apagada da consciência dos seus protagonistas:

51. Outro autor o jornalista Marcelo Oikawa, no livro “Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram”, já no título escolhido, Oikawa evidencia sua análise do distanciamento empreendido pelo PCB, na exclusão total da bibliografia dos vencedores, os proprietários de terra, bem como, na instituição política de esquerda que atuou no conflito, o que condiciona esta experiência de resistência ao processo de expropriação camponesa, ao silenciamento dos vencidos.(OIKAWA,2011)

“E se ela ainda está viva, isso se deve ao fato de que a orquestração do esquecimento não conseguiu apagar as pegadas que Porecatu deixou para os posteriores processos de lutas sociais e de representação do campesinato. Esse conflito simboliza o mecanismo caótico e desordenado – tão característico do Brasil - de ocupação de um espaço: as terras virgens do Estado do Paraná. Uma situação que só podia gerar todo tipo de violência. Porecatu constitui-se no ponto de partida de uma série de lutas rurais que eclodiram no Paraná e mesmo em outros estados, ao longo dos anos 50.” (SILVA, 2006, p.112)

Para o lendário cavaleiro da esperança⁵² – Luiz Carlos Prestes, líder máximo do PCB ao ser indagado sobre a *Guerrilha de Porecatu*, limitou-se a constatar: “houve equívocos, e é necessário estudá-los à luz da história. Porecatu foi um dos grandes erros do PCB ainda não suficientemente estudado” (PRESTES apud FELISMINO, 1985). Fica factível a necessidade de continuidade de pesquisa, dos vários aspectos deste evento histórico. Em posterior análise da filha de Luiz Carlos Prestes, a historiadora Anita Leocádia Prestes (2006), o conflito de Porecatu foi;

“o movimento de maior envergadura que o PCB teve, a Guerrilha de Porecatu merece destaque. O Partido comandou as ações em Porecatu. o objetivo do levante de Porecatu era formar uma frente contra os 'latifundiários', inclusive com o apoio da burguesia nacional” (PRESTES, 2006, p. 9)

Para Izaurino Gomes Patriota, dirigente do PCB-PR no Livro: *Velhos vermelhos*, opina que a revolta de camponeses de Porecatu. Nos termos de Patriota (2008);

"Foi o fato mais relevante na história política do Paraná, o qual não teve divulgação maior, porque a censura não permitiu. E acrescenta: um movimento sério, que deu trabalho ao governo para poder vencer. Ali se revelaram líderes camponeses que lutavam pelos seus ideais, pela terra e essa coisa toda. Foi um levante armado e, como muitas outras revoluções históricas no mundo inteiro, foi abafado e esmagado. Nessa época o João Saldanha, jornalista, que foi do futebol, era militante do Partido e dava assistência na região. Esteve conosco, simultaneamente, o Gregório Bezerra, que começou na região a resistência, sendo, inclusive, baleado no braço esquerdo." (PATRIOTA apud KODATTO, 2008, p. 236)

No início de 1948 os posseiros ratificam a aliança com os integrantes do PCB, deixando de lado as resistências/lutas de maneira desorganizada, com reações instintivas sem nenhuma decisão coletiva, e sem comando para aceitarem a organização da luta armada, a decisão é tomada na casa de Hilário Gonçalves Padilha, sobrinho de José Billar, o enviado do

52 Vida de Luiz Carlos Prestes *O Cavaleiro da Esperança* biografia poética do líder revolucionário, escrita por Jorge Amado e publicada em 1942.

PCB para reunião: João Saldanha⁵³, o então militante político do PCB, em entrevista ao Jornal Folha de Londrina (1985). Saldanha, informou como foi o diálogo com os posseiros:

“ (...) *Vocês querem ficar na Terra?* - Queremos. *Então vocês têm que lutar - Lutar como?* - *Lutar com armas na mão.*- Mas cadê as armas? *Nos (PCB) - vamos arranjar.* Esse foi o diálogo que mantive com os posseiros, e assim começou a Guerrilha de Porecatu, a partir desta aliança inicia a participação do PCB na luta e a Guerrilha começou. Passamos a organizar um tipo de resistência que não tinha como objetivo de mudar o regime e nem tomar o poder. Os posseiros queriam se manter na terra” (SALDANHA, apud OIKAWA, 2011, p.342)

Formada a conjugação de fatores que levaram a necessidade da organização política para resistência, o conflito mudou de rumos, deixando de ser uma revolta popular sem direção política, para ser uma organização popular com táticas, ações, objetivos pré definidos pelo PCB, o partidão tomou como opção a luta contra os latifundiários, nos moldes de guerrilha, “provavelmente inspirados nas táticas de guerrilha utilizadas por Mao Tsé-Tung, o PCB, pela primeira vez no Brasil, preparou e empurrou os camponeses ao enfrentamento aos seus antagônicos de classe” (PRIORI, 2011, p. 109). Contudo foram mantidas divergências conceituais⁵⁴ acerca do que foi o conflito no que tange a nomenclatura adequada⁵⁵: guerra, revolta ou guerrilha. Se foi guerra, revolta, ou guerrilha certo é que a partir da organização dos camponeses, os jagunços e policiais passaram a ter antagonistas organizados.

A série jornalística do Jornal Folha de Londrina deu voz pela primeira vez aos posseiros de Porecatu, na foto da imagem sete em destaque a seguir, João Billar, e seu irmão José, essa família de imigrantes espanhóis tiveram protagonismo na organização dos posseiros de Porecatu, devido á resistência destes posseiros que se organizaram, para sobreviverem ao processo de expropriação efetuado pelas forças policiais e jagunços dos latifundiários, o relato do posseiro João Billar, contextualiza e demonstra o início da organização dos camponeses:

53João Alves Jobim Saldanha (1917-1990). Jornalista, escritor, técnico Seleção brasileira de futebol (1969-1970). Militante político do PCB, com destacada participação na *Guerrilha de Porecatu*.

54Ver LEOCADIO (2014): *Disputas Territoriais e divergências conceituais: os conflitos pela terra nos arredores de Porecatu PR- Guerra, Guerrilha ou Revolta; 1940-2014*, Londrina, UEL.

55 Para FELISMINO (1985), SILVA (1996), Guerra de Porecatu, para NOSSA e JUNIOR (2010) Guerra do Quebra Milho, “Na roça, o quebrador de milho dobra o pé de milho para arrancar a espiga, arranca, põe para secar e depois debulha. As espinhas eram os posseiros”, para PRIORI (2011) como Revolta de Porecatu. Para OIKAWA (2011), SILVA (2006) a nomenclatura adequada é *Guerrilha de Porecatu*. A imprensa paranaense e nacional utilizavam o ‘apelido’ de Coréia Paranaense, visto, a concomitante guerra das Coréias (1950-armistício), esta denominação é a mais difundida atualmente na região de Porecatu, Centenário do Sul e região.

"(...) durante o brigueiro passamos a receber armas e munição, tudo de graça, de Curitiba e São Paulo. Quem enviava não tínhamos a identidade, mas a coisa toda chegava pra gente da seguinte forma: entregavam o material, um amigo vinha nos comunicar, imitando som de bicho, através do tipo de piado, a gente sabia se ele tinha só um recado para dar ou se era material que deveria ser entregue (...) depois deste dia a coisa ficou feia, havia jagunços em todas as partes, eles ameaçavam e cumpriam, destruíam plantações, ranchos, mataram nossos porcos, tivemos que fazer um rancho no mato (...) a mata era fechada demais e não podíamos andar pelas estradas por causa dos jagunços, o negócio era andar de noite e descansar de dia (...) atravessávamos os carregadores as estradas andando de costas, para despistar as pegadas no chão (...) a comunicação eram códigos-assovios imitando som de passarinhos da região (...) os jagunços entravam no mato atrás de nós (...) as crianças não podiam chorar (...) até que chegamos no 'panema' atravessamos toda a família e começamos a nos organizar para voltar aquela terra corria em nossas veias, era nosso trabalho, nossa vida."(JOÃO BILLAR, apud, FELISMINO, 1985)

Imagem 7. Reportagem Folha de Londrina fotos João Billar (esquerda) e José Billar..



Fonte: . Folha de Londrina. Felismino (1985)

A imprensa nacional associou o conflito fundiário na região de Porecatu, com a concomitante a Guerra das Coreias, com forte apelo anticomunista que nos anos 1940-50, assombrava os brasileiros com as teorias megalomaniacas dentre as quais a débil afirmação *os comunistas comem crianças*, em tempos atuais de retorno do *fantasma do comunismo* na política nacional, o resgate o ideário alienado da época nos orienta sobre o presente. Este sensacionalismo posto nos órgãos oficiais de imprensa que gera um ideário popular distorcido das conjunturas políticas do passado – presente, nesta reportagem acima exposta temos

exemplo real deste sensacionalismo, o título remete a concomitante guerra das Coréias, o que dá uma conotação literalmente bélica, contudo o conteúdo da matéria, versa críticas principalmente ao governo do Paraná e a comissão de terras.

Imagem 8. Reportagem Jornal Estado do Paraná.



Fonte: (ARQUIVO DOPS/PR, pasta n. 599).

Na supracitada reportagem “Ação militar na Coréia brasileira” os jornalistas do Jornal “Gazeta do Povo” ao qual o governador Moysés Lupion era sócio descrevem a região e suas primeiras impressões: “chegamos na fazenda Tabapuan que encontra se abandonada pois foi invadida por intrusos e posteriormente teve seus trabalhadores em greve” além de informarem quais oficiais responsáveis pela varredura do perímetro e colhendo informações sobre os posseiros, na realidade a organização dos posseiros se dava em duas frentes: nas reuniões se discute a criação da Associação dos Lavradores, como ilustra a passagem abaixo:

“(…) a Liga Centenário, em 1949, constituída anteriormente a chegada do PCB na região, já contavam com 140 posseiros, presidida por Hilário Padilha - o Itagiba - com objetivo inicial de ajuda direta aos camponeses, com cunho assistencialista, para provimentos de remédios, gêneros alimentícios, roupas e até dinheiro para investimento nas posses e no mato nos acampamentos, “os militantes do PCB socializam as experiências adquiridas, por alguns membros do PCB que serviram ao exército, e a com aplicação da rígida estrutura e disciplina do PCB, fundamentam as suas atividades e apresentam a disciplina de ação e hierarquia militar.” (PRIORI, 2011, p.145)

Todas essas ações devidamente acompanhadas pelas autoridades locais que reportavam todas as ações aos seus superiores do DOPS, via serviço radiográfico da época, que mantinham os militares e governantes sempre informados, como expõe a imagem seguinte;

Imagem 9 ⁵⁶ Imagem de radiograma do serviço telegráfico do Paraná.

Dr. Levy Lima Lopes
Delegado Ordem Política Social
Curitiba

RECEBIDO
FYN-7
8,58
GCL/RB

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SERVIÇO RADIOTELEGRÁFICO

CARIMBO
29 set. 49
28 SET 1949

Radiograma de São Paulo N. 626 Pls. 72 Data 28 Hora s 19,30

Nr. SS90245. - Respondendo seu radio nr. 85 de ontem, cumpre-me informar que "Ligas Camponesas" foram fundadas em varios Municipios do Estado, com direção autonoma, mas obedecendo as diretiva do PCB, do qual funcionavam como órgãos auxiliares.

Atenciosas saudações
Elpidio Reali
Delegado Auxiliar Diretor DOPS

Visto
Chefe Casa Militar

Organização provisória de "Liga Camponesa"

PARANÁ

Fonte: (ARQUIVO DOPS/PR, pasta n. 599).

Com a criação das ligas camponesas que nesse momento não se configuravam jurídico e politicamente como as futuras Ligas Camponesas do Sapé - PE, lideradas pelo deputado

⁵⁶ Descrição da mensagem; Serviço radiográfico cumpre se em informar que foram criadas as 'ligas camponesas' em vários municípios do estado com direção autônoma mas cumprindo princípios do PCB, assina Elpidio Reale, delegado diretor do DOPS PR.

Francisco Julião, nos anos sessentas. A resistência em Porecatu, adquiriu consciência política, ideológica, tática e física. Pelo viés dos posseiros a luta pela terra era o objetivo em comum, de manutenção das posses que os mesmos há anos trabalhavam, com benfeitorias de toda ordem, o posseiro José Verone, em entrevista a jornais da época, caracterizou o ideário e motivação dos camponeses para resistência:

“(...) nos organizamos em grupos de posseiros armados, tinha muita gente, muita munição e estávamos unidos para lutar pela terra, pois que ela é propriedade de quem trabalha e não de fazendeiros (...) assim lia e distribuía os boletins das reuniões, que no meu entender, nada tinha de mais, porque falava em vantagens de preços e benefícios para os trabalhadores. Assim distribuía os boletins pelas fazendas, certo que não era coisa de comunista e nem de político de qualquer espécie, mesmo porque não sou comunista, trato apenas de trabalhar e cuidar de minha família.”(JOSE VERONE, apud OIKAWA, 2011, p. 238).

Imagem 10 Imagem de reportagem Revista O Cruzeiro

AVANÇAM CONTRA OS REBELDES AS TROPAS DO GOVERNO



Flagrantes dos preparativos dos soldados da Força Pública do Paraná para enfrentar os "posseiros". — Soldados dormindo num dos ranchos abandonados pelos

colonos. Na chácara, sem qualquer conforto, estão expostos a dorçoca, que já têm abastado alguns deles. — O pai de Exército, ALINO SILVA, chefe da Polícia do Paraná, quando, em companhia do Sargento LOTEIRA,

DA DA ROCHA, examinava com o repórter o mapa da região em que se encontram os rebeldes. — Assim, pada no meio, durante a noite, uma patrulha avançada

está vigilante. — Em baixo, outros flagrantes das tropas da polícia paranaense, prontas a manter o controle com os "posseiros".

CAVAM TRINCHEIRAS À ESPERA DA POLÍCIA

MÁIS FORÇAS DEIXAM CURITIBA E RUMAM PARA A ZONA CONFLAGRADA — INSTALADO O QUARTEL GERAL DAS FORÇAS ARMADAS EM PORECATU — PATRULHAS DE RECONHECIMENTO PERCORREM O INTERIOR DO MUNICÍPIO — MATERIAL SUBVERSIVO APREENHIDO Reportagem de NELSON GATTO — Fotografias de MARCILIO ESPERANTE

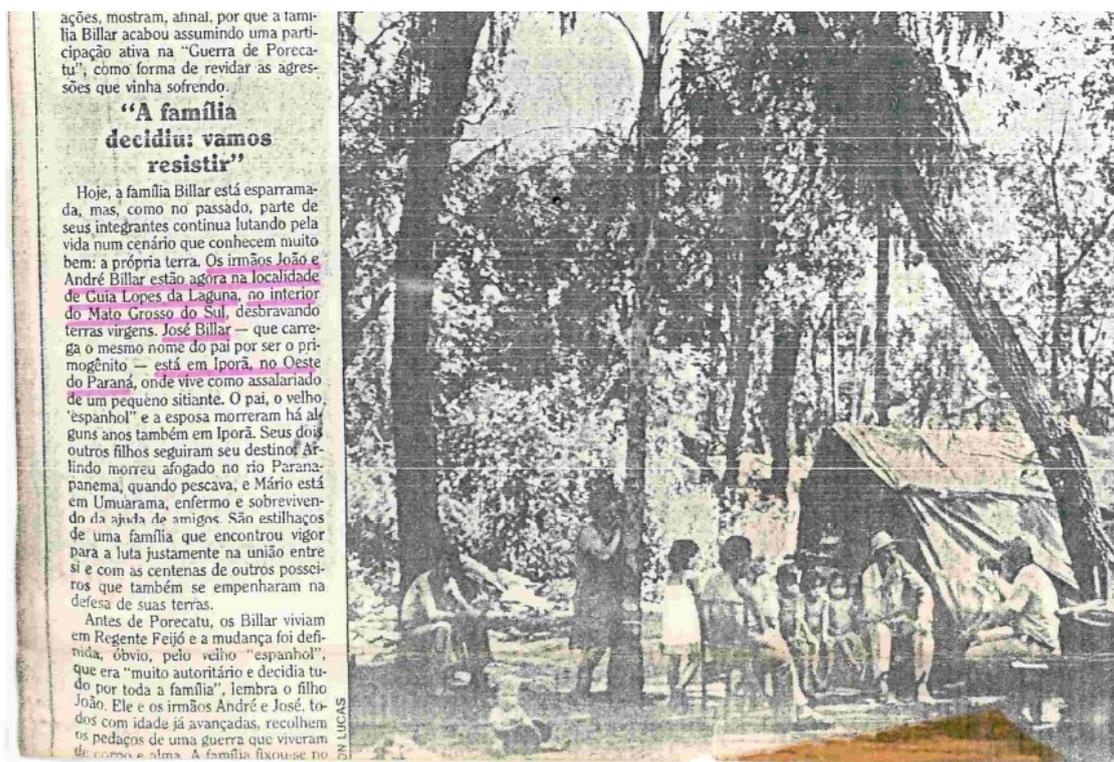
Fonte: (ARQUIVO DOPS/PR, pasta n. 599).

Como retrata o título do recorte de jornal acima exposto, a resistência camponesa de Porecatu foi realizada em duas frentes: “uma armada, com um grupo reduzido de pessoas, mas com uma disciplina rigorosa e um comando extremamente forte; e outra, legal com advogados, alguns políticos, e comerciantes simpatizantes a causa dos posseiros” (PRIORI, 2011, p.151). A guerrilha foi composta por no máximo uma centena de camponeses, nas posses e nas fazendas, além de uma frente de solidariedade e ajuda mútua, nas cidades. A luta

armada estava dividida em três grupos e um Quartel General na Vila Progresso. Cada “grupo contava com cerca de 20 posseiros”, estavam localizados em pontos estratégicos da área conflagrada. No “imaginário social os números variavam de 500 a 1.000 camponeses com armas na mão, de fato a organização dos posseiros resistentes dispôs de cerca de 60 a 100 combatentes” (SILVA, 2006, p.234);

“O primeiro grupo ficava sediado na posse de José Billar, às margens do Ribeirão Centenário. Na fazenda Tabapuan. Esse grupo era chefiado por Arildo Gajardoni, conhecido pela alcunha de “Strogof”. O segundo grupo ficava sediado na posse de Hilário Gonçalves Padilha, nas confluências da margem esquerda do Ribeirão Tenente com o Rio Paranapanema. Na fazenda Quem Sabe. Esse grupo era liderado por Hilário Gonçalves Pinha, também conhecido como “Itagiba”. E o terceiro grupo, talvez com uma importância menor em relação aos outros dois, estava sediado nas cabeceiras da Água Centenário, ou Ribeirão Centenário, e tinha como responsável André Rojo, conhecido como ‘Panchito’.” (PRIORI, 2011, p. 90)

Imagem 11. Reportagem Folha de Londrina, família Billar.



Fonte: . Folha de Londrina. Felismino (1985)

Para as autoridades da região, a organização dos posseiros era terrorista, vide o relatório do delegado do Departamento de Ordem Política e Social- DOPS⁵⁷ do Paraná

57. Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), criado em 30 de dezembro de 1924, foi um órgão do governo brasileiro utilizado principalmente durante o estado novo e mais tarde na Ditadura Militar. O delegado

Walfredo de Miranda Assy, que ao informar seus superiores sobre os acontecimentos da região destacava, a participação do PCB no conflito. Segundo o delegado não criou a situação, mas a “bolchevisou”, naqueles tempos como em tempos recentes pairava o fantasma da possibilidade comunista no Brasil, que nunca se concretizou, porém recheou o imaginário das elites políticas contrárias as ideias socialistas, literalmente até hoje:

“O progresso sucessivo do mal, o entrelaçamento e coordenação dos movimentos políticos, as fugas e emboscadas bem organizadas, as trincheiras de modelo militar encontradas, são tantas provas do comando bolchevista. Esses indivíduos que eram chamados de posseiros, passaram a ser intrusos e agora são assassinos tocaieiros. Na próxima fase, que devemos evitar, receberão o nome de guerrilheiros”(WALFREDO DE MIRANDA ASSY, apud OIKAWA, 2011, p. 345)

Imagem 12. Reportagem jornal “Estado do Paraná”⁵⁸



Fonte: (ARQUIVO DOPS/PR, pasta n. 599).

Tanto a chegada do Capitão Carlos, um membro conhecido do Partidão, para auxiliar na luta como a montagem de um acampamento militar na posse dos Billar, deram uma feição cada vez mais rigorosa a guerrilha. A contra partida estatal foi trazer de São Paulo, em junho

Walfredo foi o primeiro a relatar aos seus superiores do DOPS-PR as razões do conflito: “a título informativo, de vez que o presente relatório servirá de base para investigações políticos-sociais, relatamos mais: a colonização das terras de Porecatu, Jaguapitã, Centenário do Sul, Guaraci e localidades vizinhas, não esta sendo feita pelo antigo plano, isto é, em pequenos sítios.” (ARQUIVO PÚBLICO PARANÁ, fl 1, 1951).

⁵⁸ Reportagem jornal “Estado do Paraná” de 21/06/1951; Agentes de Moscou conspiram no Norte do Paraná: As violências premeditadas pelo Sr Moyses Lupion e atuação ponderada e judiciousa do governador Bento Munhoz da Rocha Neto no caso de intrusagem das terras... os comunistas estão dirigindo o movimento rebelionado no Norte do estado, tendo dois ex deputados (Agildo Barata e Gregório Bezerra) entre os poseeiros de Porecatu...cooperação entre as policias carioca e bandeirante marcha para desmantelo das fortalezas vermelhas no alta da sorocabana e Porecatu”...Subseção Industria da Posse: segundo o governador Bento Munhoz: “o Sr Moyses Lupion, teria vendido até o 5º andar das terras do Paraná e que certos funcionários do departamento de terras e colonização converteram as repartições públicas, em autênticos balcões de enriquecimento pessoal”.

de 1951, quando a polícia do estado do Paraná convidou Eduardo Louzadas Rocha, delegado da DOPS-SP especializado em atividades de esquerda na capital paulista para atuar com o desmanche do conflito no norte paranaense:

“A tática usada pelo delegado Rocha foi espalhar entre os posseiros da região, como forma de chegar aos envolvidos no conflito, o argumento que os comunistas eram oportunistas e estavam apenas usando-os, assim forçando que restassem na luta apenas os “militantes” do partido. Junto com esta tática fez-se um mapeamento do conflito, constatando-se que embrenhados na mata não passavam de cerca de 100 homens empunhando armas, contradizendo as estimativas megalomaniacas da imprensa.” (PRIORI, 2011, p.187)

Na ideologia do PCB, “o camponês faria parte da classe trabalhadora e deveria ser organizado e mobilizado junto aos operários urbanos para construir e fortalecer o proletariado que um dia tomaria o poder e construiria o comunismo no mundo” (WELCH, 2006, p. 68). Por isso, a organização classista foi um passo importante e, portanto, o sindicalismo rural recebeu apoio constante do PCB, nos termos de SILVA (2006):

“(…) durante a *Guerrilha de Porecatu*, surgiram as ligas camponesas e organizações proto-sindicais, em seguida, apareceram as “uniões gerais dos trabalhadores” e “sindicatos de trabalhadores rurais”, nos municípios, pretendendo representar as camadas populares das áreas rurais (...) corrida à sindicalização foi coroada pelo triunfo dos comunistas sobre as demais forças políticas, graças à fundação da federação sindical do Paraná e, mais tarde, da Confederação Nacional, então, o PCB estabelece a primeira corrente do sindicalismo rural no estado do Paraná.” (SILVA, 2006, p. 212)

O conflito se avolumou no campo e se agigantou no ideário coletivo, a imprensa a época relatava pari passo os acontecimentos em Porecatu, por vezes, supervalorizando os fatos ocorridos. Inúmeros embates ocorreram, tendo exemplo a emboscada realizada no dia 10 de Outubro de 1950, na Fazenda Tabapuan, com saldo de seis mortos entre os camponeses: Benedito Custódio de 15 anos; Pedro Vieira de Moraes de 14 anos; Cassiano Coelho, João Francisco Gonçalves, Benedito o “barbudo” e João “Japão”. Houveram também onze feridos entre posseiros, dentre os quais o célebre Zé sem medo, que fugiu ferido para a mata, além de quatro mortos entre os policiais e jagunços.

A luta se ampliou, e os embates armados compõem juntamente a ações de visibilidade como à obstrução da estrada Paralelo⁵⁹ 38, Porecatu-Centenário do Sul. Os posseiros

59 Esta ‘alcunha’ dada à estrada PR-450 faz alusão ao calibre 38 de arma de fogo mais letal no Brasil.

orientados pelos militantes do partidão efetuavam táticas de guerrilha, a contrapartida do *status quo* que utilizava todos os meios para construir um ideário coletivo anticomunista.

Imagem 13 Reportagem jornal O Radical sobre José Ribeiro “Zé sem medo”.

A ODISSÉIA DE ZÉ-SEM-MEDO

BALEADO EM PORECATU ESCAPOU A PÉ PARA O RIO

Prêso como refém pelo tenente Paredes, Zé-Sem-Medo fugiu do caminhão e embrenhou-se nas matas, quando se verificou o primeiro tiroteio — Dias depois foi reconhecido e atacado a tiros pelo soldado Sereno, tendo escapado novamente e rumado para esta capital — E' portador de um memorial para as autoridades federais, assinado por centenas de posseantes do norte do Paraná

Nos acontecimentos do Norte do Paraná o nome de um posseiro foi citado constantemente: o de José Ribeiro, apelidado Zé-Sem-Medo. Devido às suas andanças pela mata virgem, infestada de onças, armado apenas de um faca. O enviado especial deste jornal, por exemplo, citou-o em diversas correspondências suas. Outras publicações desta capital e de São Paulo fizeram o mesmo.

DESAPARECIDO

A última notícia sobre Zé havia sido baleado pelo soldado Sereno, ao tentar apanhar a "jardineira", perto da cidade de Centenario. Depois, nunca mais se teve informações seguras a respeito de seu paradeiro. Uns davam-no como morto, outros como sequestrado pela polícia e pelos capangas de Lunardelli. Enfim, ignorava-se o destino do valente camponês de Porecatu.

NO RIO

De repente o telefone da redação tocou, avisando que estava no Albergue da Boa Vontade um posseiro do Norte do Paraná. A reportagem tocou para lá. Entre os albergados que se achavam do lado de fora encontramos o homem. — Seu nome? José Ribeiro dos Santos. — E' o Zé-Sem-Medo? Sim, era ele.

VEIO A PÉ



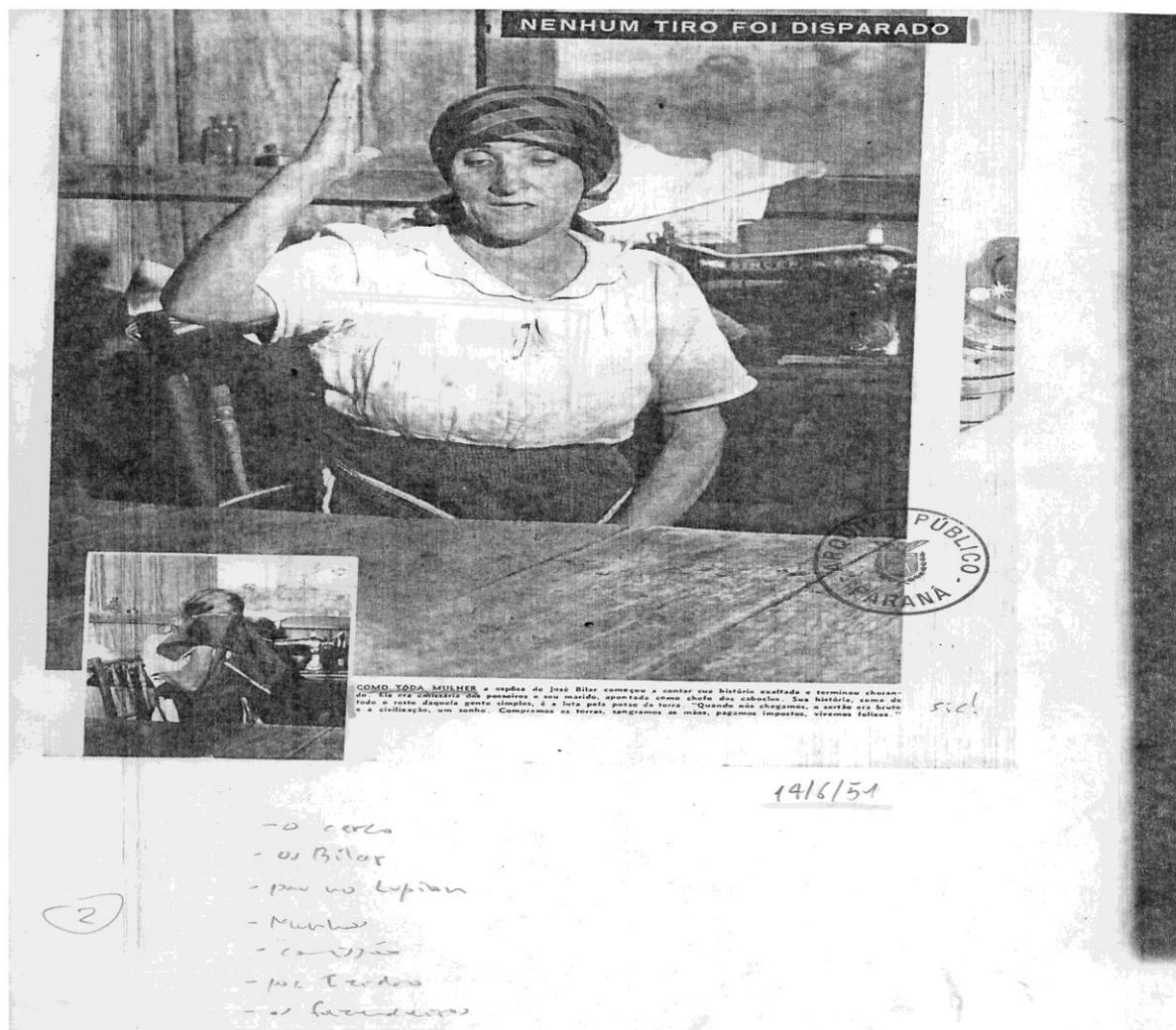
Fonte: Oikawa (2011), p.232.

Contrapondo a fala do Delegado Dop's, o sobrevivente do maior confronto entre os posseiros e forças policiais, o posseiro José Ribeiro dos Santos – o Zé sem medo⁶⁰ - em

⁶⁰ José Ribeiro, o Zé sem Medo se notabilizou por ser emissário do abaixo-assinado dos posseiros de Porecatu para o chefe do gabinete federal, fugiu a pé de Porecatu até o Rio de Janeiro para levar as demandas dos camponeses para o governo federal.

depoimento ao Jornal Imprensa Popular de 16 de fevereiro de 1951, refuta ser comunista: “Nunca fui comunista. Não estudei o comunismo, como é que posso ser? Sei tratar de terra, isto sim. Desde que me entendo por gente labuto na lavoura. Não, não sou comunista. Mas se defender minha posse é comunismo, então eu sou” (JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS, apud, OIKAWA, 2011).

Imagem 14. Foto de reportagem sobre a família Billar, em destaque Antonia Billar.



Fonte: (ARQUIVO DOPS/PR, pasta n. 599).

Outra dissidente da perspectiva das autoridades, foi a matriarca da família Billar, Antonia Billar (retratada na imagem 14), em entrevista à revista *O Cruzeiro*⁶¹ ressaltou o real

61 'O Cruzeiro' (originalmente *Cruzeiro*) foi uma revista semanal ilustrada (1928-1975) fundada por Assis Chateaubriant, á época circulava com 300.000 exemplares semanais, a revista enviou repórteres para o norte do Paraná, fazendo Porecatu ser conhecida nacionalmente devido aos conflitos fundiários. (FELISMINO, 1985).

interesse dos posseiros de Porecatu, a manutenção de suas posses, que não tinha caracterização apenas de propriedade privada, mas sim de efetivação da condição de camponês, que produz seus alimentos ao passo que reproduzem suas vidas. A matriarca dos Billar, afirmou ao ser indagada pelos jornalistas da revista *O Cruzeiro*:

“(...) e o comunismo Dona Antonia? Dizem que seu marido é comunista, que são comunistas que estão dirigindo esta luta.

- É mentira. O José nunca foi comunista, graças a Deus. Nunca fomos sequer contra o governo, porque achamos que o povo deve obedecer quem manda. É invenção. Pode ser que haja comunistas entre os posseiros, como há em todo lugar. Mas esta resistência não é comunista. Luta-se por direitos, luta-se pela terra que se conquistou com o suor do trabalho, luta-se por aquilo que se sonhou na vida, que se conseguiu e que agora quer nos tirar, correu a notícia de que Bento Munhoz⁶² ia devolver as nossas terras. Voltamos esperançados. Mas qual, seu moço!? O que encontramos foi o povo no mato, vivendo como bicho. Esperando para ser morto ou para matar. Esta é uma terra maldita! E pode dizer apelamos ainda para o governo federal, para o dr. Getúlio Vargas no sentido que ele intervenha nesta questão. Para fazer justiça. Nele, nós confiamos.”(ANTONIA BILLAR, apud, OIKAWA, 2011, p. 335)

O movimento de *Guerrilha em Porecatu*, amalgamou em relação dialética e complexa entre diversos atores sociais em conflitos: camponeses-posseiros, latifundiários-grileiros, militantes políticos do PCB⁶³ do Norte do Paraná e posteriormente do Comitê Central (CC), do PCB, autoridades políticas, vide, a tensão entre PCB-PR e o PCB-CC versus camponeses em dado momento da guerrilha. Quando o governador Moysés Lupion saiu do poder e no lugar dele entrou Bento Munhoz, em 1951, Porecatu estava no auge do conflito. Munhoz tentou uma negociação pacífica com os posseiros. Uma das alternativas propostas era o reassentamento. “Os posseiros estavam cansados e querendo ir embora, por isso muitos tenderam a aceitar a negociação. O problema é que o PCB, naquela altura, não queria acordo e proibiu as famílias de concordar” (OIKAWA, 2011, p. 324). Diante do impasse, o governo decidiu organizar o cerco de Porecatu, mobilizando a polícia do Paraná, de São Paulo e até a força aérea e o batalhão de fronteira de Foz do Iguaçu;

62 Bento Munhoz da Rocha Neto (1905-1973), 34º governador do Paraná, na sua gestão findou a Guerrilha de Porecatu, com a posse de 380 famílias assentadas.

63Nos últimos anos, uma série de estudos tem destacado as discrepâncias entre a linha geral do partido e a prática da militância espalhada em diferentes pontos do país. Inclusive, alguns estudos recentes têm apontado nesse sentido. Persiste, por parte da historiografia, “uma certa imagem monolítica do PCB, como se a disciplina partidária transformasse a legenda em uma correia de transmissão em que as ordens partiam do topo e chegavam facilmente à base e os únicos ‘desvios’ nessa trajetória eram as dissidências consagradas na historiografia: trotskistas, prestistas, etc. No entanto, a documentação do dia a dia da militância atesta que, nem sempre, as bases – a despeito da disciplina partidária – acatavam as diretrizes que emanavam do Comitê Central.” (SILVA,2006).

“Na madrugada do dia 17 de julho de 1951, os policiais invadiram a região controlada pelos resistentes e também a casa de alguns dirigentes do PCB em Londrina. As fronteiras de Porecatu foram cercadas. A prisão de Celso Cabral de Mello, teve peso decisivo no desmantelamento da resistência armada” (PRIORI, 2011, p. 123)

Em seus depoimentos para o Inquérito Policial instaurado logo após a sua queda, o Celso Cabral de Melo ou ‘capitão Carlos’, revelou os fatos sobre os quais até então a Força Pública e os delegados da DOP’S tinham dúvidas. “Num primeiro momento ele fala da composição dos grupos e da quantidade de pessoas com armas na mão. Esse projeto foi facilitado com a revelação de todo esquema, baseando-se na delação do ‘Capitão Carlos’ em juízo” (LEOCADIO, 2015, p.65). Num segundo momento, relaciona as armas em poder dos resistentes, como fica demonstrado na documentação do próprio DOPS;

“Duas submetralhadoras, seis granadas de mão, doze carabinas, a metade da qual em mau estado de funcionamento, três ou quatro pistolas Parabellum, uma pistola colt 45, do uso de Arildo, um mosquetão, sessenta cartuchos de metralhadora 9 mm, cerca de trezentos cartuchos para a metralhadora 45, cerca de 400 cartuchos para o mosquetão, cerca de oitocentos tiros munição 44, uma carga para cada pistola e cerca de sessenta tiros para revólver. Acredito que essa munição não tenha sido renovada, porque ultimamente os bandos já vinham encontrando muitas dificuldades para adquirir munição.” (Delação “capitão Carlos” - Arquivo DOPS, pasta n. 599)

Com esse depoimento, Celso Cabral de Melo revelou os pontos mais fracos e débeis do movimento. Era fato corrente, e a polícia militar, os agentes da DOPS, a imprensa e até mesmo a população local faziam ênfase, de que os grupos armados na floresta eram numerosos e estavam dotados de armamentos pesados e muita munição. O próprio delegado especial da DOPS, Eduardo Louzada, reconheceu que eles imaginavam um movimento com um número muito maior de membros. Relatando o depoimento de Celso Cabral de Mello ao chefe da Polícia do Paraná, disse:

“As informações preliminares que obtivemos sobre a organização, a constituição, o sedimento e o equipamento dos bandos armados, confirmaram quase que “in totum”. As informações mais ou menos imprecisas que obtivemos a respeito do seu número é que sofreram apreciável redução, pois os informantes faziam referência ora 500, ora a 300 elementos, quando na verdade talvez não chegassem a 100. A esse erro fomos levados de um lado pelo natural exagero e pela natural fantasia de informantes atemorizados e de outro lado por um curioso expediente da direção dos bandos, que nas diferentes sortidas em que mantiveram contato com os informantes, nos vários atos de violência seguidamente praticados, dividiam os componentes dos bandos em dois grupos, um deles fora da mata, nas estradas, nas derrubadas e nas sedes, enquanto outro grupo, bem mais reduzido, ocupava a orla da mata, de arma

em punho, e eram referidos pelos que saiam como centenas de homens. “(LOUZADA, ARQUIVO DOPS/PR, pasta n. 599).

Este ato foi um golpe que solapou a resistência dos resistentes. Evento-chave para o término do conflito deu-se na ocupação da Vila Progresso, em Porecatu, no dia 21 junho de 1951, a utilização de 12 veículos e cerca de uma centena de soldados rumaram pela estrada Pararelo 38, onde houve uma ocupação das ocupações e a perseguição a todos os sujeitos envolvidos no conflito. O estado, e seu aparato militar, utilizou suas históricas táticas contra emboscadas e artimanhas midiáticas de definição dos posseiros como criminosos, bandidos, perigosos, “baseadas em grande parte pela delação do ‘capitão Carlos’ ” (LEOCÁDIO, 2015).

Além disso, cabe destacar também a dissonância do lado dos resistentes, a partir das duas correntes de pensamento do PCB, enquanto a corrente do comitê central do PCB, tinha objetivos macros, o PCB londrinense apoiava os posseiros em seus objetivos, em evidente;

“discordância do PCB central que intuía criar a aliança ‘operário-camponesa’ para disputa do poder político nacional, que diferia dos camponeses posseiros que lutavam basicamente pela posse da terra, a seguir o estudo focará as intenções camponesas a partir das referências dos posseiros combatentes de Porecatu.” (PRIORI, 2011, p.108)

Posteriormente a *Guerrilha de Porecatu*, os comunistas do PCB fizeram uma virada política e, desta vez, rumo a posições mais moderadas e conciliadoras. Armênio Guedes, membro do Comitê Central do PCB, considerou posteriormente a concepção do Manifesto de Agosto de 1950, que deram a “tônica no conflito de Porecatu” (SILVA, 2006), equivocadas. Para Armênio Guedes, o Manifesto de Agosto se caracterizava, como:

“(...) ‘tipo golpista’ era a expressão de uma visão ao mesmo tempo ‘catastrófica e apocalíptica da revolução’, na qual, à revelia das ‘massas passivas’ e à frente de um grupo de iluminados, o ‘herói positivo’ tomaria o poder e implantaria o socialismo ‘da noite para o dia’. Em decorrência, toda a luta, em qualquer lugar, poderia se constituir num foco da revolução vitoriosa. Nas cidades, tentava-se ‘arrancar’ greves a todo custo. No campo, deveria ser explorado o ‘conteúdo revolucionário’ de todo o conflito fundiário. Assim, quando surgiu uma luta camponesa em Porecatu, que era uma luta de classes, uma luta de posseiros, uma luta correta nós nos metemos nela com o objetivo de transformá-la na centelha que iria incendiar o campo brasileiro, dar início à revolução agrária. Fracassamos.” (GUEDES, apud OIKAWA, 2011, p. 312)

Todavia, mesmo durante a *Guerrilha de Porecatu*, é possível que tenha havido alguma confusão ou fusão entre os grupos armados e as ligas. Por exemplo, em um encontro da liga da Água do Monjolo, os participantes fizeram “algumas intervenções enérgicas” a favor da resistência “por todos os meios” contra os “ladrões de terra”. E segundo Jacob Gorender

(2006) a década de 1950 não era propícia para epopéias políticas. Em sua obra: *Combate nas Trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. O historiador comentou sobre Porecatu e a conjuntura da época:

“No começo dos anos 1950 não havia disposição, nem meios para repetir as quarteladas de 1935. A proposta de luta armada caiu quase por inteiro no vazio. As únicas tentativas reais se relacionam com os posseiros de Porecatu, no Norte do Paraná e de Trombas e Formoso, em Goiás. Em ambos os casos, os conflitos tinham caráter local, nem sequer regional. Não foi possível sustentá-los, indefinidamente e acabaram solucionados no próprio âmbito local” (GORENDER, 1987, p. 98)

Ainda no bojo da autocritica não especificamente sobre a atuação do PCB em Porecatu, mas sim sobre o Manifesto de Agosto, que para o PCB foi decisivo durante a *Guerrilha de Porecatu* e posteriormente para mudança de estratégia política, o segundo homem da hierarquia do PCB, Diógenes de Arruda Câmara⁶⁴, ao comentar o Manifesto de Agosto, afirmou:

“(…) cometemos um erro sério de esquerda, que foi subordinar a tática do partido à estratégia. Tática e estratégia ficaram fundidas. Isso levou a rigidez na tática, falta de amplitude na tática, que dificultava a abordagem das massas pelo Partido. Levava à subestimação dos conhecimentos táticos, e de nos aproximar mais e mais das massas. Saímos de uma posição reformista de direita, e caído numa posição esquerdista” (CÂMARA apud OIKAWA., p. 334, 2011)

Imagem 15 Reportagem Folha de Londrina Manoel Jacinto Correia

Na segunda e última parte do depoimento que gravou em 83, pouco antes de morrer, Manoel Jacinto Correia chama os dirigentes comunistas de "sectários" e "burros" e os responsabiliza pelo fim melancólico da luta armada

"O homem do CC gastava o dinheiro nos prostíbulos"

Ele — prossegue — violou os estatutos segundo os quais ninguém poderia sair do acampamento. Com isso, alguns elementos saíram dos QGs para beber pinga num lugar chamado "Venda da Cruzinha", sem pedir autorização, colocando em risco a segurança de todos. Um dia, contou Mané, três membros do grupo (Inocêncio Ferreira Belém, João Pernambuco e Manoel Joaquim Moraes, ou Manoel Sargento), depois de beberem naquele lugar viram um avião sobrevoando a região e atiraram nele, dando na cara de testemunhas que faziam parte do movimento. Quer dizer, eles tinham que ser fuzilados, mas não foram, acabaram sendo poupados, ficou tudo por isso mesmo. Houve então um desmoronamento, um relaxamento, uma indisciplina imposta por este elemento do Comitê Central.

Celso Cabral chegou, inclusive, a criar atritos com os posseiros que desejavam pagar suas dívidas no comércio de Centenário do Sul, com o di-

maneceu vivo sem com a mil em Londr retirando-

O sofr no campo que form prisão de importan episódio de 51. E (nos qual zado um bém, ne ocupava tão Carle no de a menos 1 usar um conduzi- trito de dell", ci como p precisáv vistos di madeira seqüest pois lev Colina, nhas no Dall, ferido p que, já Corone dirigent apesar levado Londri policia

Fotos: Janilson Lucas

Veino Mané. "O movimento nunca foi analisado criticamente pelo Partido"

vado "pela posição sectária e burra dos dirigentes, que impediram os trabalhadores de realizarem um acordo amigável e até vantajoso com a Comissão de Terras que havia sido nomeada pelo governador Bento Munhoz da Rocha Netto". A comissão era liderada pelo advogado Renato Cunha, de Londrina, e seu surgimento permitiu uma espécie de trégua para as conversações. "Os posseiros chegaram a frequentar reuniões — armados, é verdade — em Porecatu, sem serem molestados por qualquer proposta de acampamento

Fonte: . Folha de Londrina. Felismino (1985)

⁶⁴ Diógenes Alves de Arruda Câmara (1914 - 1979) foi um político brasileiro, fundador do Partido Comunista do Brasil.

Esta análise do dirigente do PCB sobre o Manifesto de Agosto, reforça o relato crítico de forma direta com autocrítica em extinção principalmente na confusa “esquerda política” brasileira, com críticas veementes acusações frontais principalmente ao “capitão” delator Celso Cabral da *Guerrilha de Porecatu*, bem como críticas diretas ao PCB central, o militante Manoel Jacinto Correa, foi figura central na organização dos posseiros de Porecatu, sendo membro do PCB de Londrina. Nesta entrevista, Correa (1985) coloca o ‘dedo na ferida’ evidenciando a cisão entre os militantes do PCB do Paraná e o Comitê Central do Partido. O velho Mané, como era conhecido pelos militantes do partido e lutadores sociais, tinha ampla identificação com os posseiros e vasto conhecimento da região, e viu na atuação do PCB os erros citados anteriormente pelos dirigentes: Gorender, Diógenes e Armênio, sendo mais incisivo nas críticas, e expondo uma autocrítica de sua atuação, assim pensava Manoel Jacinto Correa. Alguns meses antes da sua morte em entrevista ao Jornal Folha de Londrina, em 1985:

“(…) foram eles (Comitê Central do PCB) que não levaram em conta o respeito com o posseiro, à sua origem, às suas condições ideológicas. Não levaram em conta seus objetivos simples de luta pela terra. Os posseiros não procuravam a revolução para tomar o poder. Foram suas imposições que levaram a derrota do movimento. Foi o sectarismo que impediu os posseiros de fazerem acordo nobre, recebendo terras em outras regiões o que representava uma vitória para todos os posseiros. Eu, de minha parte acho que deve ser levado em conta o que teve de negativo e o que teve de positivo, porque esse é o caminho que todo mundo luta, não tenho mágoas e também não sou um arrependido. Sou humano, com todos altos e baixos. Sofri discriminações, críticas justas e injustas, mas também aprendi (...) que temos uma tarefa muito grande de lutar por uma ordem social mais justa neste país. Tanto que é verdade que a luta dos posseiros continua no Araguaia, na Amazônia. Os latifúndios são os mesmos, mas com outros objetivos, como produzir para exportação (...) e não tem uma palavra a respeito de distribuição de terras para os pequenos. Isto quer dizer que a luta continua, que outros continuarão lutando, que a ordem social não será modificada enquanto existir latifundiário. Isso é um empecilho contra o progresso de qualquer nação no mundo. E reforma agrária nem é socialista, é uma medida capitalista. A luta da terra vai continuar porque este é o desejo ardente do homem que trabalha na terra sem ser seu possuidor.”(CORRÊA apud FELISMINO, 1985)

Sobre os erros cometidos serem de caráter individual ou partidário, Maurício Grabois⁶⁵, dirigente nacional do PCB na época da *Guerrilha de Porecatu*, publicou diretrizes do partido em 1949, dois anos antes do fim do conflito, que podem auxiliar em constatações:

“Para ganhar as concentrações camponesas mais importantes do país é indispensável organizar as lutas no campo, indo ao encontro das massas camponesas, levantando

⁶⁵ Maurício Grabois (1912 – 1973); Foi um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e um de seus dirigentes desde a criação do partido até sua morte na Guerrilha do Araguaia, em 25 de dezembro de 1973. Anteriormente ao PC do B foi militante do PCB.

as suas reivindicações, sem querer impor reivindicações que não são por elas ainda sentidas sendo, no entanto, necessário popularizar, entre os camponeses, as reivindicações defendidas pelo nosso Partido. É certo que a posse da terra é a reivindicação mais importante e central dos camponeses, mas precisamos ter sempre em conta que para organizar as massas camponesas e iniciar lutas, desempenha um grande papel o levantamento de outras reivindicações mais elementares, como por exemplo melhores condições de trabalho e de contrato de arrendamento, abolição de vales e de barracões, maior prazo nos contratos de arrendamento e garantia de poder reformá-lo, liberdade de comércio, diminuição dos impostos e fretes, crédito barato, garantia para os preços dos produtos e demais reivindicações que possam existir.” (GRABOIS, 1949)

Exposto minimamente o que foi a *Guerrilha de Porecatu*, desde suas determinações históricas que culminaram o conflito agrário, com suas devidas ordenações jurídicas inerentes, os próximos passos será demonstrar as contribuições que embrionaram o modelo de representação política para os camponeses até os dias correntes. O surgimento da organização política camponesa no Norte do Paraná foi fusionado por determinações históricas da questão agrária no Brasil. Em se tratando da região de Porecatu determinações jurídicas moldadas desde o Brasil – Império, contudo e principalmente após o advento da República (1899) e as reordenações jurídicas pertinentes a este período, principalmente a passagem das terras devolutas da União para o Estado do Paraná, no capítulo terceiro pois o estudo foca se na organização política dos camponeses com a conseqüente despertar de uma consciência crítica de classes.

CAPÍTULO 3:

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DECORRENTES DA PRÁXIS SOCIAL DE RESISTÊNCIA

*“Nesses versos eu vou revelar, uma história do nosso passado
Existia um grileiro de terras, o que tinha era tudo tomado
Em uma área que veio empossando, foi deixando um caboclo cercado
Foi falar com aquele caboclo, um capanga por ele mandado
O jagunço falou com o caboclo, conversando na sua varanda
Meu patrão vai tomar suas terras, está cercado por todas as bandas
Acho bom sair quanto antes, pegue a sua família e se manda
Porque saibas que um mau acordo, é melhor do que boa demanda
O caboclo já foi respondendo, essa terra pra mim é sagrada
Pois aqui derramei meu suor, minha honra será sepultada
Vai dizer para seu patrão, eu não cedo um palmo por nada
Pra evitar confusão dou um boi, por um boi perco toda a boiada
De uma coisa pode ter certeza. como vê esse sol como luz
Se vier invadir minhas terras, diga a ele, que assim eu propus
Cada marco da minha divisa, no lugar eu coloco uma cruz
O grileiro chegou com os jagunços, arrancando as primeiras balizas
Receberam o que não esperavam, um estanho furando as camisas
O caboclo venceu na tocaia, em defesa do chão que hoje pisa
Com as cruces dos grileiros de terra
Fez a cerca da sua divisa”
(Música Grileiro de terra, Tavares e Taviano, 1974)*

Os usos e costumes próprios da população que luta em sua específica condição de povos de resistência, nos dá um panorama de maior proximidade sobre como os sujeitos veem e se veem na própria história vivida, desde suas narrativas. Seguindo a trilha do uso das formas de linguagem da população aqui estudada, os camponeses do norte do Paraná, utilizaram das canções, das modas de viola, para denunciar a exploração vivenciada por eles ao longo do conflito de Porecatu.

A título de exemplo, a moda de viola⁶⁶, *Grileiro de Terra*⁶⁷, usada como epígrafe deste subitem, expõe a real conotação dos acontecimentos do setentrião do Paraná nos anos

⁶⁶ A moda de viola possui entre os gêneros da música caipira se deve também pelo fato de ela evidenciar muitos dos impasses, dos dilemas e das angústias do homem do campo, sendo utilizada como ferramenta de denúncia e crítica a processos de exclusão e opressão social, enaltecendo a humildade e a honestidade enquanto virtudes humanas e desmoralizando a ostentação de símbolos de riqueza e de má conduta, como a arrogância, a prepotência, a soberba, a inveja e a desonestidade. É a moda de viola que, por excelência, traz nos enredos de suas narrativas temáticas cujo principal objetivo é transmitir aos ouvintes algum ensinamento de conduta ética ou uma lição de vida. A literatura de cordel e a história oral apresentam-se como elementos substantivos da história da resistência no Brasil e na América Latina. A exemplo do cordel, as modas de viola é uma manifestação popular do povo ao qual o homem do campo a partir da linguagem oral utiliza para refletir sua realidade. In: GARCIA (2017).

1950, o trecho que descreve o *modus operandi* dos grileiros no Brasil desde a Amazônia legal até os pampas, com a atuação destacada da figura do jagunço como agente de informação, repressão “ (...) Existia um grileiro de terras - O que tinha era tudo tomado - Em uma área que veio empossando - Foi deixando um caboclo cercado - Foi falar com aquele caboclo - Um capanga por ele mandado - O jagunço falou com o caboclo - Conversando na sua varanda - Meu patrão vai tomar suas terras - Está cercado por todas as bandas - Acho bom sair quanto antes - Pegue a sua família e se manda - Porque saibas que um mau acordo - É melhor do que boa demanda. (TAVARES E TAVIANO, 1984)

Bem como, na mesma moda de viola a sabedoria popular reproduz as conseqüentes formas de resistência dos camponeses: “Se vier invadir minhas terras - Diga a ele, que assim eu propus - Cada marco da minha Divisa - No lugar eu coloco uma cruz. - O grileiro chegou com os jagunços - Arrancando as primeiras balizas - Receberam o que não esperavam - Um estanho furando as camisas - O caboclo venceu na tocaia - Em defesa do chão que hoje pisa” (TAVARES E TAVIANO, 1984).

Os exemplos acima supracitados materializam a máxima de Antônio Gramsci (2000, p. 93) “que todos os homens são filósofos⁶⁸”, definindo os limites e as características desta ‘filosofia espontânea’, peculiar a todos os seres humanos, isto é, da filosofia que está contida: na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente corretas, contudo vazias de conteúdo concluímos que a racionalidade das motivações da luta de classes, necessariamente depende do nível de ‘consciência de classe’, e das condições objetivas mediante o conhecimento da correlação de forças presentes em cada conjuntura. Para Gramsci (2000):

⁶⁷ LP pequeno não é pedaço, 1984, música/moda de viola Grileiro de terra. In: https://www.recantocaipira.com.br/duplas/taviano_tavares/taviano_tavares.html

⁶⁸ Aqui cabe reflexão sobre o debate dos Intelectuais e suas funções em Gramsci, com a distinção dos intelectuais tradicionais e orgânicos, contudo segundo GRAMSCI (2000) “a autonomia do intelectual, seria considerado como uma espécie de “força autônoma”, independente da “camada social em que gravita”. Mesmo quando lança idéias que são aproveitadas pelo proletariado, este o mantém “organicamente” afastado, seus chefes seriam tirados do grupo operário ou camponês. A origem intelectual, ou o privilégio intelectual criaria uma certa desconfiança ente as bases operárias. Gramsci teria mostrado que a autonomia do intelectual, diante das classes dominantes é impossível, Assim sendo, o intelectual é colocado como o “representante da hegemonia do grupo dominante”, que faria a ligação entre a superestrutura e a infra-estrutura. Esta relação entre a superestrutura e a infra-estrutura, cria para o intelectual a possibilidade revolucionária de se relacionar organicamente com a classe em ascensão (o proletariado revolucionário), rompendo com a sua posição tradicional, podendo essa relação orgânica se efetuar com mais clareza em momentos de crise e questionamento de superestrutura.

“(…) o processo de passagem das lutas do campo meramente econômico-corporativo ao campo ético-político, sintetizados no momento ‘catártico’ ou no correspondente marxiano da elevação de ‘classe em si’ a ‘classe para si. Neste sentido as lutas se apresentam em duas perspectivas: Lutas sociais reivindicatórias ou lutas políticas revolucionárias (...) no mesmo processo de construção da dimensão universal ou ‘ético-política’ (...) compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais.” GRAMSCI (2000, p. 21).

A luta social de caráter reivindicatório no campo dos direitos de cidadania, vide o conflito fundiário de Porecatu, é concebida, neste trabalho, como um momento de luta de classes, pois, nas pistas dos estudos de Gramsci, entendemos que Porecatu, encarna tanto a guerra de posição como a guerra de movimento. Nas palavras do autor:

“(…) como ‘guerra de posições’, as lutas sociais são manifestações particulares das lutas de classes, e abarcam questões específicas em torno das quais os movimentos se organizam e lutam. O reconhecimento da luta no campo dos direitos e da cidadania, nos marcos do capitalismo, sinaliza que sua conquista integra uma agenda estratégica da luta democrática e popular, visando à construção de uma sociedade sem exploração de classe.” (GRAMSCI, 2000, p. 24)

Assim, a emancipação política, embora não seja garantia para a emancipação humana, é, certamente, um campo de mediação fundamental para que este se concretize. A emancipação política não é a ‘emancipação integral, sem contradições, uma vez que é uma forma relativa que integra o todo. Logo, a emancipação política não está livre de contradições, ao contrário, encarna a “complexidade de se pensar a superação em meio ao real vivido no que, no capitalismo, se decapta como condição humana: a própria humanidade” (MÉSZAROS, 2008, p. 32). Os limites da emancipação política surgem do fato de o Estado poder intencionalmente libertar-se de um constrangimento, “sem que o homem se encontre realmente liberto; do Estado conseguir ser um Estado livre, sem que o homem seja um homem livre” (MARX, 2005, p.80), “por meio da filosofia da práxis, que permite a ‘superação do modo de pensar precedente’, tornando “crítica uma atividade já existente” no seio de “indivíduos singulares” (GRAMSCI, 1999, p. 99). E continua o pensador italiano:

“A filosofia da práxis não objetiva manter os ‘simples’ na sua filosofia primitiva do senso comum, mas pretende, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior, buscando forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa (...) trata-se de elaborar uma filosofia – tendo já uma difusão ou possibilidade de difusão, pois ligada à vida prática e implícita nela – que se torne um senso comum renovado com a coerência e o vigor das filosofias individuais.” (GRAMSCI, 1999, p. 100-101)

Ademais o conflito agrário de Porecatu, enquanto luta social de caráter reivindicatório no campo de direitos de cidadania, se insere nas lutas sociais agrárias do Brasil como momento de cisão das formas das lutas camponesas, que anteriormente tinham apenas como conteúdo as revoltas contra os processos de expropriações territoriais. O legado da *Guerrilha de Porecatu*, apresenta-se tanto nas táticas das disputas jurídico-legais utilizadas pelos posseiros de Porecatu, adaptada a legislações trabalhistas, como no contraponto às regras hegemônicas do Estado (Lei de Terras, 1850). Condição que, após todo o ocorrido, força o Estado a aceitar (depois de muitas lutas e tensionamentos), parte relativa do constrangimento oriundo da luta social presente no campo, ao reconhecer parte das demandas camponesas, institucionalizando-as em forma de políticas públicas.

Os posseiros de Porecatu, trilharam o caminho da resistência, atravessada pela luta política possível e organizada, mesmo que por dentro da lógica dos políticos que em conjunto com os latifundiários, lesavam os direitos dos camponeses sobre a posse terra, contudo utilizaram deste espaço de luta para estabelecer representação política. Silva pontua esse posicionamento. Nos termos de Silva (2006):

“A ortodoxia marxista estabelece uma ligação de causalidade entre mobilização e organização. Se é verdade que Porecatu constitui-se numa confirmação dessa abordagem, igualmente encontram-se numerosos contra exemplos, mesmo no Paraná, onde lutas sociais não deram origem a nenhuma forma de organização. Constituindo os primeiros organismos de representação do campesinato paranaense, os comunistas assentaram a pedra fundamental para a edificação de um campo sindical no meio rural, até então inexistente. Esse campo viria a ser constituído em torno da luta pelo monopólio da representação das camadas populares da lavoura. Seria em relação a esse objeto de disputa que se desenhariam as posições antagonistas, nas quais se afrontariam comunistas e camponeses, de um lado, e fazendeiros e jagunços, de outro.”(SILVA, 2006, p. 157)

No caminho da compreensão de como simples camponeses do interior do Paraná, portanto na periferia das decisões políticas do país, atingiram consciência de classe para se estabelecerem enquanto classe social, para compreensão deste debate sobre o que é determinante para delimitar de que se trata consciência crítica, Engels e Marx apontaram para a clássica problemática filosófica:

“(…) a relação entre o ser e o pensar (...) ações conscientes não são o fator principal das grandes transformações históricas (...) para compreender a história é preciso ir além dos motivos, da intenção consciente que levam os homens a agir, pois esses motivos tem uma importância apenas secundária para o resultado do conjunto, muito embora nada na história aconteça sem uma intenção consciente (...) numerosas vontades individuais que operam na história produzem, na maior parte do tempo, resultados completamente diferentes daqueles desejados – frequentemente até opostos

– e, por conseguinte, seus motivos tem igualmente uma importância apenas secundária para o resultado do conjunto. Por outro, restaria saber quais forças motrizes se escondem, por sua vez, atrás desses motivos, quais são as causas históricas que, agindo na mente dos sujeitos agentes, transformam-se em tais motivos.” (MARX; ENGELS, 2011, p.164)

Estes motivos conscientes são aqueles que, para cada indivíduo da classe, apresentam-lhes como justificativa ou motivo imediato de sua ação, o proletariado pode pensar sobre si mesmo, mas do que ele será obrigado a fazer historicamente de acordo com seu próprio ser, mesmo que um camponês tenha consciência de classe apenas por saber que é explorado, esta consciência fortuita não caracteriza consciência de classe em si, pois;

“ A consciência psicológica de sua situação de exploração não é ainda consciência de classe, assim, é o ser do proletariado enquanto classe o que define o curso histórico que ele deve seguir, e não o que ele pensa sobre si próprio, a pequena burguesia, como classe de transição em que os interesses das duas outras classes se enfraquecem simultaneamente, se sentirá sempre “acima da oposição de classes em geral”, e tentará sempre “harmonizar” o conflito entre as classes principais.”(MARX; ENGELS, 2011, p. 168)

Na obra de Lukács (2012), *História e Consciência de Classe*, o autor húngaro discorre sobre como sentimentos individuais de discordância-revolta se potencializam e se transformam em consciência de classe coletiva. Assim como Gramsci, Lukács nos auxilia a compreender o movimento da *Guerrilha de Porecatu*. Uma primeira lição do autor húngaro para nortear este estudo, seria a certeza de que:

“a reflexão sobre as formas de vida humana (...) e também análise científica (...) tomam, em geral, um caminho oposto a evolução real, começa *post festum*, “ou seja, a necessidade ontológica das tendências principais da totalidade do desenvolvimento, às quais se associa um conhecimento *post festum*(...)Disso resultam duas coisas: em primeiro lugar, essa necessidade até é compreensível no plano racional, mesmo que apenas *post festum*, mas, com isso, rejeita-se estritamente toda e qualquer extrapolação racionalista para o plano da necessidade puramente lógica. ”. (LUKÁCS, 2012a, p. 262)

Ao relacionar a compreensão Lukacsiana de como a revolta, resistência, somados a organização política, se transformam em consciência de classe, recorre-se a Karl Marx na obra: *A Sagrada Família*, para definirmos a compreensão sobre consciência de classe, para o autor alemão, a consciência de classe do proletariado está relacionado com sua materialidade, necessariamente e não com o que o proletariado pensa sobre si. Essa afirmação fica demonstrada na seguinte passagem:

"(...) aquilo, que este ou aquele proletário, ou até mesmo do que o proletariado inteiro pode imaginar de quando em vez como sua meta. Trata-se do que o proletariado é e do que ele será obrigado a fazer historicamente de acordo com o seu ser. Sua meta e sua ação histórica se acham clara e irrevogavelmente determinadas por sua própria situação de vida e por toda a organização da sociedade burguesa atual. O que será determinante na ação histórica do proletariado se funda em seu próprio ser social, e não naquilo que ele pensa sobre si" (MARX; ENGELS, 2011, p.152)

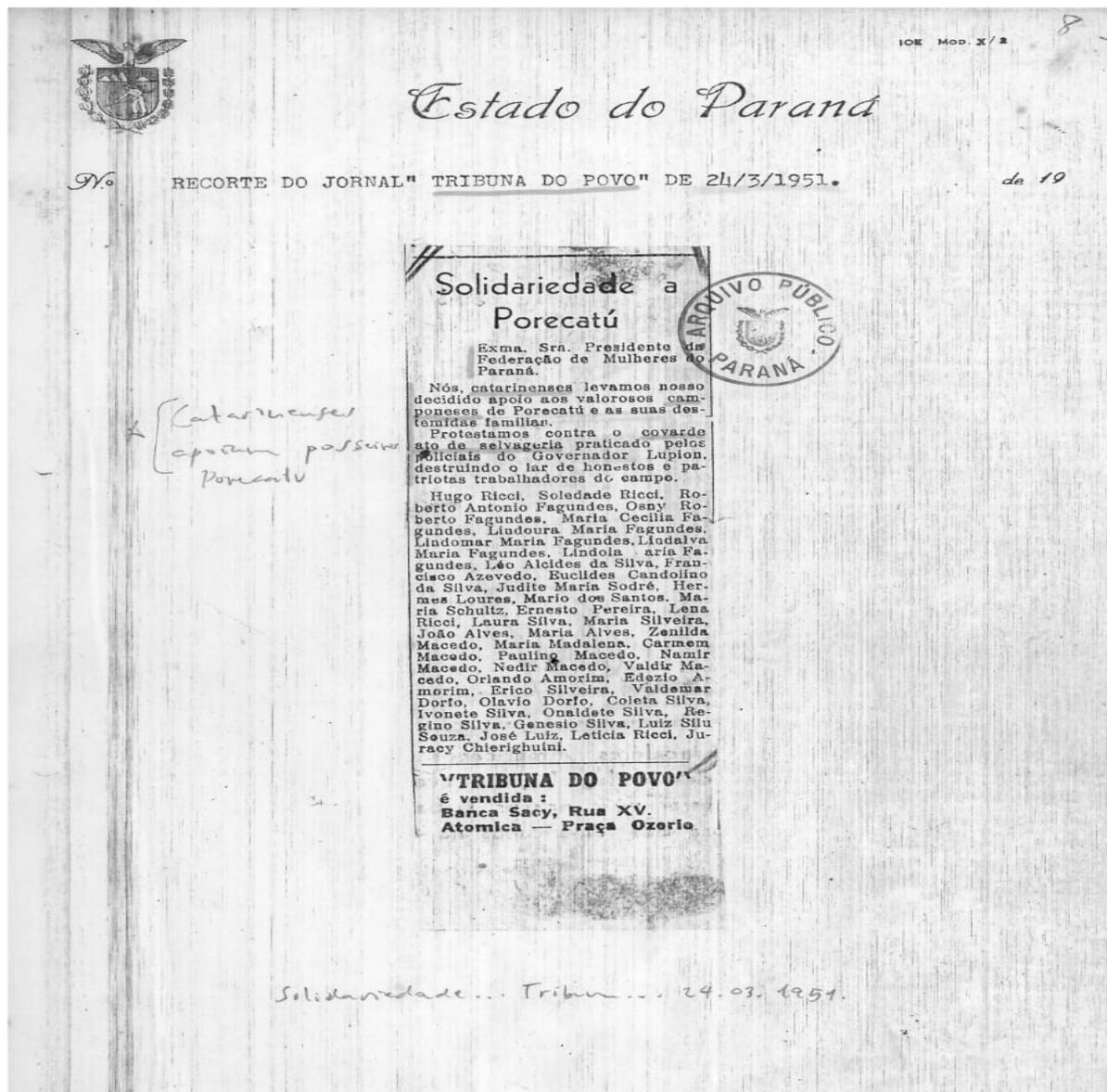
A respeito da afirmação da existência de uma classe camponesa “para si” em oposição à “em si”, recorreremos a uma passagem de Marx em *O Dezoito Brumário* com a finalidade de encontrar a diferenciação:

“Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões de famílias constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a igualdade de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe” (MARX, 2006, p. 132-133)

O PCB⁶⁹ buscou unir os posseiros através da luta coletiva, promovendo com isso a ampliação da consciência de classe. Deixaram de ser, posseiros isolados para atuar coletivamente, não especificamente como um movimento social organizado, “mas como um grupo que possuía coesão, determinada sobretudo pela disciplina imputada pelos dirigentes comunistas, e pela situação em que estava em jogo a vida daqueles posseiros resistentes” (PRIORI, 2011, p.111). A coesão, seja dito, não se limitava ao território conflagrado, estendia-se, via órgãos de imprensa próprios e apoiadores da época, e também ao território nacional. Na imagem 16, do Jornal Tribuna do Povo, de Joinville-SC, divulgou nota de repúdio aos atos de violência cometidos contra os camponeses de Porecatu.

⁶⁹ Apesar de toda polêmica acerca da pouca incidência nos registros do PCB, como apontado nos capítulos anteriores, alguns documentos dispostos no arquivo público do Paraná demonstram esta união dos lutadores sociais dos anos cinquenta

Imagem 16. Recorte de jornal Tribuna do Povo – SC.



Fonte: (ARQUIVO DOPS/PR, pasta n. 599).

Com o reconhecimento dos lutadores sociais da época, vide o apoio dos catarinenses exposto na imagem 16, que essa identidade camponesa culturalmente estabelecida, materializava-se na importância da posse da terra. Alterou-se a consciência social dos posseiros, observada pelas suas situações sociais e pelas suas identidades sociais, transformou-se em consciência de classe a partir do momento em que os camponeses se organizaram, se politizaram na luta, e identificaram que teriam que travar batalhas contra seu inimigo principal de classe: grileiros e latifundiários subsidiados pelo Estado burguês.

Uma definição breve de consciência de classe formulada por Lukács: "a reação racional adequada, que deve ser adjudicada (*zugerechnet*) a uma situação típica determinada no processo de produção" (LUKÁCS, 2012a, p.123) Tal definição significa que ao se relacionar a consciência com a totalidade da sociedade, com a capacidade de compreender as complexas e contraditórias situações, produzia-se coletivamente "interesses, em relação à ação imediata, o ser muda o meio e o meio muda o ser" (MARX, 2011, p. 34). E para Lukács:

"do ponto de vista abstrato e formal, a consciência de classe é, ao mesmo tempo, uma inconsciência, determinada conforme a classe, de sua própria situação econômica, histórica e social, de maneira que a vocação de uma classe para dominação significa que é possível, a partir dos seus interesses e da sua consciência de classe, organizar o conjunto da sociedade conforme seus interesses" (LUKÁCS, 2012a, p.144)

Portanto, a consciência de classe se dá com o autoconhecimento do proletariado e do campesinato⁷⁰, o que lhe revela, ao mesmo tempo, toda a estrutura da sociedade capitalista e sua própria missão histórica enquanto classe. Tal consciência se constitui, portanto, como uma unidade dialética indissociável de teoria e prática. É por isso que o filósofo húngaro afirma que:

"(...) a combatividade de uma classe é tanto maior quanto melhor for à consciência que ela puder ter na crença de sua própria vocação, isso é, na sua vocação para dominação, de seu papel e lugar na história. O desenvolvimento econômico do capitalismo apenas criou a posição do proletariado no processo de produção, e tal posição determinou seu ponto de vista. Mas este desenvolvimento objetivo só colocou diante do proletariado a possibilidade e a necessidade de transformar a sociedade. Mas esta transformação só pode ser o ato livre – consciente – do próprio proletariado" (LUKÁCS, 2012a, p.154)

Destarte, o estabelecimento de uma possível cisão entre o campesinato com o proletariado, a partir de distorções teóricas das particularidades do campesinato, para compreensão neste âmbito José de Souza Martins (1989), esclarece que: "Isola-se o campesinato sem levar em conta suas diversidades, como a que há entre um camponês-posseiro, um camponês-parceiro, um camponês-pequeno proprietário como sua existência, sua reprodução, suas tensões e suas lutas não fossem determinadas por relações de classe, interesses e antagonismos" (MARTINS, 1989). Para decifrar a tese da *diferenciação do campesinato*, com o proletariado, sem perder a perspectiva que ambos são classes subalternas, necessariamente devemos:

⁷⁰Segundo o IBGE, nos anos 1950, o Brasil era majoritariamente rural, 64% da população viviam no campo, portanto, o campesinato em suas diferentes composições ainda era mais intenso que o proletariado organizado na base sindical.

“(...) compreender o modo como o capital articula essa diversidade de relações, trazendo para as determinações do seu tempo, isto é, do seu ritmo e da sua reprodução ampliada, os tempos das diferentes relações que foi reproduzindo na sua própria lógica...com a expansão capitalista, o campesinato constituía uma classe da sociedade capitalista, cujas características ‘atrasadas’ dependiam diretamente do próprio desenvolvimento desigual do capitalismo, dos obstáculos maiores que o capital encontrava no campo para se reproduzir segundo as regras de reprodução ampliada” (MARTINS, 1989, p.107)

No interior da tradição marxista existe aqueles como SILVA (1982) que, apoiando-se em Lênin, consideravam que este segmento social estava fadado à extinção e que daria lugar a uma realidade polarizada entre trabalhadores assalariados e capitalistas, pequenos e grandes. Outros, como MARQUES (2011), que, inspirando-se na ideia de acumulação primitiva continuada de Rosa LUXEMBURGO (1985), afirmavam a permanência do “campesinato no interior da agricultura capitalista, desde então, estas duas concepções teóricas têm influenciado o debate sobre a questão agrária brasileira.” (MARQUES, 2011, p. 43). As relações entre as classes e grupos subalternos podem, pois ser entendidas de diferentes modos.

Nesse sentido, a concepção dominante, principalmente dentro dos partidos de esquerda, de que o interior das classes subalternas, afirma-se a hegemonia da classe operária. Porém, essa ideia não dispensa que se considere a relação e o desencontro entre: a consciência de um camponês e a sua real situação, por vezes os “ortodoxos de plantão” dão conotação diferente em relação a consciência para os operários e camponeses. Porém para ambos:

“(...) o desencontro entre sua real situação social e sua consciência o caracterizam como alienados, ao camponês se reserva o lugar do arcaico, do atrasado, medieval, tampouco a ser classificado como alienado não faz jus, afirma que esta ‘diversificação interna’ das classes subalternas...empobrece a compreensão de suas lutas e possibilidades históricas, porque omite seus dilemas e debilidades, considerando que cada prática de cada classe subalterna, bem como cada grupo de seres humanos subalternos, contém e desvenda apenas um aspecto específico do processo do capital, outras formas de relações sociais que não as industriais revelam outras formas de relacionamento do trabalhador com o capital, revelando outros aspectos do caráter desumanizante que o capitalismo produz nas relações humanas”(MARTINS, 1989, p.123)

A compreensão sobre a organização dos camponeses de Porecatu e como os mesmos criaram a estrutura organizativa de requerimento de seus interesses-direitos por dentro da política burguesa instituída, tornou-se elemento relevante para a organização dos trabalhadores rurais no Brasil no período do advento do capitalismo monopolista⁷¹. Considerando “o conflito agrário na dinâmica de produção hegemônica da monocultura,

71. José Paulo NETTO, Capitalismo Monopolista e Serviço Social, São Paulo: Cortez, 1992.

latifundista e superexploradora da agricultura brasileira e todas suas reordenações do campo político, econômico e social” (TRASPADINI, 2016). É portanto:

“(…) necessário compreender o modo como o capital articula essa diversidade de relações, trazendo para as determinações do seu tempo e da sua reprodução ampliada, assim também é com o reconhecimento dos processos de exploração, há coisas que um camponês que esta sendo expropriado, pode ver e que um operário não vê. E vice versa.” (MARTINS, 1989, p.125)

Especificamente sobre o conflito de Porecatu, o sociólogo Osvaldo Heller Silva em sua obra: *A Foice e a Cruz: comunistas e católicos na história dos trabalhadores rurais do Paraná*, localiza este levante camponês na história, ao expor que;

“(…) o conflito de Porecatu inaugura uma nova dinâmica no jogo político, uma outra linguagem, novos conceitos, novas reivindicações, enfim, foi introduzida uma representação social inovadora, diferentes camadas do campesinato conheceram pela primeira vez práticas de luta social, de reuniões coletivas, de direito, à palavra.”(SILVA, 2006, p. 114)

Esta linguagem nova de reivindicações em forma de cobrança às instituições políticas teve no final dos anos 1940, um marco documental oriundo das demandas dos posseiros e do PCB, que fizeram circular na região Norte do Paraná, uma proposta de estatuto, em forma de panfletos distribuídos pelas fazendas da região, visando ampliar a discussão em torno da formação de Associações de Lavradores. Nessa proposta, a orientação era que as Associações de Trabalhadores Rurais fossem constituídas com as seguintes finalidades:

- “1. Lutar pela educação e cultura dos trabalhadores da região e de suas famílias;
- 2 - Criação de escolas primárias para todas as crianças em idade escolar;
- 3 - Criação de uma biblioteca circulante, contendo livros instrutivos, principalmente no que se refere à agricultura, criação, organização dos moradores da zona rural e demais assuntos de interesses dos trabalhadores;
- 4 - Lutar quando for preciso, para a obtenção de créditos bancários, para financiamento das plantações e preços compensadores para as colheitas;
- 5 - Conseguir abatimento nas consultas médicas e nos medicamentos, mediante entendimento com o médico e a farmácia;
- 6 - Conseguir salários compensadores para os trabalhadores rurais na derrubada, apanha de café etc;
- 7 - Conseguir estradas.” (PRIORI, 2011, p. 133-134)

Com a discussão política pela resistência pela posse da terra, contemplada em uma plataforma de reivindicações, tratava-se de afirmar o que era possível reivindicar, o que era plausível de ser reivindicado, e alguns pontos eram fundamentais para a vida dos camponeses, como por exemplo:

“(...) a luta por créditos bancários, melhores preços para a produção, salários para os trabalhadores das derrubadas, etc. No entanto, implicitamente, o lugar da discussão estava posto. Além da luta armada, na defesa das posses, os posseiros tinham outras reivindicações, como ferramenta de pleito aos seus anseios e direitos” com a construção de vários documentos que atestam as suas necessidades, como foi ‘os doze mandamentos dos posseiros de Porecatu.’” (SILVA, 2006, p.157)

Imagem 17. Panfleto dos camponeses de Porecatu.

108

AOS POSSEANTES, COLONOS E PIEÕES DE Porecatú, Jaguapitã e Arapongas!

COMPANHEIROS!

Ha seis meses que lutamos de armas na mão em defesa dos nossos direitos. A nossa luta, que está sendo apoiada por todos os camponeses e que está custando o sacrificio de vidas e o sangue dos nossos heroicos companheiros, obrigou o governo de taturias de Bento e Getulio a baixar um decreto reconhecendo que as terras pertencem aos posseantes.

No entanto, o governo nomeou uma comissão de fazendeiros grileiros e integralistas com a intenção evidente de nos tapear, pois a sua situação tem sido, no sentido de nos tirar das posses, isto é, anulando assim, o seu proprio decreto.

Mas não é só. O governo procura implantar a desunião em nosso meio prometendo pagar as posses, isto é, procura comprar alguns elementos para que eles atraioem o nosso movimento e a todos os camponeses. Depois de consumada a traição, o governo expulsará pela violencia a todos os posseantes, não pagará nenhuma indenização e meterá na prisão todos aqueles que, como nós, lutamos pelo direito da posse, pela liberdade, pela distribuição das terras aos camponeses, por melhores contratos e melhores salarios enfim em defesa das nossas familias e por mais um pedaço de pão para os nossos filhos.

Por isso, companheiros, não devemos vender e nem sair das nossas posses e nem fazer nenhum acordo individual. Devemos organizar uma liga camponesa ou uma comissão de Reivindicação em cada agua ou fazenda e atravez das comissões de reivindicções e das ligas camponesas exigir do governo e dos fazendeiros o cumprimento dos nossos direitos e reivindicções, os quais, entre outros que não enumeramos, estão dentro do nosso programa e que são os seguintes:

- 1.o) Entrega imediata das posses aos seus primitivos ocupantes e entrega tambem imediata dos titulos. Distribuição gratuita das terras grilladas — as chamadas fazendas — e das terras devolutas, aos camponeses pobres;
- 2.o) Indenização pelo justo valor aos posseantes, de todos os prejuizos causados pela policia e pelos jagunços a mando dos fazendeiros e do governo;
- 3.o) Anulação de qualquer processo ou perseguição contra os posseantes e trabalhadores que defendem de todas as maneiras as suas posses, os seus direitos, suas familias e suas vidas;

- 4.o) Remoção da policia e prisão dos jagunços dos municípios de Porecatú, Jaguapitã e Arapongas;
- 5.o) Punição dos assassinos e dos mandantes dos massacres dos posseantes, entre os quais, os snrs. Lupion e Luardelli;
- 6.o) Eleição de uma comissão de posseantes para a nova divisão de terras;
- 7.o) Reconhecimento do direito dos trabalhadores do campo se organizarem em ligas, associações, sindicatos ou qualquer tipo de organização com o objetivo de defenderem os seus direitos e reivindicções;
- 8.o) Cr\$3.000,00 pelo trato de 1.000 pés de café, com direito a planta, Cr\$43,00 por sacco de 119 litros de café colhido, direito de vender os seus produtos a quem quizer e de ter pasto para os seus animais;
- 9.o) Pagamento em dinheiro todas às quinzenas;
- 10.o) Cr\$50,00, livres, por dia de 8 horas de trabalho para os volantes e colonos;
- 11.o) Pagamento das ferias, inclusive as atrasadas de acordo com os artigos 129 da Consolidação das leis do trabalho;
- 12.o) Cr\$3.000,00 para formação de 1.000 pés de café com direito de colheita até o 5.o ano, com direito de plantar; abolição das multas em geral.

Se o governo e os fazendeiros não cumprirem esses 12 pontos não cessaremos a luta armada, e os colonos e volantes devem paralizar o trabalho.

Posseantes, Colonos e Volantes!

Recupemos as nossas Posses!
Ocupemos as terras do Estado e das fazendas que são terras grilladas!
Exijamos melhores contratos, melhores salarios e pagamento das ferias atuais e das atrasadas!
Organizemos em todas as aguas, fazendas e patrimônios, ligas camponesas e comissões de reivindicções!
Abaixo aos fazendeiros grileiros, jagunços e tridores!

Viva a União dos Posseantes, Colonos e Volantes!

Porecatú, 23 de abril de 1951

Pelos Posseantes Resistentes de Porecatú

Itaqlba

Este panfleto⁷² teve vasta distribuição e adesão na região, oriundo de um acúmulo de organização política que para o historiador Ângelo Priori iniciou no ano de 1944 com a “primeira notícia de formação de Liga Camponesa no estado do Paraná, com um grupo inicial de 170 famílias de posseiros, a Liga Centenário.” (PRIORI, 2011). No ano de 1951 já eram cinco ligas com aproximadamente 1500 pessoas e a primeira grande manifestação política foi o fechamento da estrada Londrina-PR – Presidente Prudente-SP, com pleito de legalização das terras dos posseiros da região, além de:

“(…) sensibilizar o governo e os políticos para a situação de instabilidade que vivia a região e para a legalização imediata das terras dos posseiros, foram cinco dias de paralisação, aí veio um representante do Departamento de Terras e Colonização, dizendo que as terras iam ser legalizadas. E diante deste acordo foi liberada a estrada” (PRIORI, 2011, p.125)

Estas demonstrações de organização política por parte dos posseiros de Porecatu, iniciaram um modo de como reivindicar ‘por dentro’ da estrutura política posta, além de criar sentimento de unidade entre os camponeses da região, denunciando e visibilizando as injustiças que os posseiros sofriam naquele momento. Essas formas organizativas de pleito político, dos camponeses de Porecatu, se localizam na história dos movimentos sociais, como movimento ontocriativo, para criação e estrutura organizativa de representação política, para uma classe social específica, o campesinato.

A sindicalização dos trabalhadores rurais já era desejada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1928, no terceiro congresso do partido, os delegados exigiram a ampliação da liberdade de associação e a organização de “sindicatos de assalariados agrícolas” (WELCH, 2010). Contudo sem a participação efetiva dos camponeses agentes da história, não ocorreram avanços neste período inicial de brado do PCB acerca da questão agrária, somente quando a real demanda camponesa esteve a frente os objetivos dos manuais de militância política, a resistência política teve resultados.

⁷² 1- Entrega imediata das posses aos seus primitivos ocupantes e entrega, também imediata, dos títulos. Distribuição das terras griladas, das chamadas ‘fazendas’ e das terras devolutas aos camponeses pobres; 2 - Indenização pelo justo valor aos posseiros; 3 - Anulação de qualquer processo ou perseguição contra os posseiros e trabalhadores; 4 - Remoção da polícia e prisão dos jagunços dos municípios de Porecatu, Jaguapitã e Arapongas; 5 Punição dos assassinos e mandantes dos massacres dos posseiros; 6 - Eleição de uma comissão de posseiros para nova divisão das terras; 7 - Reconhecimento dos direitos dos trabalhadores do campo; 8 - Cr\$ 3.000,00 pelo trato de mil pés de café, com direito à planta - Cr\$ 40,00 por sacco de 110 litros de café colhido; 9 - Pagamento em dinheiro todas as quinzenas; 10 - Cr\$ 50,00 livre, por dia de 8 horas de trabalho para os volantes e colonos; 11 - Pagamento das férias, inclusive as atrasadas; 12 - Para formação de 10.000 pés de café, pagamento de Cr\$ 3.000,00 com direito de colheita até o quinto ano. (PRIORI, 2011, p. 166).

A *Guerrilha de Porecatu* não foi um movimento social revolucionário bolchevique, como alguns camaradas do PCB pretendiam, tampouco terrorista, como sinalizava o DOP'S⁷³. Foi um movimento de resistência que fez surgir organização política representativa posterior, e resultou em estrutura sindical para os trabalhadores rurais no Paraná. Para tanto, Silva localiza o movimento dos posseiros de Porecatu como gênese de um modelo de organização no campo:

“Diferentes camadas do campesinato conheceram pela primeira vez práticas de luta social, de reuniões coletivas, de direito à palavra. Antes, os camponeses eram um conjunto de indivíduos espalhados, pulverizados e atomizados, depois se tornaram um grupo político, possuindo uma representação, munidos de instâncias de consagração, de ritos de deliberações coletivas e de mandatários legitimados. A prova do enfrentamento ideológico, mas também físico, com os fazendeiros e seus jagunços, ultrapassando o medo da crueldade repressiva, foi um aprendizado inédito de contestação do poder absoluto das oligarquias rurais” (SILVA, 2006, p. 214)

Estabelecido o desafio de seguir as pegadas históricas iniciais da *Guerrilha de Porecatu*, esta herança social resultou em um notório exemplo popular de organização política, abriu caminhos para a consciência crítica, e possibilitou aos sujeitos se libertarem de parte dos processos opressores. Porecatu deixou esta contribuição para a história do campesinato em luta no Brasil. Aliada à persistência dos litígios fundiários e às humilhantes condições de trabalho dos colonos do café, os sindicatos comunistas, logo se alastraram pelo norte do Paraná como destaca Silva (2006):

“a ausência de canais de representação e de expressão própria dessa camada social, do estado. Esses organismos constituirão uma parte da base da enorme pirâmide sindical que será edificada até 1964 do século XX, não somente no Paraná, mas também, em todo o território nacional...Porecatu tornou-se a primeira de uma cadeia de lutas agrárias que irão eclodir sucessivamente até o golpe militar de 1964. Paralelamente ao combate dos rebeldes de Porecatu, os comunistas também constituíram os primeiros organismos de tipo sindical destinados a enquadrar o campesinato: as ligas camponesas. Sem dúvida, porque foi a primeira guerrilha promovida pela esquerda brasileira”(SILVA, 2006, p. 235)

Este conflito foi vitorioso no sentido de organização dos camponeses na política do Brasil, em um primeiro momento como resistência ao processo de expansão dos latifúndios com as devidas indenizações financeiras compatíveis com as terras e melhorias, ocorreu “a assinatura do primeiro decreto de desapropriação de terras para fins sociais no Brasil, com 380 assentadas, no Decreto Lei/149-PR de 14 de março de 1951” (OIKAWA, 2011).

⁷³ A visão do Dops esta expressa na Revista Associação da PMPR: Porecatu, Sudoeste e outros episódios. E a crítica a visão distorcida dos pecebistas em relação a realidade camponesa no Norte do Paraná, está arrolada principalmente na série de reportagens da Folha de Londrina, com as matérias com o militante do PCB em Londrina, Manoel Jacinto Correa.

Sanadas as questões das indenizações financeiras compatíveis com as terras e suas melhorias, o equívoco, principal, como exemplo pedagógico para a esquerda brasileira, foi o esquecimento que a luta pela terra não se encerra no acesso à terra, mas principalmente na luta pela emancipação dos trabalhadores rurais em relação as formas de dominação pessoal. Como pontua Martins (1989);

“(…) a luta pela terra, está envolvida a possibilidade de reorganizar e revolucionar as bases locais de poder, mediante a instauração de formas de democracia participativa, desenvolvidas e aprendidas na luta pela terra, se organizaram para resistirem ao processo de avanço do capitalismo via expansão das fronteiras agrícolas” (MARTINS, 1989, p. 95)

As transformações econômicas ocorridas nas grandes fazendas das várias regiões do país, a partir de 1950, “começaram a libertar a dominação pessoal: colonos expulsos dos cafezais, moradores expulsos dos canaviais, a separação entre o local de trabalho e o local de moradia”. Processo este que permitiu os trabalhadores rurais o despertar “de suas consciências para outras concepções sobre as relações entre as pessoas, entre poderosos e fracos, entre ricos e pobres. Em outros setores da economia rural, essa desagregação também se fez presente. Embora nem sempre destruindo ora clientelismo, ao menos modificando-o”. (MARTINS, 1989, p. 67).

Após adquirirem consciência crítica decorrentes de organização política, os camponeses de Porecatu em luta com os camaradas do PCB contribuíram na construção de uma estrutura de representação política para construção e posterior defesa de seus interesses consubstanciados em forma de direitos sociais. A seguir será pontuado as contribuições específicas pós *Guerrilha de Porecatu*, que direta ou indiretamente delinearão as instituições políticas camponesas.

3.1 CONTRIBUIÇÕES DOS CAMPONESES DE PORECATU NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA CAMPESINA

*“Essas notas vermelhas de terra, é de terra pura massapé
Foi aonde eu plantei a sete anos, duzentos e oitenta mil pés de café
Essa terra que a água não lava, e sustenta o Brasil de pé
Onde está esse imenso tesouro escondido? Isso é fácil respondeu, o preto
Se na enxada tu fores sacudido, terra lá é a peso de ouro
E o seu futuro estará garantido, não é propaganda lá não fui nascido
É no estado do Paraná, aonde que está meu ranquinho querido”
(Moda de viola: Terra Roxa, Tião Carreiro e Carreirinho, 1962)*

Ao defender os seus interesses imediatos e locais, o movimento da *Guerrilha de Porecatu*, demonstrou para a organização política dos camponeses do Brasil, erros e acertos, enquanto processualidade da representação política que então se construía no país, com o advento das associações de lavradores, semente para as ligas camponesas e sindicatos e afins, e principalmente com o exemplo no “legado da revolta, do desacordo, da resistência, desacato aos mandos dos fazendeiros” (MARTINS, 1989, p.12).

Os posseiros de Porecatu fizeram surgir movimento contrário ao elo de dominação que perdurou (e perdura em muitos casos) séculos para começar a ser contestado de maneira política organizada, enquanto os posseiros adquiriram consciência crítica para estabelecer objetivo específico na luta pela posse da terra, “os militantes do PCB, a partir dos erros em Porecatu conseguiram atingir maturidade política para mudar os rumos de sua atuação.” (SILVA, 2006, p. 323). Baseando-se na sua experiência positiva de mobilização dos posseiros como um grupo político, dotado de uma representação política, como sinaliza a citação abaixo:

“o PCB assentou a primeira pedra na edificação de um novo espaço de luta social. Essa experiência viria a contribuir a seguir para a deflagração do processo de sindicalização agrícola conduzido pelos comunistas. A partir dessas bases, formar am-se as organizações sindicais ecléticas denominadas ‘uniões gerais dos trabalhadores’. Por volta de 1960, constituir-se-ia uma estrutura de sindicatos camponeses e de assalariados agrícolas, no início, nos municípios, em seguida, no Estado e depois no país. Essa poderosa organização sindical representa, de um lado a continuidade desses organismos constituídos durante o conflito de Porecatu, em particular as ligas. Por outro lado, é o resultado da intervenção - e da reação suscitada - do Partido Comunista naquele momento. Os princípios de funcionamento, da estruturação e das formas de intervenção extremamente legalistas dessas organizações sindicais traduzem o balanço – não divulgado ao público – antes de mais nada negativo, que o PCB fez da experiência da luta armada, no norte do Paraná. (SILVA, 2006, p. 325)

O PCB não abandonou sua intervenção no campo, mas optou por uma ação mais tranquilizadora para a sociedade. O PCB tratou de “construir novas formas de enquadramento e de representação das camadas sociais do campo, por exemplo, por meio das uniões gerais de trabalhadores e também com os sindicatos delinear uma nova abordagem política.” (SILVA, 2006, p. 134). “Em 1954, o PCB organizou a primeira conferência nacional dos trabalhadores rurais e fundou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), os organizadores da ULTAB militaram na defesa dos camponeses e na organização de associações sindicatos em muitos estados do Brasil.” (MARTINS, 1986). Então:

“(…) munidos dessa doutrina de tintura mais moderada e conciliadora aos olhos dos dominantes “nacionais”, os comunistas trabalhavam para construir organismos melhor adaptados à legislação existente, susceptíveis de serem institucionalmente assimilados e socialmente legitimados pelo campesinato. No lugar dos bandos rebeldes e das ligas camponesas eram propostas uniões e sindicatos. Primeiro foi o tempo das ‘uniões gerais de trabalhadores’, em seguida dos ‘sindicatos de trabalhadores rurais’. A formação desses organismos, sob a égide do PCB, viria a desencadear todo um movimento de oposição levada a cabo pelos grupos dominantes, contribuindo assim para a constituição de um novo espaço social: o campo sindical rural. Se, a exemplo de Porecatu, esse processo de enquadramento do campesinato do Paraná continua até hoje mal conhecido, é porque ele não foi ainda objeto de pesquisas. A formação desses organismos, sob a égide do PCB viria a desencadear todo um movimento de oposição levada a cabo pelos grupos dominantes, contribuindo assim para a constituição de um novo espaço social: o campo sindical rural.”(SILVA, 2006, p. 121)

Assim, para Osvaldo Heller Silva, depois das ligas camponesas, e com um perfil menos radical, as uniões gerais dos trabalhadores favoreceram a continuidade da implantação comunista, enquadrando os camponeses e os trabalhadores agrícolas do norte do Paraná. Depois as “União Geral dos Trabalhadores – UGT, permitiram a formação de um novo grupo de dirigentes comunistas – pós-Porecatu – dessa vez, de origem camponesa. Elas constituíram paralelamente uma sólida base para a criação em larga escala de sindicatos, em particular, no meio rural.” (SILVA, 2006, p.131). Para sediar as reuniões daquele que seria o:

“(…) primeiro sindicato de lavradores e assalariados rurais do Paraná e o sexto do Brasil, o cinema Marabá, um grande prédio, fora alugado por oito meses. A cidade de Londrina tornava-se, segundo a polícia, a sede das reuniões dos “colonos revoltados”, que recebiam ‘as instruções para a luta de classes contra os patrões’. Após seis meses, atingiu-se a impressionante cifra de 18 mil sócios. Diversos ônibus lotados de colonos do café chegavam ao sindicato. Filas de 200 a 300 pessoas se formavam para fazer a filiação ao sindicato. Havia 12 pessoas para receber as adesões. Por não ter concorrentes, essa organização tornou-se o sindicato agrícola não só de Londrina, mas de todo o norte do Estado. Para as elites mais alarmistas, já

havia 40.000 sindicalizados. E começa então um reboiço geral. Do interior do município de Centenário do Sul, Guaraci, Sertanópolis, Bela Vista do Paraíso, Porecatu, Jaguapitã, centenas de pessoas, diariamente, se dirigem à cidade de Londrina. São os colonos que vão se inscrever no 'sindicato' "(SILVA, 2006, p.132)

Localizado no perímetro da antiga *Guerrilha de Porecatu*, "o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Centenário do Sul, fundado em 1956, foi provavelmente uma herança do movimento anterior." (SILVA, 2006, p.134). Quando esse sindicalismo se instalou nas áreas rurais, os comunistas ainda não haviam levado em conta os traços peculiares da ruralidade. Dito de outra forma:

"(...) a especificidade do meio ambiente e as características próprias das camadas sociais do campo não haviam suscitado a discussão nem um posicionamento específico do Partido, logo, os comunistas aplicaram, desde o início e sem distinção, o modelo de sindicalismo que já vinha sendo praticado nas grandes cidades. Desde sua constituição, tais sindicatos foram marcados por esse traço urbano, seja na estrutura, nas ações ou no programa político. Esse conservadorismo, essa inércia, esse vácuo inventivo podem ser atribuídos a um certo número de fatores. Primeiro, a tradição operária era ainda muito valorizada pelo PCB: o papel político dirigente da "classe operária" industrial, o objetivo de uma 'aliança operário/camponesa'."(SILVA,2006,p.139)

Desde seu nascimento, uma das atividades mais valorizadas pelo sindicalismo brasileiro sempre foi a prestação de serviços de vários tipos para os seus associados, entre os quais notadamente a assistência à saúde. Aliás, o assistencialismo, uma espécie de filantropia sindical, será a marca registrada dos sindicatos pós-1964:

"A falta de uma estrutura estatal de previdência social, a ausência de uma responsabilidade formal nesse sentido por parte do patronato, somados ao precário poder aquisitivo das populações do campo, implicaram um acesso difícil – quase impossível – às estruturas de saúde (médicos, hospitais e dentistas) para as populações rurais; a tal ponto que a extensão da previdência social para o pessoal da agricultura constituiu uma das primeiras reivindicações do recém-nascido sindicalismo agrícola. Por não ser atendido em pouco tempo, o sindicato tentou por si mesmo preencher esse vazio. Talvez nas intenções iniciais, essa não passasse de uma medida temporária, mas logo se mostrou uma excelente estratégia para envolver os camponeses e os assalariados rurais. Assim, além da luta reivindicatória, gabinetes médicos e odontológicos foram instalados nos sindicatos; foram assinados convênios hospitalares, médicos e odontológicos. Os sindicatos comunistas, portanto, estão na origem dessas práticas assistencialistas. Numa dezena de anos, essa atividade ganhou em importância, chegando quase a transformar as organizações sindicais em balcões de prestação de serviços para os associados." (SILVA, 2006, p.140)

Este impulso na sindicalização, somado aos congressos estaduais, permitiu que se desse um novo passo rumo à hegemonia no sindicalismo rural, a saber, a criação da Federação

dos Trabalhadores na Lavoura do Estado do Paraná (FETAEP) no primeiro semestre do 1963 e posteriormente a criação da ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores agrícolas do Brasil, se;

“inscreve numa iniciativa, dessa vez concreta, de política agrária dos comunistas“(...) égide do PCB viria a desencadear todo um movimento de oposição levada a cabo pelos grupos dominantes, contribuindo assim para a constituição de um novo espaço social: o campo sindical rural. Esse organismo de tipo sindical e com pretensões nacionais havia sido fundado durante a II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas realizada em São Paulo, de 19 a 21 de setembro de 1954. Os camponeses do norte do Paraná estiveram na linha de frente da campanha de sindicalização em todo o território brasileiro, que culminou com a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-CONTAG no final de 1963. (SILVA, 2006, p.196)

Durante os anos 50 e início dos anos 60 o Partido Comunista estabeleceu-se efetivamente no interior do norte do Paraná. A *Guerrilha de Porecatu* tinha significado o início da instalação comunista na região, Depois, com a formação de uma formidável rede de organizações sindicais, o Partido tinha mergulhado de cabeça nas terras roxas do sul do Brasil. De certa forma, o Partidão constitui o elo entre a guerrilha e o subsequente sindicalismo. Ainda mais que os militantes comunistas e os simpatizantes conquistados durante o conflito de Porecatu tiveram um papel de abre-alas na constituição das primeiras organizações que levaram ao enquadramento do campesinato paranaense. Não se observou necessariamente uma relação entre as lutas sociais e a organização sindical.

“O norte do estado, berço do sindicalismo agrícola, não foi pródigo de lutas e mobilizações camponesas. Em revanche, o sudoeste, arena de conflitos agrários intermináveis, ficou fora da corrida rumo à sindicalização. E esta última coincidiu fortemente com a presença do PCB. Os comunistas tinham construído, após Porecatu, as ligas camponesas e organizações proto-sindicais. Em seguida, apareceram as ‘uniões gerais dos trabalhadores’. Depois, os militantes do PCB criaram ‘sindicatos de trabalhadores rurais’, nos municípios, pretendendo representar as camadas populares das áreas rurais. Finalmente, a corrida à sindicalização foi coroada pelo triunfo dos comunistas sobre as demais forças políticas, graças à fundação da federação sindical do Paraná e, mais tarde, da Confederação Nacional. Então, foi realmente ao redor do Partidão que se estabeleceu a primeira corrente do sindicalismo rural no estado do Paraná.”(SILVA, 2006, p.198)

Porecatu, tornou-se a primeira de uma cadeia de lutas agrárias que irão eclodir sucessivamente até o golpe militar de 1964. Paralelamente ao combate dos rebeldes de Porecatu, os comunistas também constituíram os primeiros organismos de tipo sindical destinados a enquadrar o campesinato: as ligas camponesas. Sem dúvida, porque foi á

primeira guerrilha promovida pela esquerda brasileira, esse conflito do norte do Paraná serviu em seguida como:

“(…) fonte de inspiração a futuros movimentos guerrilheiros de influência castrista e maoísta – urbanos e rurais – de resistência à ditadura militar. No entanto, para o velho Partidão, Porecatu foi o exemplo a não ser seguido. Embora toda a cortina de silêncio que o envolve, as mazelas desse acontecimento devem ter contribuído à correção da rota política operada pelo partido nos anos seguintes” (SILVA, 2006, p. 395)

Perseguindo a “união nacional”, os comunistas – e especialmente os paranaenses – buscariam no sindicalismo a fórmula capaz de conquistar as “massas” do campo. Dada a;

“ausência de canais de representação e de expressão própria dessa camada social, aliada à persistência dos litígios fundiários e às humilhantes condições de trabalho dos colonos do café, os sindicatos comunistas logo se alastraram pelo norte do estado, esses organismos constituirão uma parte da base da enorme pirâmide sindical que será edificada até 1964, não somente no Paraná, mas também, em todo o território nacional.” (SILVA, 2006, p. 396).

Desse modo, Melucci (2001) entende que tais movimentos lutam pelo acesso aos bens materiais ou por reformas políticas e, conseqüentemente, acabam criando novos códigos e símbolos culturais, sobretudo, porque as ações dos sujeitos alteram a lógica dominante no terreno simbólico, questionam a definição dos códigos, a leitura da realidade e anunciam à sociedade que algo mais é possível. O autor afirma que:

"(...) os movimentos sociais são construções sociais ... são sistemas de ação no sentido de que suas estruturas são construídas por objetivos, crenças, decisões e intercâmbios, todos eles operando em um campo sistêmico, entende o movimento social como uma forma de ação coletiva que abraça muitas dimensões: “da solidariedade, do conflito e de ruptura com os limites do sistema em que ocorre a ação (...) é exatamente a presença destas três dimensões que permite que uma ação coletiva (definida como movimento social) seja separada de outros fenômenos coletivos. A falta de uma dessas dimensões à ação coletiva não pode ser entendida como movimento social. É em decorrência deste conjunto de razões, que teimosamente os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; e, em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não os têm considerado em suas políticas públicas” ". (MELUCCI, 2001, p.38)

Por esse motivo, a luta pela terra desenvolvida pelos camponeses no Brasil é uma luta específica, moderna, característica particular do século XX. Entendo que o século passado foi, por excelência, uma época de formação e consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social. Assim:

“(…) esses camponeses não são entraves ao desenvolvimento das forças produtivas, impedindo o desenvolvimento do capitalismo no campo; ao contrário, eles

praticamente nunca tiveram acesso à terra, sendo pois desterrados, “sem terra”, que lutam para conseguir o acesso a terra. É no interior destas contradições que têm surgido os movimentos sociais de luta pela terra, e com ela os conflitos, a violência”. (OLIVEIRA, 2008, p. 132)

A destacada intelectual latino-americanista Vânia Bambirra, define como principal contradição para o capitalismo dependente na América Latina, as lutas sociais, posteriores a um processo de organização política demonstraram efetivamente, a combatividade e capacidade de lutar por suas reivindicações. Para Bambirra:

“(…) não há dúvidas do que os conflitos mais agudos, e que de fato, questionaram fortemente a estrutura monopólica da propriedade da terra, foram levados a cabo em regiões que predominam o minifúndio, o pequeno arrendamento, ou as comunidades camponesas (muita vezes indígenas), cujo maior foi a retenção ou a reconquista de seus pedaços de terra...no Brasil nos anos 1950/60, manifestaram-se vários conflitos vários conflitos camponeses, como: A luta de Formoso e Trombas-GO, a Guerrilha de Porecatu-PR e as Ligas Camponesas-PE” (BAMBIRRA, 2013, p.193/4)

Os conflitos sociais no campo brasileiro e sua marca ímpar, a violência, não são uma exclusividade apenas do século XX. São marcas constantes do desenvolvimento capitalista geral e dependente, e no caso deste último, do processo de ocupação do país. Os povos indígenas foram os primeiros a conhecer a práxis da violência oriunda da expropriação e do aniquilamento formal de seus modos de produção. Há mais de 500 anos a diversidade de povos indígenas e seus modos de viver são submetidos a um verdadeiro etnogenocídio e memoricídio⁷⁴ histórico.

O processo de construção capitalista no Brasil e na América Latina como um todo, tem sido produto da invasão europeia para destruição dos territórios indígenas, quilombolas e de camponeses sem terra, além dos posseiros, que vêm historicamente lutando numa ponta contra a expropriação que os gera. A experiência europeia de exploração capitalista nas Américas para Enrique Dussel “se reveste na forma de negação e de encobrimento do *Outro*, encoberto em sua alteridade. O índio não foi descoberto como *Outro*, mas reconhecido como *o mesmo*, mas diferente” (DUSSEL, 2000, p.34).

Nesta relação dialética das contradições e antagonismos, que a formação sócio histórica brasileira propiciou para geração deste e dos outros tantos conflitos-lutas sociais citados, em parte, neste estudo, as principais contribuições dos posseiros de Porecatu na

⁷⁴ Sobre esta categoria ver, BÁEZ, Fernando. A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

processualidade da construção do sistema de representação política vigente no Brasil, são os ensinamentos deixados no legado da luta social:

- A *Guerrilha de Porecatu*, foi um movimento social reativo e não propositivo, diferente de outros fatos históricos denominados de guerrilha não propunha em sua base camponesa a disputa por poder político;
- O conflito começou por disputas jurídicas passando para a luta armada e retornando a disputa jurídica, com o resultado do reconhecimento e desapropriação de parte da área contestada, não derrubou o latifúndio, porém marcou representação política;
- Causou uma ruptura teórico metodológica na formação histórica do campesinato, com o pleito de emancipação política na perspectiva de disputa dos direitos sociais burgueses (propriedade, liberdade, segurança e igualdade).

Em conjunto com outras lutas sociais, o legado de Porecatu deixou para a construção da categoria camponês enquanto ser social, na cisão do capitalismo tradicional para o capitalismo monopolista, contribuiu na ‘mutação’ do camponês autônomo para o camponês ‘industrial-monopolista’ que demanda de representação política. Considerando o reconhecimento estatal do fato (expropriação dos posseiros da terra) pode se afirmar que a *Guerrilha de Porecatu* foi um movimento ontocriativo, resultado de práxis social, que movimentou as possibilidades da realidade concreta, evidenciando ao máximo a prioridade ontológica do valor de uso da terra em relação ao valor de troca (latifundiários). Enfim, Porecatu ficou igualmente marcada como a primeira e única tentativa de guerrilha camponesa que foi levada a cabo no território nacional pelo PCB, durante toda sua existência. “A região tinha sido escolhida pela direção comunista como um lugar privilegiado para a “fecundação do embrião revolucionário” (SILVA, 2006, p. 345).

A guerrilha não foi um movimento puramente reivindicativo pela posse da terra. O PCB, como organismo dirigente, buscou mostrar que por trás dessa luta havia lutas mais amplas e concatenadas, e que precisavam da união das classes mais afetadas: proletariado e camponeses pobres. Entretanto, busca-se explicitar ao longo deste trabalho, que uma reivindicação econômica (posse da terra) e de resistência dos posseiros desencadeou uma luta classista, organizada pelo PCB. Os posseiros, pertencentes da classe camponesa, possuem

como particularidade o fato de lutarem primeiramente para conquistarem o direito de permanecer na terra. Identificado por José Graziano na década de 1980, “a sua especificidade é dada pelo fato de deterem apenas a posse, mas não a propriedade da terra; em outras palavras, usufruem a terra sem que detenham a propriedade jurídica da mesma, o que os coloca como alvo predileto das ações da grilagem.” (SILVA, 1986).

A *Guerrilha de Porecatu*, foi uma experiência em que pôde ser verificada que a união pela luta a fim de conquistar a terra, desencadeou a união de classe, e a perspectiva de luta por outras metas que dizem respeito à questão agrária. Ainda sobre a categoria dos posseiros, em que a contradição com o latifúndio pesa mais no campo brasileiro:

“É a luta desses posseiros que coloca hoje um dos mais profundos questionamentos à propriedade capitalista da terra no Brasil. É aí que a reivindicação “terra para quem trabalha” ganha a sua expressão política mais profunda. Em outras palavras, a resistência dos posseiros contra os grileiros (que muitas vezes são sofisticadas empresas multinacionais) é uma luta contra a utilização da terra para fins não produtivos, seja como uma forma de reserva de valor contra a corrosão inflacionária da moeda, seja como meio de acesso a outras formas de riqueza (minérios, madeira de lei, incentivos fiscais, crédito farto e barato, etc.)” (SILVA, 1986, p. 98)

Essa análise de José Graziano resume, em parte, os objetivos do conflito manifesto na ferida aberta pela *Guerrilha*. Evidencia-se assim uma luta de classes que vai além da luta pela posse da terra. Ou melhor, no interior da luta pela posse da terra estão embutidos conflitos de interesses que envolvem as classes dominantes do país. Para Rosa Luxemburgo (1974) essa transição, do ponto de vista dos oprimidos, situados de forma subordinada pelo processo colonial se caracterizou como uma “Catástrofe Súbita”:

“Para todos os povos primitivos nos países coloniais, a passagem de seu estado comunista primitivo ao capitalismo moderno ocorreu como uma catástrofe súbita, como um desastre indizível acompanhado dos mais atrozes sofrimentos sobretudo, o esforço hegemônico a fim de se extinguir as sociedades de comunismo primitivo, justificada pelo fato de que essas comunidades praticavam sua organização econômica pelo encadeamento entre o meio de produção mais importante - a terra - e os trabalhadores, relação baseada em suas tradições, Nessa luta contra o comunismo primitivo, os métodos utilizados foram, principalmente: a violência política, sobretudo as guerras”(LUXEMBURGO, 1974, p. 120)

Na história do Brasil, desde o século XIX, as grandes lutas sociais têm sido lutas sociais camponesas, Cabanagem 1835 - 1840 (Pará), Balaiada 1838 - 1841 (Maranhão), Canudos 1896-1897 (Bahia), Contestado 1912-1916 (Santa Catarina), hoje como ontem, os atores são os mesmos: latifúndio, burguesia e imperialismo, pelos dominantes, e camponeses pobres, pelos dominados. Tal como em Porecatu, este é o pano de fundo para a rebelião das

massas camponesas. A organização política no Brasil precisa aprender com as lições de Porecatu. A partir dos anos 1950, com destaque a organização da *Guerrilha de Porecatu* e da *República Camponesa em e Trombas de Formoso/GO*⁷⁵, as *lutas gêmeas*, devido á continuidade de atuação do PCB, ficou factível e ratificou se o fim do:“(...) *tempo da inocência* e começou o *tempo da política*, os pobres da terra que durante séculos excluídos, marginalizados e dominados, têm caminhado em silêncio e depressa no chão dessa longa noite de humilhação e proclama no gesto da luta, da resistência, da ruptura, da desobediência, sua nova condição, seu caminho sem volta, sua presença maltrapilha, mas digna, na história” (MARTINS, 1980, p.12).

Esta nova cultura dos pauperizados no campo, que se amalgamou no Brasil desde fim do século XIX e ratificou-se em meados do século XX, nasce com o rompimento de um dos tipos de vínculos de dependência entre os camponeses e os fazendeiros: a posse da terra. Para Martins, esta cisão “ao libertar o trabalhador, libertou o trabalhador, libertou o trabalho e revelou o significado de propriedade” é uma noção de trabalho que organiza as “concepções da vida no movimento as relações sociais centrada no trabalho e suas dificuldades e não na propriedade, na liberdade de quem trabalha e na condenação do cativo” (MARTINS, 1980, p.23).

⁷⁵ Para aprofundamento acerca da luta em Goiás, ver: “Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas “ de Paulo Ribeiro da Cunha.

3.2 Atualidades da questão agrária na região de Porecatu.

*“As cercas Crescem com o dia, demarcam
A imensidão do latifúndio, e calam o murmúrio
Das sementes, nas madrugadas
O camponês arma o coração, da derrubada
O arame farpado não deterá jamais
O grito, da aurora, Ocupada!”*

Imagem 18. Foto escola no Assentamento Herdeiros da Luta em Porecatu PR.



Fonte:MST

Esta pesquisa tem como objeto de estudo um conflito fundiário no Norte do Paraná nos anos 1940-50, afirmando, portanto, que os conflitos fundiários se configuram como particularidade maior da questão agrária, no Brasil. Partindo do questionamento: por que estudar o conflito agrário de Porecatu? Exposto que este conflito agrário foi formado pela conjunção de fatores demonstrados no capítulo inicial sobre questão agrária, logo, é possível inferir que este conflito é inerente ao desenvolvimento no capitalismo no campo brasileiro. No interior da questão agrária, o conflito é resultado do enfrentamento entre a luta pelo território protagonizada pelas diferentes matizes do mundo camponês, trabalhadores do

campo, e o espaço necessário à manutenção do capitalismo. Desta condicionante surgem as diferenças de interesses entre esses territórios e a necessidade do capital, demandando a mediação e constante intervenção do Estado politicamente atrelado aos seus interesses. Paulino (2003) corrobora com essa posição:

“O conflito não é sinônimo de violência, conflito é uma ação criadora para a transformação da sociedade e a violência é uma reação ao conflito, caracterizada pela destruição física ou moral; é a desarticulação do conflito por meio do controle social. A violência tenta por fim ao conflito sem que haja resolução dos problemas e por isso barra o desenvolvimento. Ocupações de terra, acampamentos, defesa de interesses junto ao parlamento e ao governo são formas de conflito. Assassinatos, ameaças de morte, expulsões da terra, despejos da terra e trabalho escravo são formas de violência. as principais formas de violência direta contra camponeses e trabalhadores rurais.”(PAULINO, 2003, p. 98)

Estas demonstrações de violência, ocorreram paralelamente à agricultura altamente produtiva que caracteriza o capitalismo no meio rural e por isso configura o que se chama de ‘*barbárie da modernidade*’ (OLIVEIRA, 2004). A Comissão Pastoral da Terra (CPT) documenta⁷⁶ desde a década de 1980 as ocorrências de conflitos e violências no campo brasileiro, certamente esses dados não abrangem a totalidade, mas compreendem parte significativa da realidade, cuja totalidade é ainda mais violenta e desigual. Contudo, há situações de conflito de terra no século XXI, em que estão reunidos elementos similares aos que desencadearam a *Guerrilha de Porecatu*? Existiram e existem motivos que geram conflitos no campo, particularmente no Estado do Paraná⁷⁷. O Paraná é o estado da região Sul que registrou o maior número de conflitos agrários em 2018, outro indicativo contundente da continuidade dos tensionamentos entre as classes sociais: latifundiários versus camponeses (MST, 2017).

No Brasil: “2% da população concentra mais de 50% das terras. Os conflitos não vão acabar enquanto pessoas que precisam trabalhar na terra não têm acesso à terra”, afirma Dom Ladislau⁷⁸ representante da CPT. Esta disputa agrária, em tempos atuais ocorre principalmente sob pleito do Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST – no Norte

⁷⁶ Cujos dados são publicados desde 1984 no caderno, *Conflitos no Campo Brasil*.

⁷⁷ Comparando com o resto do Brasil, os 54 conflitos no campo registrados pela CPT, no Paraná em 2018 colocam o estado em sétimo lugar, atrás do Norte e organizado Nordeste e de São Paulo. Sobre as relações de trabalho no campo, o relatório anualmente pela comissão mostra um crescimento de 200% no total de trabalhadores libertados de uma situação de escravidão, em comparação com 2007.

⁷⁸ Dom Ladislau Biernaski.(1938-2012), bispo de São José dos Pinhais (PR), foi presidente da CPT.

Central do Paraná⁷⁹, estado com as maiores índices de produção de grãos no Brasil atualmente, existe protagonismo do MST na região da *Guerrilha de Porecatu* na luta pela reforma agrária. Atualmente existem dez movimentos de pleito à reforma agrária, destaca-se como legado de organização camponesa na região de Porecatu, os assentamentos: *Herdeiros da Luta de Porecatu*, conquistado na luta-disputa fundiária contemporânea, este assentamento está dentro do perímetro conflagrado, nos anos 1950, outra conquista estratégica foi a antiga fazenda *Quem Sabe*, localizada na Vila Progresso⁸⁰ em Centenário do Sul, epicentro da organização camponesa nos tempos da *Guerrilha de Porecatu*, fruto de décadas de luta pela terra, atualmente é o Assentamento MST - Maria Lara⁸¹, que representa uma “vitória chave dos camponeses da região de Porecatu” (CERES apud MST, 2017).

⁷⁹ “O Paraná é o maior produtor de alimento por metro quadrado do mundo”, disse Ratinho Júnior (PSD) na Associação Comercial do Paraná no dia 27 de agosto de 2018, ao apresentar seu plano de governo (...) contudo não há pesquisas em nível global que sustente esta afirmação desde 1930 a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) busca aperfeiçoar a metodologia do Censo Agropecuário Mundial, realizado de dez em dez anos. A edição de 2020 ainda tenta superar disparidades estatísticas entre a coleta de dados dos países. Em 2018, levantamento mais recente disponível, o Paraná produziu soja acima da média nacional, 3.102 quilos por hectare (kg/ha) ante 2.095 kg/ha. Esse cenário positivo se repete nas culturas de aveia (em grão), centeio, cevada, feijão, fumo (em folha), mandioca, milho e trigo. Mas o estado fica abaixo da média nacional quando o quesito é amendoim, arroz (em casca), batata inglesa, café, cana-de-açúcar, cebola e sorgo. Conforme o estudo da Seab - Secretaria de agricultura e abastecimento, em apenas 4 culturas o Paraná é líder em produção. É o caso do trigo, por exemplo. Em 2019, o Brasil colheu 6,8 milhões de toneladas de trigo, sendo que 3,48 milhões no Paraná (51% do total). Isso se repetiu com o feijão (22,78%), cevada (53,68%) e centeio (30,99%). Em 2019, segundo o governo estadual, o Paraná atingiu a média de 3,6 toneladas por hectare, neste quesito sim o Paraná é o maior produtor deste grão no Brasil e no mundo por hectare, considerando as ressalvas/divergências de metodologias de aferição. **In:** <https://apublica.org/truco2018/2018/09/03/nao-ha-pesquisa-global-que-faca-do-parana-lider-mundial-em-producao-de-alimento/> Não há pesquisa global que faça do Paraná líder mundial em produção de alimento José Lazaro Jr, 3 de setembro de 2018.

⁸⁰ O Distrito de Vila Progresso, município de Centenário do Sul, começou a se desenvolver no início da década de 40, principalmente com o surgimento das fazendas cafeiras. Na época, Vila Progresso foi um grande centro comercial e conheceu o progresso, como o nome anunciava. No bairro, cercado por florestas de peroba-rosa, habitavam mais de 30 mil pessoas. Ali concentrava um farto comércio com lojas de confecções, médicos e dentistas, cinco mercearias, vários bares, açougues e muita fartura. Com o fim do Ciclo do Café, o êxodo rural provocou o esvaziamento do distrito. Atualmente, pouco menos de 300 pessoas residem na região, a maioria bóias-frias na condição de itinerantes.

⁸¹ Na região de Porecatu definitivamente a questão agrária não está resolvida as disputas fundiárias, em se tratando das famílias em luta do assentamento Maria Lara os camponeses assentados desde 2011, afirmaram seu compromisso com processo de transição à agroecologia, produzir alimentos para o autossustento de suas famílias e para a sociedade, além de organizar a geração de renda. Também destacaram “a unidade no combate ao arrendamento e venda de lotes, na produção de transgênicos e recuperação ambiental da área. Até o ano de 2010, os 479,90 hectares da fazenda estavam destinados ao monocultivo da cana, passando para a produção de milho e soja”. (MOREIRA apud MST, 2018).

Imagem 19. Assentamento Maria Lara em Centenário do Sul.



Fonte: MST

O exemplo da fazenda *Quem Sabe*⁸², caracteriza as mudanças após os assentamentos na região, com a ocupação de quinhentas famílias do MST, área disputada desde os idos dos anos 1940, e até então sob domínio do monocultivos de cana de açúcar e soja, esses cultivos foram substituídos pela agricultura camponesa, ao mudarem os rumos da área que levou a uma nova realidade, um território onde se desconcentra a terra e se produz alimentos.

“Desde 2011, quase 85% de toda a área cultivável já estava sendo utilizada pelas famílias, que se dedicam ao cultivo de alimentos para o auto-sustento humano e animal (criação de pequenos animais como porcos, galinhas, gado de leite e gado de corte), e também para a geração de renda, com linhas de produção como o café, milho, feijão e leite. Segundo o Plano de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA) construído pelas próprias famílias, a área orientará sua produção nas linhas de gado leiteiro, fruticultura, olericultura e cafeicultura”(MOREIRA - MST, 2017)

⁸² A Fazenda Quem Sabe, foi disputada no período da *Guerrilha de Porecatu*, ocupada naquele período pelos irmãos quiabo, atualmente é Assentamento Maria Lara.

A produção do leite e do café, bem como, outros insumos são destinados às cooperativas regionais (COPRAN⁸³, COANOP⁸⁴, COPAVI⁸⁵), responsáveis por receber e beneficiar a produção das famílias. No caso das hortaliças e frutas, a comercialização se destinará principalmente ao mercado institucional, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de feiras e mercados locais. Para organizar a produção e também a captação de recursos e projetos que possam contribuir na estruturação do assentamento, as famílias criaram uma associação comunitária, instrumento que tem por sentido fortalecê-lo. Outra preocupação das famílias é o cuidado com os recursos naturais. Desde a ocupação da área, elas vêm cuidando das nascentes de água, recuperam espaços à reserva legal e à área de preservação permanente, que representam quase 25% do território (MST, 2017). Além do *Assentamento Maria Lara*, em Centenário do Sul⁸⁶, no mesmo município o MST está em luta pelo assentamento das famílias do acampamento *Fidel Castro*⁸⁷, em Florestópolis os assentamentos: *Zilda Arns* e *Manoel Jacinto Correa*.

Outro ponto sintomático dos desdobramentos agrários e fundiários em Porecatu e que possivelmente, compartilha explicações com o exposto acima pode ser observado no nível de superexploração do trabalho nas fazendas da região pertencentes à Usina Central de Porecatu (UCP) e Grupo Atalla, ‘vencedores’ do conflito fundiário de Porecatu que após os anos 1950 exploraram com monocultivo de cana de açúcar, as terras devolutas griladas nos anos 1940-50. Esse modelo produtivo concentrador provocou estragos, especialmente após a Usina

⁸³ COPRAN-Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa.

⁸⁴ COANOP - Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Norte Pioneiro.

⁸⁵ COPAVI - Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória.

⁸⁶ Centenário do Sul, 14 de dezembro de 1951, este município limítrofe com Porecatu, que até 1951 foi distrito de Porecatu, neste município localiza-se a vila progresso palco da resistência dos camponeses posseiros, as 380 famílias que obtiveram terras como indenizações após findar a *Guerrilha de Porecatu*, ganharam em Centenário do Sul suas terras.

⁸⁷ Em relação à área em luta de caráter reivindicatório, com pleito ao assentamento *Fidel Castro*, em fevereiro de 2018, houve uma Audiência Pública em Centenário do Sul, município no norte paranaense vizinho a Porecatu, marcou a busca por uma solução para assentar as famílias do acampamento *Fidel Castro*, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O acampamento completa dez anos em dezembro e tem mais de 400 famílias produzindo alimentos sem veneno. Na ocasião, integrantes do MST ressaltaram irregularidades trabalhistas e fiscais do Grupo Atalla, donos de 42 mil hectares na região, incluindo as terras do acampamento. Cerca de duas mil pessoas, vindas de acampamentos de Porecatu herdeiros da luta e Florestópolis, assentamento *Zilda Arns*, e de Centenário do Sul o assentamento *Maria Lara*, acompanharam a Audiência Pública e lotaram o ginásio de esportes José Ferreira Lima. O evento, reuniu representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do INCRA, do Governo do Paraná, da secretaria de segurança, autoridades religiosas, vereadores, deputados estaduais e federais, prefeitos de municípios da região, entre outros. Uma vistoria realizada pelo INCRA constatou que há 10,6 mil hectares improdutivos que pertencem ao Grupo Atalla e teriam capacidade para receber mais de mil famílias. São sete imóveis localizados em Centenário do Sul, Florestópolis, Porecatu, Jaguapitã, Guaraci, Miraselva e Alvorada do Sul (MST, 2019).

Central de Porecatu, se instalar na região, as de décadas de influência direta em praticamente todos os setores da vida pública e privada da região, possivelmente gerou muito mais violência para os descendentes dos camponeses, do que os posseiros de Porecatu sofreram nos anos 1950, determinaram que a modernidade capitalista afogou todas as relações feudais nas “*águas geladas do cálculo egoísta*”. (MARX e ENGELS, 2011, p. 42).

Retomando Rosa Luxemburgo, essa transição do mundo ‘passado’ para a “presente-modernidade” do capitalismo do ponto de vista dos oprimidos pelo processo colonial se caracterizou como uma “Catástrofe Súbita”, “para todos os povos primitivos nos países coloniais, a passagem de seu estado comunista primitivo ao capitalismo moderno ocorreu como uma catástrofe súbita, como um desastre indizível acompanhado dos mais atrozes sofrimentos” (LUXEMBURGO, 1974, p. 120).

No Norte Central do Paraná, as consequências da lógica capitalista de exploração, fez com que uma das regiões mais férteis do Brasil, não dispôs de alimentação básica para os filhos dos trabalhadores na região, como consequência direta da vitória do latifúndio. A mais significativa consequência negativa da exploração capitalista na região ocorreu em 1983. Em Florestópolis⁸⁸, município onde a economia dependia diretamente da UCP, neste município o índice de mortalidade infantil era uma das maiores do Brasil, 127 crianças mortas por mil habitantes, houve a necessidade de se desenvolver o projeto do soro caseiro para combater a mortalidade infantil. Este projeto foi desenvolvido pela Dra Zilda Arns⁸⁹ e Dom Geraldo Magella.

Na região de Porecatu, atualmente, pode se considerar que o número de conflitos diminuiu em quantidade⁹⁰, mas não em intensidade, uma vez que muitas das situações já tinham sido alertadas pelas associações de direitos humanos ao poder público, que continua

88 Florestópolis, município limítrofe de Porecatu, município este dependente da Usina Central do Paraná, sofreu diretamente as consequências do capitalismo na região.

89 A Dra Zilda Arns Neumann, pela médica sanitária e pediatra, desenvolveu o projeto do soro caseiro neste pequeno município do Paraná, em conjunto com o então Arcebispo de Londrina, hoje cardeal emérito, Dom Geraldo Majella Agnelo, os índices de mortalidade infantil a época era de 127 por mil crianças nascidas, após o projeto do soro caseiro o índice caiu para 29 por mil crianças nascidas.

⁹⁰ O estado do Paraná, passou por uma fase de relativa calma, sem nenhuma morte em conflito agrário de 2009 até 2016, de acordo com dados da Ouvidoria Agrária. Em 2016, findou esta “calmaria” com o assassinato de dois trabalhadores rurais em Quedas do Iguaçu/PR. In: <http://www.incra.gov.br/noticias/ouvidoria-agraria-nacional-manifesta-se-sobre-conflito-em-mato-grossoeparana>

agindo tardiamente. A impunidade, nesses casos, é o alicerce para o conflito fundiário, no dia 7 de março de 2017, viaturas da polícia militar tentaram realizar um despejo no acampamento *Herdeiros da Luta de Porecatu*, quando os trabalhadores estavam na colheita de milho, produção do acampamento. Segundo informações dos próprios trabalhadores:

“A polícia chegou, sem conversa, acompanhada por dois tratores, expulsando os camponeses que se trabalhavam na roça, com as máquinas, eles começaram a destruir a plantação dos acampados, sem negociação. As famílias, assustadas com o que estava acontecendo, se organizaram e foram para a área de plantação do acampamento, impedir a destruição da produção, onde fomos recebidos de forma brutal pelos policiais da tropa de choque que ali se encontravam, três trabalhadores foram feridos por estilhaços de bala e 20 trabalhadores que foram detidos quando estavam indo para a roça” (MOREIRA apud MST 2017)

A coordenação do MST⁹¹ no Paraná reforça que os casos de Reforma Agrária devem ser resolvidos em forma de diálogo e não por violência, como tem agido o aparato da Polícia Militar no Paraná. O MST-Paraná informa que existe demanda reprimida de assentamento de 10 mil famílias acampadas em todo o estado. Este cenário de recuperação de territórios pelos camponeses na região de Porecatu ocorre desde os anos 2000, pois diferente das décadas anteriores onde o município de Porecatu, mesmo com essas retomadas de terras devolutas o município de Porecatu ainda tem uma situação particular na região: pela presença da usina de açúcar e álcool que praticamente monopolizava a atividade produtiva do município e da região. (MOREIRA, MST, 2017)

Destarte, não ser resolvida essa disputa pela terra, a concentração fundiária também continua crescendo, segundo dados do IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Os números⁹² demonstraram uma inversão da tendência de abandono da

91. Levantamento feito pelo MST, através do site da Secretaria da Fazenda Nacional, mostra que a família Atalla deve R\$ 654,2 milhões para a União. Baggio, coordenador do Movimento no estado, informa que desde, 2008 houve resgate de mais de 100 pessoas em situação análoga à escravidão nas terras pertencentes dos Atalla. O secretário de assuntos fundiários do Paraná, Hamilton Serighelli, informou que a Procuradoria do Estado está cobrando judicialmente as dívidas fiscais do Grupo Atalla, e afirmou a intenção de resolver o conflito fundiário de maneira negociada. O acampamento *Fidel Castro* fica cerca de seis quilômetros do centro de Centenário do Sul. Desde 2008, as famílias ocupam terras improdutivas do Grupo Atalla. Os moradores relatam que o local era um canavial abandonado que, aos poucos, está se transformando em um espaço para produção de alimentos para as próprias famílias e para escolas de oito municípios próximos.

92. Em 1970, o estado chegou a contar com mais de 554 mil estabelecimentos agrícolas e cinco anos depois perdeu 76 mil unidades, “fazendo com que o Paraná vivenciasse um dos maiores êxodos rurais ocorridos na história mundial do século passado”, acrescentou. As unidades entre cem e mil hectares representaram 44,6% do total da área agropecuária

atividade agropecuária, experimentada tão fortemente no estado nas décadas anteriores, de acordo com Maria Lucia Urban, diretora de pesquisas do IparDES. Assim: “a concentração da terra e da produção da cana-de-açúcar reduzia sobremaneira as possibilidades de uso alternativo da terra. Não por acaso, entre os municípios da região, Porecatu apresenta o maior índice de concentração fundiária, sendo que os quinze maiores estabelecimentos agrícolas ocupam 82,5% das terras” (IPARDES, 2019).

Outros agravos sociais prosperam neste cenário, no ano de 1996, foi instalado na vara do Trabalho de Rolândia-PR um procedimento investigatório sobre do Grupo Atalla, a partir da denúncia da existência de meio ambiente de trabalho insalubre na UCP. Com o intuito de apurar as infrações trabalhistas denunciadas na ocasião, verificou-se que o tratamento dispensado pela usina aos seus empregados, tanto nas unidades industriais quanto aos trabalhadores rurais, como fica claro nessa passagem: “era indigno, violando normas jurídicas, revelando descaso e indiferença com a situação de miséria e indignidade em que muitos deles viviam” (PEREIRA; BIGARELLI; MTP-PR, 2013).

Entre as irregularidades apontadas pelo GEFM - Grupo Especial de Fiscalização Móvel, composto por membros do Ministério do Trabalho e Emprego, Departamento da Polícia Federal e Ministério Público do Trabalho⁹³, foi constatado nos locais o descumprimento de várias obrigações trabalhistas: “ausência de programa de redução a acidentes de trabalho, inexistência de instalações sanitárias, trabalho em condições degradantes, em oficinas sem ventilação e iluminação apropriadas, não fornecimento de água potável, obrigação de trabalho aos domingos sem compensação, atrasos no pagamento de salários, não concessão de férias e descontos salariais sem autorização dos trabalhadores” (PEREIRA; BIGARELLI; MPT-PR).

do Paraná, somando 25,1 mil estabelecimentos. O número total de estabelecimentos agropecuários no Paraná cresce 0,3% em uma década, passando de 369,9 mil, em 1996, para 371,1 mil, em 2006.

93 O juiz da vara do Trabalho de Porecatu acolheu o pedido do MPT. Na sentença condenatória, ele observou que a usina, há décadas, vinha praticando “*dezenas de infrações aos direitos dos trabalhadores, atingindo bens da vida que lhes pertencem por força do que dispõem as normas jurídicas, muitos deles atingindo a dignidade, honra, imagem, vida e integridade psicofísica dos trabalhadores*”. Para o juízo de Porecatu, o modo de agir da empresa revelava “*total desprezo pelo ordenamento jurídico-constitucional, pelas fiscalizações realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, pelos termos de ajustamentos de condutas firmados com o MPT e pelas decisões da Justiça do Trabalho*”. Para o relator do recurso, ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, o Tribunal Regional deixou claro, ao entender cabível a indenização por dano moral coletivo, que “*a lesão perpetrada afeta aos trabalhadores como um todo, ameaçando a dignidade do trabalhador e a moral da sociedade*.”

Desde 2012, a área agrícola da Usina central de Porecatu, foi arrendada para o grupo Cosan⁹⁴, o maior processador de cana do mundo. Desde 2009, a Usina Central Paraná⁹⁵ não opera por falta de capital de giro, e não atrai interesse de investidores. "As unidades industriais estão velhas, totalmente defasadas. Sobre as usinas do grupo ainda também pesam ações trabalhistas por inadequadas condições de trabalho" de acordo com a revista Valor Econômico (7/2016). "A fazenda encontra-se abandonada e, no momento, está arrendada para a Raízen"⁹⁶ (SCARAMUZZO, 2016). Criada a partir da junção de parte dos negócios da Shell e da Cosan, a Raízen cresceu como empresa única. Atualmente é considerada uma das cinco maiores empresas em faturamento e está entre as três maiores distribuidoras de combustíveis do Brasil. Além disso, é a principal fabricante de etanol de cana-de-açúcar do país e a maior exportadora individual de açúcar de cana no mercado internacional. A *Guerrilha de Porecatu* foi um episódio, que se desenrolou em um território disputado pelo capital internacional no passado e presente das disputas entre classes sociais antagônicas.

94. Empresa Cosan, produz e exporta etanol e açúcar, gerando energia ao utilizar o bagaço da cana. Também fornece gás canalizado no Brasil e atua na logística de açúcar e outros grãos sólidos destinados à exportação. Com a produção de lubrificantes e especialidades, exporta para mais de 40 países da América do Sul, Europa e Ásia. www.cosan.com.br.

95. Presidida pelo empresário Jorge Wolney Atalla, o grupo foi referência nos anos setenta, no início do Proálcool no Brasil. Atalla era considerado àquela época um visionário. Presidente da Copersucar naquele período, Atalla foi um dos idealizadores do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC). O CTC é considerado um marco pelo setor por desenvolver variedades de cana mais produtivas e um dos responsáveis pelo salto que o Brasil deu em etanol. Atalla também é lembrado por financiar, por meio da Copersucar, a campanha de Emerson Fittipaldi na Fórmula 1. O Grupo Atalla possui diversas empresas em outros ramos, entre elas a Central Paulista de Açúcar e Álcool, localizada em Jaú (SP) e a Central de Açúcar e Álcool, em Porecatu (PR), ambas com filiais em todo o estado do Paraná. O Grupo também é proprietário da Ciplan - Cimentos Planalto - que opera no ramo de cimentos e construção civil no Distrito Federal e da Central Paulista de Inseminação Artificial (Haras Atalla Jorge Wolney Atalla) foi proprietário da Fazenda Usina Lambari, foi o presidente de honra da Copersucar, maior exportadora brasileira de açúcar e etanol no mercado mundial. Atualmente, a Companhia é responsável pela exportação de 55% do açúcar e 60% do álcool produzidos no país. Jorge Wolney Atalla também foi um dos fundadores do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), criado para desenvolver variedades genéticas mais produtivas. No início, o CTC tinha a Copersucar como controladora única, mas hoje estão entre seus principais acionistas empresas como o Grupo Raízen, Odebrecht, São Martinho, Bunge, Tereos, Coruripe e Santa Terezinha. O Grupo Atalla foi um dos financiadores da Operação Bandeirantes (OBAN) em São Paulo. A OBAN foi o maior esquema de caça aos militantes de esquerda, tortura, assassinato e desaparecimento durante a ditadura civil-militar e era comandado pelo Exército. Não por acaso, nos anos 70, os governos militares concederam empréstimo de cerca de 300 milhões de dólares para o Grupo Atalla, com prazos a perder de vista e que nunca foram devolvidos aos cofres públicos, como consta na revista *Valor Econômico* em Julho de 2016.

⁹⁶ A Raízen é uma empresa brasileira com presença nos setores de produção de açúcar e etanol, transporte e distribuição de combustíveis e geração de bioeletricidade; Principal fabricante de etanol de cana-de-açúcar do Brasil e maior exportadora individual de açúcar de cana no mercado internacional, suas atividades abrangem todas as diferentes etapas de seus negócios, como: cultivo da cana-de-açúcar; fabricação de açúcar e etanol; cogeração de energia; logística; transporte e distribuição de combustíveis; exportação; e varejo de combustíveis por meio dos postos de serviço que atuam sob a marca Shell. <http://www.raizen.com>.

Esta questão social tem caráter significativo para os camponeses em luta pela terra, particularmente os paranaenses, influenciando-os direta ou indiretamente. Isto se comprova pelo fato do conflito estar na consciência coletiva dos dirigentes e militantes. De acordo com Roberto Baggio, militante e dirigente do MST-Paraná, depreende-se das lutas sociais na região que a *Guerrilha de Porecatu* está inserida nas lutas históricas pela terra, fazendo parte da grande resistência da classe camponesa. E o MST é um dos continuadores desta luta:

“Do ponto de vista histórico, a luta do MST de hoje, é a continuidade da luta e das revoltas populares, de 70, continuidade de 57, de Porecatu, de Contestado. É continuidade dos quilombos e indígenas. Com a chegada da colonização europeia, houve resistência dos indígenas, depois os quilombos, depois os camponeses e posseiros e todas as experiências e rebeliões populares. Somos herdeiros dessas lutas. Se gerou nos anos oitenta e quem gerou foram as lutas que antecederam o MST. Do ponto de vista histórico e sociológico, nós somos continuidade da grande resistência da classe camponesa que se formou durante esses cinco séculos.” (MST/BAGGIO, 2013)

A luta pela terra não pertence ao passado, pois, identifica-se a prática empregada no conflito nas práticas utilizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra a partir de um processo histórico e bem anterior de resistências no Brasil. É a memória coletiva concretizada nas ações desenvolvidas pelos sujeitos do MST, sendo que, como Martins (1981) corrobora em suas teses, “as lutas camponesas não cessaram desde as primeiras lutas iniciadas com os indígenas. E não cessarão enquanto as bases estruturais, a contradição entre latifúndio e camponeses sem-terra não for resolvida” MARTINS (1981, p.86).

Neste ínterim, das relações sociais no campo brasileiro que remontam de setenta anos aproximadamente, onde o presente se faz com resquícios coloniais do passado, e condiciona estas relações sociais desde o trabalho a todas as formas de manifestações humanas, no movimento dialético de passado e presente esta dissertação após iniciar com o esforço de compreensão da questão agrária nos primórdios dos marcos legais de aprisionamento do acesso a terra no Brasil, desde as legislações fundiárias, vide Lei de Terras (1850), após este ancoramento teórico mínimo necessário para compreensão acerca da questão agrária e suas intercorrências na América Latina, no Brasil e na região de Porecatu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Por onde passei, plantei a cerca farpada, plantei a queimada
Por onde passei, plantei a morte matada, matei a tribo calada
A roça suada, a terra esperada, por onde passei
Tendo tudo em lei, eu plantei o nada”
(Latifúndio – Dom Pedro Casaldaliga)*

Ao analisar a luta dos camponeses de Porecatu, na busca por um pedaço de terra para sobreviver e criar seus filhos, pela ótica da luta de classes e relacioná-la com o movimento capitalista em nosso país e no mundo. Os fatos ocorridos em Porecatu, são prova cabal da condição semicolonial do Brasil, contradição que persiste até hoje, nos anos do episódio de Porecatu, a burguesia partido de composição entre parte da burguesia industrial nascente (Atalla's) e a oligarquia latifundiária (Lunardelli's) e até o agente/instituição política - PCB. Para o sociólogo Osvaldo Heller Silva o partidão, conseguiu penetrar nos sertões do norte do Paraná, ao protagonizar o movimento armado de Porecatu, “bancando o aprendiz de feiticeiro, inspirados nas táticas de guerrilha, utilizadas por Mao Tsé-Tung o PCB, o Partido ensaiou a constituição de organizações rurais com características sindicais: as ligas camponesas do Paraná, pela primeira vez no Brasil, preparou e empurrou os camponeses ao combate aberto contra seus ‘inimigos de classe’ ” (SILVA, 2006, p. 51).

Os atores envolvidos na trama de Porecatu, sejam os Lupion, os Lunardelli, ou os Atalla's, pelas classes dominantes, ou as milhares de famílias de camponeses pobres, pelas classes exploradas, em conjunto com os pecebistas, mais do que antagonistas, foram testemunhas oculares/vivas de uma época e de uma transformações sócio-econômicas que moldaram novas relações sociais, os '*novos tempos*' que trouxeram as novas relações sociais, que aniquilaram as relações sociais primitivas, bem como, os valores decorrentes de um modo de vida campeiro-simples.

Na experiência da *Guerrilha de Porecatu*, foi construída uma estrutura político-organizativa, com a participação do Partido Comunista, da Frente Única representada pelas Ligas Camponesas e pelos comitês de apoio nas cidades e o exército popular representado pelos camponeses em armas, dirigidos pelo partido comunista e principalmente ficou notório que a *Guerrilha de Porecatu*, foi impulsionada pela atuação do PCB, particularmente por seu manifesto de “agosto de 1950”, documento que ratificou a viragem à esquerda na direção do PCB no final dos anos de 1940 e início de 1950, também ficou notório a cisão entre os

interesses e objetivos distintos dos comunistas e dos posseiros - camponeses, tanto que quando se apresentou pela via da “luta armada através da aliança operário-camponesa a direção do partido tergiversou e recuou.” (SILVA, 2006, p. 134).

Em Porecatu, o PCB cometeu o erro de estabelecer a luta pelo poder político, objetivo do PCB e não dos posseiros como fator preponderante, visto o racha que houve posteriormente entre PCB e os camponeses após a deleção do quadro maior do PCB na região, decerto os camaradas pecebistas não tiveram oportunidade de compreensão sobre a obra de Rosa de Luxemburgo, pois além da crítica ao capitalismo outra contribuição *sine qua non* de Rosa é a “crítica ao caráter autoritário da própria esquerda, defendendo um marxismo anti-dogmático e libertário, um socialismo democrático, que, inspirado na luta contra as formas de violência do capitalismo e contra os traços burocráticos e autoritários das esquerdas” LOUREIRO (1999, p. 56). Foi sectarismo do PCB que inibiu possibilidades maiores para os camponeses de Porecatu para não cometer tais erros, Lenin (2007), já indicava em seus estudos que “não podemos ignorar a decisão de base popular, mesmo que não estejamos de acordo com ela (...) devemos dar às massas populares inteira liberdade de ação criadora... a classe camponesa deve ter a firme certeza de que não existem mais nobres no campo, e é preciso que os camponeses, por eles mesmos decidam tudo e organizem sua existência.” (LENIN, 2007, p.134)

Destarte os possíveis equívocos do PCB (que só são cometidos por quem age na práxis social) em Porecatu, pela “primeira vez na história do Brasil os comunistas do PCB conseguiram estruturar uma proposta de representação política” (SILVA, 2006, p. 52), que na história mostrou se eficiente, fica evidente a existência dos elementos fundamentais para que o campesinato leve adiante “a Revolução Agrária, considerando a necessidade da aliança operário-camponesa como via para consolidar uma maioria revolucionária” (PRIORI, 2011, p.149). Mesmo sendo obscurecida pelo "esquecimento" dos comunistas, e o sepultamento da história pelas bibliografias oficiais, a *Guerrilha de Porecatu*, indica que por um lado embora cometendo erros, o PCB, aproximou-se como em poucos momentos de sua existência da realidade brasileira e que infelizmente posteriormente a história mostrou que não ocorreu por quaisquer outros partidos de esquerda, que ao se metamorfosearem de progressistas, contudo sem ter a mínima noção do caminho para solução de suas contradições, tampouco das contradições da relação entre o capital e trabalho.

Esta mudança de paradigma nos anos 1950, na forma de como os camponeses resistiam aos avanços do capitalismo nas relações sociais, não garantiu mudança efetivas no processo de emancipação política, contudo contribuiu na evolução da organização política camponesa, com a criação de canais de representação política, além de ruir a estrutura de exploração capitalista no campo, fundamento geral da questão agrária no Brasil reside em que “o monopólio da terra é a causa do nosso atraso, abalado ou eliminado esse monopólio, as forças produtivas darão um salto para a frente.” (Mariguella, 1958, p. 13).

Na experiência de luta em Porecatu, fica o exemplo de que é na práxis social da luta/resistência, que se faz o processo de aprendizagem e formação política, como tomada de consciência. Consciência crítica portanto se constrói na luta, com imperativa necessidade de análise da lógica do capital, com uma teoria que permita um diagnóstico das contradições fundamentais do capital, para este assistente social, ficou evidente após este estudo a imperativa necessidade de se repensar as formas de organização política. Para Simionatto (2009, p.34) “a superação da condição de subalternidade requer novos modos de pensar, a elaboração de uma concepção mundo crítica e coerente, necessárias para tornar as classes subalternas capazes de produzir contra-hegemonia”, neste processo o conhecimento da realidade de ter o outro, a ‘vítima na sua pele’ (DUSSEL, 2012), impõe se como “condição essencial na luta por sua própria transformação, através da filosofia da práxis.”

A necessidade da continuidade do exercício da filosofia da práxis na região onde ocorreu a *Guerrilha de Porecatu*, se ratifica com os números do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), vistoriou mais de 30 mil hectares de áreas na região de Porecatu, dos quais 10 mil hectares já foram considerados improdutivo pelo órgão, caso sejam desapropriadas, essas terras têm a capacidade de abrigar mais de mil famílias de agricultores familiares e em especial, contribuirá para quebrar o monopólio latifundiário protagonizado no passado pela família Lunardelli, com o barão do café Geremia e seu grande amigo Móysés Lupion e no presente pelo Grupo Atalla no norte paranaense.

Finalizando este estudo fica como lição que o fundamental no enfrentamento á exploração expropriatória capitalista no campo, é organizar uma coordenação ativa e revolucionária para causar ação. Para o camarada Mariguella (1958) “os grupos devem unir-se de baixo para cima, a partir da ação”. Aos poucos que pensam o caminho revolucionário, na perspectiva de Rosa Luxemburgo (1999), *Reforma ou Revolução*, o modo de organização dos

posseiros de Porecatu deixa não só legado, como suscita novas possibilidades. Para tal eito é necessário a disposição análoga á matriarca do clã dos Billar, “quando nós chegamos, o sertão era bruto e a civilização um sonho. Compramos as terras, sangramos as mãos, pagamos impostos, vivemos felizes. E agora nos expulsaram, mas só sairemos mortos”. (Antonia Billar, 1985 apud FELISMINO, 1985).

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Rio de Janeiro. 1996 .
- ADUM, Sonia Maria S. Lopes. Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina, 1930 -1960. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, UNESP. Assis, 1991.
- AMADO, Jorge. O Cavaleiro da Esperança: vida de Luís Carlos Prestes/São Paulo :Companhia das Letras, 2011.
- AMARAL, Marisa S.; CARCANHOLO, Marcelo Dias. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. *Rev. Katálysis* , 2009.
- ARGUMEDO, A. Los silencios y las voces en América Latina: notas sobre el pensamiento nacional y popular. Buenos Aires: Ediciones del Pensamiento Nacional, 1993.
- ARQUIVO Público do Paraná. Fundo DOPS. Depoimento de Celso Cabral de Mello. Caixa 67/599^a.
- BÁEZ, Fernando. A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. A busca de valores identitários: a memória histórica paranaense. UFPR, Curitiba, 2007.
- BAUER, Guilherme G. Télles. Sobre as origens da questão agrária brasileira. Ponta Grossa/PR, 1998.
- BEZERRA, C. S. A questão agrária no Brasil e os desafios contemporâneo do movimento dos sem-terra: uma análise sobre estratégias produtivas e políticas do movimento. In: ABRAMIDES, M. B. C.; DURIGUETTO, M. L. (Orgs.). Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Fotografar, documentar e dizer com a imagem, Editora da Universidade de Uberaba/Cone Sul, 1998.
- CASTILHO, Alceu Luís. Partido da terra: como os políticos conquistaram o território brasileiro. SP: Contexto; 2012.
- CFESS. Código de Ética profissional dos Assistentes Sociais. 1993.
- CODATO, A. & KIELLER, M. (orgs.). Velhos vermelhos: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná (1945-1964). Curitiba : UFPR; 2008.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Conflitos no Campo – Brasil 2012. CPT Nacional – Brasil, 2013. 188 páginas: fotos, tabelas. Vários autores. Disponível em <<http://www.geodados.uem.br>> Acesso em 23 mai. 2018.

CUNHA, Paulo Ribeiro. Aconteceu longe demais. A luta dos posseiros em Formoso e Trombas. Ed Unesp. SP. 2007.

DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godói. Questão urbana e direito a cidade: reflexões sobre o trabalho social na política urbana. Revista Conexões Geraes, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p.63-69, sem. 2014.

DUARTE, Kamilla Alves. Serviço Social e questão agrária: apontamentos acerca da questão social no campo brasileiro. In.: Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.

DUSSEL, Enrique. Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão. Trad. Ephraim Ferreira Alves e outros. Petrópolis: Vozes, 2000.

FELISMINO, Tadeu. A guerra de Porecatu: a história do movimento armado pela posse da terra que sacudiu o Norte do Paraná nas décadas de 40 e 50. Folha de Londrina, 14-28 jul 1985.

FERNANDES, Bernado Mançano. STÉDILE, J. P. Brava gente brasileira. SP. Ed Perseu Abramo. 1999

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5ªed. São Paulo: Globo, 2005.

_____ Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.

Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. Agricultura, Capitalista e Campesinato no Norte do Paraná: região de Porecatu. (1942-1952), UFPR, 1984.

FERREIRA, L.F.L. Entre a terra prometida e a fortaleza vermelha: A revolta de Porecatu e o Imaginário anticomunista em jornais paranaenses (1944-1951), Curitiba, UFPR, 2014.

FILHO, J.A.R. Porecatu, Sudoeste e outros episódios. Revista Ass. PMPR. Volume VIII, Curitiba, 2003.

FIORAVANTI, Livia Maschio. A questão agrária e o “poder do atraso”: uma discussão a partir da obra de Jose de Souza Martins e Ariovaldo Umbelino, Rev. Geografia em questão, Ed. Unioeste, Foz do Iguaçu, 2016.

FURTADO, Celso. A economia colonial do Brasil nos séculos XVI e XVII), La economia colonial brasileña, México D.F., Universidad de la Ciudad de México, 2003.

GALEANO, Eduardo. Las venas abiertas de América Latina. México: Ed.Siglo XXI 1999.

GARCIA, Rafael Marin da Silva. Música caipira: Um paradoxo entre o existir e o resistir: a moda de viola através dos tempos. Estud. av. vol.31 nº.90. São Paulo May/Aug. 2017.

GIOVANNETTI, L.V. O “Rei do Café” Geremia Lunardelli. edição particular, São Paulo, 1951.

GRABOIS, Maurício. Mobilizar Grandes Massas Para Defender a Paz e Derrotar o Imperialismo e a Ditadura. Maio de 1949. Problemas – Revista Mensal de Cultura Política, nº 20, 1949. Disponível em: <<http://www.marxists.org/português/grabois/1949/mobilizar.htm>> Acesso em 03 jul. 2018.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; L.S.Henriques; M.A. Nogueira. RJ. Ed. Civ. Brasileira, v.1, 1999.

_____ Cadernos do cárcere. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; L.S.Henriques; M.A. Nogueira. RJ. Ed. Civ. Brasileira, v.3, 2001.

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

_____ A escravidão reabilitada. São Paulo: Editora Ática, 1991

_____ Combate nas Trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ed. Ática, 1987.

GUERRA, Yolanda. O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. in Serviço Social & Sociedade, n. 91, Setembro 2007.

HADICH, Ceres; MOREIRA, Diego. MST conquista assentamento em área disputada desde a Revolta de Porecatu (PR). 2013. Disponível em: <<https://mst.org.br/2013/09/25/mst-conquista-assentamento-em-area-disputada-desde-a-revolta-de-porecatu-pr/>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

HARVEY D., O novo imperialismo. São Paulo , Ed. Loyola, 2004.

HELM, Cecília.M.V. A Integração do índio na estrutura agrária do Paraná. UFPR, Curitiba, 1974.

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional, Ed. São Paulo, Cortez, 2012.

_____ O Serviço Social na cena contemporânea. In. Serviço Social, direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IPARDES. Caderno estatístico: município de Porecatu. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes). Curitiba, PR. 2017.

LARA, Ricardo. Produção de conhecimento no Serviço Social: O mundo do trabalho em debate. São Paulo: UNESP, 2011.

LÊNIN, Vladimir Ilich. Estado e revolução. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007 .

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro. Nova fronteira, 1997.

LEOCÁDIO, Leandro Cesar. Disputas Territoriais e divergências conceituais: os conflitos pela terra nos arredores de Porecatu PR- Guerra, Guerrilha ou Revolta; 1940-2014, Londrina, UEL, 2014.

LOPES, Ana Yara D. Paulino. Pioneiros do capital: a colonização do norte do Paraná. São Paulo, USP, 1982.

LOUREIRO, Isabel. A menos eurocêntrica de todos: Rosa Luxemburgo e a acumulação primitiva permanente. In: Rosa Luxemburgo: ou o preço da liberdade. Jörn Schütrumpf (Org.). São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

_____ Rosa Luxemburgo: Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

LÖWY, Michael. Imperialismo ocidental versus comunismo primitivo: Uma releitura dos escritos econômicos de Rosa Luxemburgo. In: Rosa Luxemburgo: ou o preço da liberdade. Jörn Schütrumpf (Org.). São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015

LUKÁCS, Georg. História e Consciência de Classe. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012a.

_____ Para uma ontologia do ser social I. São Paulo: Boitempo, 2012b.

LUXEMBURGO, Rosa. A Acumulação do Capital, Coleção Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____ Introducción a la Economía Política. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974.

_____ Reforma ou Revolução? São Paulo: Expressão Popular, 1999.

KRAUZE, Enrique. Emiliano Zapata : el amor a la tierra. México, D.F. : Fondo de Cultura Económica, 1987.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Trad. NEVES, Célia; TORÍBIO, Alderico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana. México: Ediciones Era, 5ª. Reimpresión, 2002.

MARIGUELLA, Carlos. Alguns aspectos da Renda da Terra no Brasil. IN: A Questão Agrária, Textos dos Anos Sessenta, 1958.

_____. Quem Samba Fica, Quem Não Samba Vai Embora. Dezembro de 1968. In; Primeira edição: Carta dirigida aos revolucionários de São Paulo, em dezembro de 1968. Fonte: ARAÚJO, Fernando A. S. Carlos Marighella - O Homem por trás do mito. Editora UNESP, 1999.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro. Ruy Mauro Marini vida e obra. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2ª. Edição, 2011.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. Revista NERA Presidente Prudente Ano 11, nº. 12 pp. 57-67 Jan.-jun./2008.

MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornelia; CAIUBY Novaes, Sylvia (Org.). O imaginário e o poético nas Ciências Sociais. Bauru: Edusc, 2005.

MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra, 9.ed,São Paulo: Ed.contexto, 2010.

_____ Os camponeses na política do Brasil.Petrópolis,Vozes, 1986.

_____ Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____ Caminhada no chão da noite: Emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo, ed. Hucitec, 1989.

MARX, Karl. *O Capital*. Crítica de la economía política. Libro I, México, Ed. Siglo XXI, 1984.

_____ A ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____ A questão judaica. 2ª ed., São Paulo, Ed.: Centauro, 2005.

_____ O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte. 5 ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A sagrada família: a crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____ Carta a Annenkov [1846]. In: Karl Marx; Friedrich Engels – obras escolhidas. São Paulo: Editora Alfa Ômega, vol. 3, 1980.

MELUCCI, Alberto. A invenção do presente: Movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____ Educação para além do capital;[tradução Isa Tavares], - 2 ed. – SP, Boitempo, 2008.

MIOTO, R.C.T.; LIMA,T.C.S. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico:na pesquisa bibliográfica. Revista Katalysis, v.10.p.37-45,2007.

MOREIRA, Diego. Conflito entre PM e MST termina com cinco feridos na região de Londrina: Vinte pessoas foram presas durante a ação de reintegração de posse. 2017.

Disponível em: <<https://catve.com/noticia/9/177406/conflito-entre-pm-e-mst-termina-com-cinco-feridos-na-regiao-de-londrina>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

MOURA, Clóvis. Dialética radical do Brasil Negro. 2 ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois: Anita Garibaldi, 2014a.

_____. Rebeliões da senzala. Rebeliões da Senzala - quilombos, insurreições e guerrilhas, São Paulo: Anita Garibaldi, 2014b.

MOTA, Lúcio Tadeu. Presença e resistência Kaingáng no Paraná. PUC/SP, 1992.

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social, São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOSSA, Leonencio; JUNIOR, Celso. Guerra do quebra milho. In.: Guerra desconhecidas do Brasil. O estado de São Paulo, 19 dezembro de 2010.

OIKAWA, Marcelo. Porecatu: A guerrilha que os comunistas esqueceram. Expressão Popular: 2011.

OLIVEIRA, Ariel, P.S. Reflexões acerca da manutenção do conceito de Campesinato; Revista do Instituto de Ciências Humanas, vol. 14, nº 20, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Roberto C. O índio e o mundo dos Brancos. Ed UNB, Brasília, 1981.

_____. Do índio ao bugre. Ed Francisco Alves, São Paulo, 1976.

PRADO JR., Caio. A Questão Agrária. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PAIVA Beatriz; ROCHA Mirella; CARRARO Dilceane. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. Ser Social, Brasília, v. 12, n. 26, p. 147-175, jan./jun. 2010.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Terra e Vida: A geografia dos camponeses no norte do Paraná. Tese – UNESP, Presidente Prudente, 2003.

PERARO, Maria. A. Estudo do Povoamento, Crescimento e Composição da População do Norte Novo do Paraná de 1940 a 1970. Dissertação (Mestrado), Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1978.

PEREIRA, Alberto Luiz Bresciani de Fontan; BIGARELLI, Luiz Renato Camargo. TST - Trabalho degradante: usina no PR é condenada em R\$ 1 milhão: 2013. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/quentes/133841/tst-trabalho-degradante-usina-no-pr-e-condenada-em-r-1-milhao>>. Acesso em: 23 out. 2018.

PRIORI, Angelo. O levante dos posseiros: a revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo. Maringá: EDUEM, 2011.

_____ História do Paraná: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012.

PRESTES, Anita Leocádia. Comunistas no Paraná (1945-1964). Rev. Sociol. Política vol.17 no.33 Curitiba, Junho, 2009.

RAMPINELLI, Waldir José A Revolução Mexicana: seu alcance regional, precursores, A luta de classes e a relação com os povos originários revista espaço acadêmico, Ed eduem, nº216 , Maringá, 2011.

ROHDEN, Júlia; MOREIRA, Diego; BAGGIO, Roberto. Audiência Pública debate criação de assentamento no norte do Paraná; Membros do MST ressaltaram irregularidades trabalhistas e fiscais do Grupo Atalla, donos de 42 mil hectares na região. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/02/22/audiencia-publica-debate-criacao-de-assentamento-no-norte-do-parana>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. São Paulo, Atlas, 1978.

SANTANA, Raquel Santos. Trabalho bruto no canavial – questão agrária, assistência, serviço social, SP, Ed. Cortez, 2012.

SCARAMUZZO, Mônica. Futuro incerto para usinas do Grupo Atalla. 2016. Disponível em: <<http://www.fecombustiveis.org.br/clipping/futuro-incerto-para-usinas-do-grupo-atalla/>>. Acesso em: 23 out. 2018.

SILVA, Joaquim Carvalho. Terra Roxa de Sangue: A Guerra de Porecatu. Ed. UEL. Londrina, 1996.

SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena (Orgs.). A questão agrária. São Paulo: Editora brasiliense, 1981.

SILVA, José Graziano. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro, Ed. Zahar ,1982.

_____ Progresso técnico e Relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

SILVA, José Fernando Siqueira. Serviço Social: resistência e emancipação? SP, Cortez, 2013.

SILVA, Osvaldo Heller. A foice e a Cruz: Comunistas e Católicos na história do sindicalismo paranaense. Curitiba: Rosa de Bassi, 2 ed. 2006.

SILVA, L.O.: Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da lei de 1850. 2.ed. Campinas,SP: Unicamp, 2008.

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2004.

_____ Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. *Revista Katálysis*, Florianópolis: Edufsc, v. 12, n.1, p. 41-49, 2009.

SOUZA, Cristiane Luíza S. Questão agrária, superexploração e migração temporária: O Vale do Jequitinhonha na dialética do desenvolvimento capitalista dependente. Dissertação de mestrado. Vitória: UFES/PPGPS, 2016.

_____ Terra, Trabalho e Racismo: Veias Abertas de Uma Análise Histórico-Estrutural no Brasil / Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2019.

STÉDILE, J. P. De poucos para poucos: nada justifica a alta concentração da riqueza. *Revista Carta Capital*; São Paulo, SP; Ano XV; Nº 600, 16 de junho de 2010.

TOMMASINO, Kimiye. A história dos Kaingáng na bacia do Tibagi: Uma sociedade Jé Meridional em movimento. Tese doutorado-USP, São Paulo, 1995.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. Belo Horizonte, UFMG/FAE, 2016.

_____ Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente, *Rev. Direito Práx.*, Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 3, 2018, p. 1694-1713. 2018.

_____ América Latina no século XX: revoluções, muralismos, imperialismo e dependência. *Rev. Katálysis.*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 566-576, set./dez. 2019.

TUNG, Mao Tsé. *O Livro Vermelho*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. *A Semente foi Plantada: raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral, in *Anuário Antropológico/87*, pp. 11-73. Brasília/Rio de Janeiro, Edunb/Tempo Brasileiro, 1990.